



PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE Ciências Sociais – Bacharelado

Laranjeiras do Sul (PR), março de 2021.



IDENTIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

A Universidade Federal da Fronteira Sul foi criada pela Lei Nº 12.029, de 15 de setembro de 2009. Tem abrangência interestadual com sede na cidade catarinense de Chapecó, três *campi* no Rio Grande do Sul – Cerro Largo, Erechim e Passo Fundo – e dois *campi* no Paraná – Laranjeiras do Sul e Realeza.

Endereço da Reitoria:

Avenida Fernando Machado, 108 E
Bairro Centro – CEP 89802-112 – Chapecó/SC.

Reitor: Marcelo Recktenvald

Vice-Reitor: Gismael Francisco Perin

Pró-Reitor de Graduação: Jeferson Saccol Ferreira

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação: Clarissa Dalla Rosa

Pró-Reitor de Extensão e Cultura: Patricia Romagnolli

Pró-Reitor de Administração e Infraestrutura: Rafael Santin Scheffer

Pró-Reitor de Planejamento: Everton Miguel da Silva Loreto

Pró-Reitor de Assuntos Estudantis: Rubens Fey

Pró-Reitor de Gestão de Pessoas: Claunir Pavan

Dirigentes de Chapecó (SC)

Diretor de *Campus*: Roberto Dallagnol

Coordenadora Administrativa: Diego de Souza Boeno

Coordenador Acadêmico: Gabriela Gonçalves de Oliveira

Dirigentes de Cerro Largo (RS)

Diretor de *Campus*: Ivann Carlos Lago

Coordenador Administrativo: Sandro Adriano Schneider

Coordenadora Acadêmica: Marcio do Carmo Pinheiro

Dirigentes de Erechim (RS)

Diretor de *Campus*: Luís Fernando Santos Corrêa da Silva

Coordenadora Administrativa: Elizabete Maria da Silva Pedroski

Coordenadora Acadêmica: Sandra Simone Hopner Pierozan

Dirigentes de Passo Fundo (RS)

Diretor de *Campus*: Julio Cesar Stobbe

Coordenadora Administrativa: Laura Spaniol Martinelli

Coordenador Acadêmico: Leandro Tuzzin



Dirigentes de Laranjeiras do Sul (PR)

Diretora de *Campus*: Martinho Machado Junior

Coordenador Administrativo: Ronaldo José Seramim

Coordenadora Acadêmica: Thiago Bergler Bitencourt

Dirigentes de Realeza (PR)

Diretor de *Campus*: Marcos Antônio Beal

Coordenador Administrativa: Edineia Paula Sartori Schmitz

Coordenador Acadêmico: Ademir Roberto Freddo



Sumário

1 DADOS GERAIS DO CURSO.....	5
2 HISTÓRICO INSTITUCIONAL.....	8
3 EQUIPE DE ELABORAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO PPC.....	16
4 JUSTIFICATIVA.....	18
5 REFERENCIAIS ORIENTADORES (Ético-Políticos, Epistemológicos, Metodológicos e Legais).....	23
6 OBJETIVOS DO CURSO.....	40
7 PERFIL DO EGRESSO.....	41
8 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR.....	43
9 PROCESSO PEDAGÓGICO E DE GESTÃO DO CURSO E PROCESSO DE AVALIAÇÃO DO ENSINO E APRENDIZAGEM.....	145
10 AUTOAVALIAÇÃO DO CURSO.....	160
11 ARTICULAÇÃO ENTRE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO.....	162
12 PERFIL DOCENTE (competências, habilidades, comprometimento, entre outros) E PROCESSO DE QUALIFICAÇÃO.....	164
13 QUADRO DE PESSOAL DOCENTE.....	165
14 INFRAESTRUTURA NECESSÁRIA AO CURSO.....	171
ANEXO I - REGULAMENTO DAS ATIVIDADES CURRICULARES COMPLEMENTARES.....	179
ANEXO II - REGULAMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO..	186



1 DADOS GERAIS DO CURSO

- 1.1 **Tipo de curso:** Graduação
- 1.2 **Modalidade:** Presencial
- 1.3 **Denominação do Curso:** Ciências Sociais - Bacharelado
- 1.4 **Titulação:** Bacharel em Ciências Sociais
- 1.5 **Título profissional:** Cientista Social
- 1.6 **Local de oferta:** *Campus* Laranjeiras do Sul (PR)
- 1.7 **Número de vagas:** 30 vagas
- 1.8 **Carga-horária total:** 2.730 horas
- 1.9 **Turno de oferta:** Noturno
- 1.10 **Tempo Mínimo para conclusão do Curso:** 8 semestres
- 1.11 **Tempo Máximo para conclusão do Curso:** 16 semestres
- 1.12 **Carga horária máxima por semestre letivo:** 24 (360 horas)
- 1.13 **Carga horária mínima por semestre letivo:** 12 créditos (180 horas)
- 1.14 **Coordenador do curso:** Felipe Mattos Monteiro
- 1.15 **Ato Autorizativo:** Resolução N° 19/CONSUNI/UFFS/2019
- 1.16 **Forma de ingresso:**

O acesso aos cursos de graduação da UFFS, tanto no que diz respeito ao preenchimento das vagas de oferta regular, como das ofertas de caráter especial e das eventuais vagas ociosas, se dá por meio de diferentes formas de ingresso: processo seletivo regular; transferência interna; retorno de aluno-abandono; transferência externa; retorno de graduado; e processos seletivos especiais.

a) Processo Seletivo Regular

A seleção dos candidatos no processo seletivo regular da graduação, regulamentada pelas Resoluções 006/2012 – CONSUNI/CGRAD e 008/2016 – CONSUNI/CGAE, se dá com base nos resultados do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), mediante inscrição no Sistema de Seleção Unificada (SISU), do Ministério da Educação (MEC). Em atendimento à Lei nº 12.711/2012 (Lei de Cotas) e a legislações



complementares (Decreto nº 7.824/2012 e Portaria Normativa MEC Nº 18/2012), a UFFS toma como base para a definição do percentual de vagas reservadas a candidatos que cursaram o Ensino Médio integralmente em escola pública o resultado do último Censo Escolar/INEP/MEC, de acordo com o estado correspondente ao local de oferta das vagas.

Além da reserva de vagas garantida por Lei, a UFFS adota, como ações afirmativas, a reserva de vagas para candidatos que tenham cursado o ensino médio parcialmente em escola pública ou em escola de direito privado sem fins lucrativos, cujo orçamento seja proveniente, em sua maior parte, do poder público e também a candidatos de etnia indígena.

b) Transferência Interna, Retorno de Aluno-Abandono, Transferência Externa, Retorno de Graduado, Transferência coercitiva ou *ex officio*

- Transferência interna: acontece mediante a troca de turno, de curso ou de *campus* no âmbito da UFFS, sendo vedada a transferência interna no semestre de ingresso ou de retorno para a UFFS;
- Retorno de Aluno-abandono da UFFS: reingresso de quem já esteve regularmente matriculado e rompeu seu vínculo com a instituição, por haver desistido ou abandonado o curso;
- Transferência externa: concessão de vaga a estudante regularmente matriculado em outra instituição de ensino superior, nacional ou estrangeira, para prosseguimento de seus estudos na UFFS;
- Retorno de graduado: concessão de vaga, na UFFS, para graduado da UFFS ou de outra instituição de ensino superior que pretenda fazer novo curso. Para esta situação e também para as anteriormente mencionadas, a seleção ocorre semestralmente, por meio de editais específicos, nos quais estão discriminados os cursos e as vagas, bem como os procedimentos e prazos para inscrição, classificação e matrícula;
- Transferência coercitiva ou *ex officio*: é instituída pelo parágrafo único da Lei nº 9394/1996, regulamentada pela Lei nº 9536/1997 e prevista no Art. 30 da Resolução 04/2014 – CONSUNI/CGRAD. Neste caso, o ingresso ocorre em qualquer época do ano e independentemente da existência de vaga, quando



requerida em razão de comprovada remoção ou transferência de ofício, nos termos da referida Lei.

c) Processos seletivos especiais

Destacam-se na UFFS dois tipos de processos seletivos especiais, quais sejam:

- **PROHAITI** (Programa de Acesso à Educação Superior da UFFS para estudantes Haitianos), que, criado em parceria entre a UFFS e a Embaixada do Haiti no Brasil e instituído pela Resolução 32/2013 – CONSUNI, é um programa que objetiva contribuir com a integração dos imigrantes haitianos à sociedade local e nacional por meio do acesso aos cursos de graduação da UFFS. O acesso ocorre através de processo seletivo especial para o preenchimento de vagas suplementares, em cursos que a universidade tem autonomia para tal. O estudante haitiano que obtiver a vaga será matriculado como estudante regular no curso de graduação pretendido e estará submetido aos regramentos institucionais.
- **PIN** (Programa de Acesso e Permanência dos Povos Indígenas), que, instituído pela Resolução nº 33/2013/CONSUNI em 2013, na Universidade Federal da Fronteira Sul, constitui um instrumento de promoção dos valores democráticos, de respeito à diferença e à diversidade socioeconômica e étnico-racial, mediante a adoção de uma política de ampliação do acesso aos seus cursos de graduação e pós-graduação e de estímulo à cultura, ao ensino, à pesquisa, à extensão e à permanência na Universidade. O acesso ocorre através de processo seletivo especial para o preenchimento de vagas suplementares, em cursos que a universidade tem autonomia para tal. O estudante indígena que obtiver a vaga será matriculado como estudante regular no curso de graduação pretendido e estará submetido aos regramentos institucionais.



2 HISTÓRICO INSTITUCIONAL

A Universidade Federal da Fronteira Sul nasceu de uma luta histórica das regiões Noroeste e Norte do Rio Grande do Sul, Oeste e Extremo Oeste de Santa Catarina e Sudoeste e Centro do Paraná pelo acesso ao Ensino Superior Público e gratuito, desde a década de 1980. As mobilizações da sociedade civil organizada têm como marco o processo de redemocratização e a definição das bases da Constituição Federal de 1988 e da Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Essas mobilizações iniciais não surtiram efeitos em termos de criação de Universidade Pública Federal, mas geraram um conjunto expressivo de Universidades Comunitárias e Estaduais que passaram a fomentar as atividades de ensino, pesquisa e extensão, mesmo que custeadas com recursos dos próprios cidadãos demandantes dos serviços. A tradição das comunidades locais e regionais de buscarem alternativas para seus problemas pode ter contribuído para que o Estado Brasileiro não respondesse de forma afirmativa a estas reivindicações, ainda mais em se tratando de regiões periféricas, distantes dos grandes centros, de fronteira e marcadas por conflitos de disputa de territórios e de projetos societários.

A predominância do ideário neoliberal nas discussões a respeito do papel do Estado nas dinâmicas de desenvolvimento das regiões fez com que os movimentos em busca de ensino superior público e gratuito sofressem certo refluxo na década de 1990. Porém os movimentos permaneceram ativos, à espera de um cenário mais favorável, que se estabeleceu ao longo da primeira década do século XXI.

Neste novo contexto, vários acontecimentos geraram uma retomada da mobilização em busca de acesso ao ensino superior público e gratuito como condição essencial para a superação dos entraves históricos ao desenvolvimento destas regiões: a crise do ideário neoliberal na resolução dos históricos desafios enfrentados pelas políticas sociais; as discussões em torno da elaboração e da implantação do Plano Nacional de Educação 2001-2010; o aumento crescente dos custos do acesso ao ensino superior, mesmo que em instituições comunitárias; a permanente exclusão do acesso ao ensino superior de parcelas significativas da população regional; a migração intensa da população jovem para lugares que apresentam melhores condições de acesso às



Universidades Públicas e aos empregos gerados para profissionais de nível superior; os debates em torno das fragilidades do desenvolvimento destas regiões periféricas e de fronteira.

Movimentos que estavam isolados em suas microrregiões passaram a dialogar de forma mais intensa e a constituir verdadeiras frentes no embate político em prol da mesma causa. A disposição do governo de Luiz Inácio Lula da Silva para ampliar, de forma significativa, o acesso ao ensino superior, especialmente pela expansão dos Institutos Federais de Educação e das Universidades Federais deu alento ao movimento. As mobilizações retornaram com muita força, embaladas por uma utopia cada vez mais próxima de ser realizada. Os movimentos sociais do campo, os sindicatos urbanos, as instituições públicas, privadas e comunitárias passaram a mobilizar verdadeiras “multidões” para as manifestações públicas, para a pressão política, para a publicização da ideia e para a criação das condições necessárias para a implantação de uma ou mais universidades públicas federais nesta grande região.

Esta mobilização foi potencializada pela existência histórica, no Noroeste e Norte do Rio Grande do Sul, no Oeste e Extremo Oeste de Santa Catarina e no Sudoeste e Centro do Paraná, de um denso tecido de organizações e movimentos sociais formados a partir da mobilização comunitária, das lutas pelo acesso à terra e pela criação de condições indispensáveis para nela permanecer, pelos direitos sociais fundamentais à vida dos cidadãos, mesmo que em regiões periféricas e pela criação de condições dignas e vida para os cidadãos do campo e da cidade. Entre os diversos movimentos que somaram forças para conquistar a universidade pública para a região, destacam-se a Via Campesina e a Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar da Região Sul (Fetraf-Sul), que assumiram a liderança do Movimento Pró-Universidade.

Este grande território que se organizou e se mobilizou para a conquista da universidade pública federal é berço de grande parte dos movimentos sociais do país, especialmente os ligados ao campo; é palco de lutas históricas pelo acesso à terra; é referência nacional na organização comunitária; é terreno fértil para a emergência de associações, grupos de produção e cooperativas que cultivam ideais de interação solidária e popular; é marcado pelas experiências das pequenas propriedades familiares, do pequeno comércio e da pequena indústria, que nascem da necessidade de organizar a vida em regiões periféricas e realizar a interação com “centros de médio e grande porte



do país”; é palco das primeiras experiências de modernização da agricultura e da agroindústria, que geraram expansão dos processos produtivos, novas tecnologias e novas perspectivas de inclusão, mas também produziram o êxodo rural, as experiências de produção integrada, as grandes agroindústrias, a concentração da propriedade e da riqueza gerada, grande parte dos conflitos sociais e o próprio processo de exclusão de parcelas significativas da população regional, que passou a viver em periferias urbanas ou espaços rurais completamente desassistidos; é espaço de constituição de uma economia diversificada que possibilita o desenvolvimento da agricultura (com ênfase para a produção de milho, soja, trigo, mandioca, batata...), da pecuária (bovinos de leite e de corte, suínos, ovinos, caprinos...), da fruticultura (cítricos, uva, pêsego, abacaxi...), da silvicultura (erva mate, reflorestamento...), da indústria (metal mecânica, moveleira, alimentícia, madeireira, têxtil...), do comércio e da prestação de serviços públicos e privados.

A partir do ano de 2006, houve a unificação dos movimentos em prol da Universidade Pública Federal nesta grande região visando constituir um interlocutor único junto ao Ministério da Educação (MEC). Com a unificação, o Movimento passou a ser coordenado pela Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar – Fetraf–Sul/CUT e pela Via Campesina. Além destas organizações, o Movimento era composto pelo Fórum da Mesorregião, pela Central Única dos Trabalhadores (CUT) dos três estados, por Igrejas, pelo Movimento Estudantil, pelas Associações de Prefeitos, por Vereadores, Deputados Estaduais e Federais e Senadores. O Movimento ganhou força a partir do compromisso do Governo Lula de criar uma Universidade para atender a Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul e seu entorno.

Como resultado da mobilização deste Movimento unificado, o MEC aprovou, em audiência realizada em 13 de junho de 2006, a proposta de criar uma Universidade Federal para o Sul do Brasil, com abrangência prevista para o Norte do Rio Grande do Sul, o Oeste de Santa Catarina e o Sudoeste do Paraná, e assumiu o compromisso de fazer um estudo para projetar a nova universidade. Em nova audiência com o Ministro de Estado da Educação, realizada em junho de 2007, propõe-se ao Movimento Pró-Universidade Federal a criação de um Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnológica (IFET). Todavia, os membros do Movimento defenderam a ideia de que a Mesorregião da Fronteira Sul necessitava de uma Universidade, pois se tratava de um



projeto de impacto no desenvolvimento econômico, social, científico e tecnológico da macrorregião sul, além de proporcionar investimentos públicos expressivos no único território de escala mesorregional ainda não contemplado com serviços desta natureza. Diante disso, decidiu-se pela criação de uma Comissão de Elaboração do Projeto, que teria a participação de pessoas indicadas pelo Movimento Pró-Universidade Federal e por pessoas ligadas ao Ministério da Educação.

A partir das tratativas estabelecidas entre o Ministério da Educação e o Movimento Pró-Universidade, a Secretaria de Educação Superior designa a Comissão de Implantação do Projeto Pedagógico Institucional e dos Cursos por meio da Portaria MEC nº 948, de 22 de novembro de 2007. Esta comissão tinha três meses para concluir seus trabalhos, definindo o perfil de Universidade a ser criada. Em 12 de dezembro, pelo projeto de Lei 2.199/07, o ministro da Educação encaminhou o processo oficial de criação da Universidade Federal para a Mesorregião da Grande Fronteira do Mercosul em solenidade de assinatura de atos complementares ao Plano Nacional de Desenvolvimento da Educação, no Palácio do Planalto, em Brasília.

Os anos de 2008 e 2009 foram marcados por intensa mobilização do Movimento Pró-Universidade no sentido de estabelecer o perfil da Universidade a ser criada, a localização de seus campi e a proposta dos primeiros cursos a serem implantados; pelo acompanhamento, no âmbito do governo federal, dos trâmites finais da elaboração do projeto a ser submetido ao Congresso Nacional; pela negociação política a fim de garantir a aprovação do projeto da Universidade na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. Em 15 de setembro de 2009, através da Lei 12.029, o Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, cria a Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), com sede em Chapecó e Campi em Cerro Largo, Erechim, Laranjeiras do Sul e Realeza, tornando realidade o sonho acalentado por uma grande região do Brasil por quase três décadas.

A promulgação da lei fez intensificar as atividades de estruturação da nova universidade, já que havia a meta de iniciar as atividades letivas no primeiro semestre de 2010. Em 21 de setembro de 2009, o Ministro da Educação designou o professor Dilvo Ilvo Ristoff para o cargo de reitor pro-tempore da UFFS, com a incumbência de coordenar os trabalhos para a implantação da nova universidade, sob a tutoria da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Ainda em 2009 foram realizados os



primeiros concursos e posses de servidores, estruturados os projetos pedagógicos provisórios dos cursos a serem implantados, definido o processo seletivo para o ingresso dos primeiros acadêmicos, estabelecidos os locais provisórios de funcionamento e constituída parte da equipe dirigente que coordenaria os primeiros trabalhos na implantação da UFFS.

No dia 29 de março de 2010 foram iniciadas as aulas nos cinco Campi da UFFS, com o ingresso de 2.160 acadêmicos selecionados com base nas notas do Enem/2009 e com a aplicação da bonificação para os que cursaram o ensino médio em escola pública. Em cada campus foi realizada programação de recepção aos acadêmicos com o envolvimento da comunidade interna e externa, visando marcar o primeiro dia de aula na Universidade. Em um diagnóstico sobre os acadêmicos que ingressaram na UFFS neste primeiro processo seletivo constatou-se que mais de 90% deles eram oriundos da Escola Pública de Ensino Médio e que mais de 60% deles representavam a primeira geração das famílias a acessar o ensino superior.

O início das aulas também ensejou o primeiro contato mais direto dos acadêmicos e dos docentes com os projetos pedagógicos dos cursos que haviam sido elaborados pela comissão de implantação da Universidade com base em três grandes eixos: Domínio Comum, Domínio Conexo e Domínio Específico. Os primeiros contatos foram evidenciando a necessidade de repensar os PPCs, tarefa que se realizou ao longo dos anos de 2010 e 2011, sob a coordenação dos respectivos colegiados de curso a fim de serem submetidos à Câmara de Graduação do Conselho Universitário para aprovação definitiva.

Nesta revisão consolidou-se uma concepção de currículo assentada em um corpo de conhecimentos organizado em três domínios: Comum, Conexo e Específico, expressos na matriz dos cursos, em componentes curriculares e outras modalidades de organização do conhecimento. O Domínio Comum visa proporcionar uma formação crítico-social e introduzir o acadêmico no ambiente universitário. O Domínio Conexo situa-se na interface entre as áreas de conhecimento, objetivando a formação e o diálogo interdisciplinar entre diferentes cursos, em cada campus. O Domínio Específico preocupa-se com uma sólida formação profissional. Compreende-se que os respectivos domínios são princípios articuladores entre o ensino, a pesquisa e a extensão, fundantes do projeto pedagógico institucional.



A organização dos campi, com a constituição de suas equipes dirigentes, a definição dos coordenadores de curso e a estruturação dos setores essenciais para garantir a funcionalidade do projeto da Universidade foi um desafio encarado ao longo do primeiro ano de funcionamento. Iniciava-se aí a trajetória em busca da constituição de uma identidade e de uma cultura institucional.

A preocupação em manter uma interação constante com a comunidade regional no sentido de projetar suas ações de ensino, pesquisa, extensão e administração fez com que a UFFS realizasse, ao longo do ano de 2010, a 1ª Conferência de Ensino, Pesquisa e Extensão (COEPE). Foram dezenas de oficinas, seminários e debates envolvendo a comunidade acadêmica, as entidades, as organizações e os movimentos sociais para definição das políticas de ensino, pesquisa e extensão da Universidade a partir de um diálogo aberto e franco com todos os setores sociais. O processo foi iniciado com debates em todos os campi e concluído com eventos regionais que resultaram numa sistematização das proposições que subsidiaram o processo de elaboração de políticas orientadoras para a ação da Universidade em seu processo de implantação e consolidação.

As primeiras ações da Universidade e a 1ª COEPE foram fundamentais para projetar o primeiro estatuto da UFFS. Através de um processo participativo, com o envolvimento de professores, de técnicos administrativos, de acadêmicos e de representação da comunidade externa, foi elaborado o Estatuto, que definiu os marcos referenciais básicos para a estruturação da nova Universidade. Compreendido em sua provisoriedade, a aprovação do primeiro estatuto permitiu que se avançasse para a estruturação das instâncias essenciais de funcionamento da Universidade, tais como o Conselho Universitário, os Conselhos de Campus, os Colegiados de Curso e a própria estrutura de gestão da UFFS.

A grande inovação da nova universidade, garantida em seu primeiro Estatuto, foi a constituição do Conselho Estratégico Social, envolvendo toda a Universidade, e dos Conselhos Comunitários, no âmbito de cada um dos campi, estabelecendo um instrumento de diálogo permanente com a comunidade regional e com o movimento social que lutou por sua implantação.

Estabelecidos os marcos iniciais deu-se a sequência na organização das



diretrizes e políticas específicas de cada Pró-Reitoria, Secretaria Especial, Setor e área de atuação da UFFS. Movimento este que iniciou a partir de 2012 e avança gradativamente na medida em que a Universidade vai crescendo e respondendo aos desafios da inserção nos espaços acadêmicos e sociais.

A consolidação dos cursos de graduação, a estruturação de diversos grupos de pesquisa e a criação de programas e projetos de extensão possibilitaram que a Universidade avançasse para a criação de Programas de Pós-Graduação, iniciando pelo *lato sensu*, já em 2011, até alcançar o *stricto sensu*, em 2013.

Desde a sua criação, a UFFS trabalhou com a ideia de que a consolidação do seu projeto pedagógico se faria, de forma articulada, com a consolidação de sua estrutura física. A construção dos espaços de trabalho dar-se-ia, articuladamente, com a constituição de seu corpo docente e técnico-administrativo. A criação da cultura institucional dar-se-ia, também de forma integrada, com a constituição dos ambientes de trabalho e de relações estabelecidas nos mesmos. Pode-se falar, portanto, em um movimento permanente de “constituição da Universidade e da sua forma de ser”.

Ao mesmo tempo em que a UFFS caminha para a consolidação de seu projeto inicial, já se desenham os primeiros passos para a sua expansão. Os movimentos em torno da criação de novos campi emergem no cenário regional; a participação nos programas do Ministério da Educação enseja novos desafios (destaca-se a expansão da Medicina, que levou à criação do Campus Passo Fundo, em 2013); o ingresso da UFFS no SISU enseja sua projeção no cenário nacional, exigindo readequações na compreensão da regionalidade como espaço preponderante de referência; a consolidação dos 5 campi iniciais, com os seus cursos de graduação, faz com que se intensifiquem os debates pela criação de novos cursos de graduação e de pós-graduação; a afirmação dos grupos de pesquisa, com seus programas e projetos, faz com que se projetem novos cursos de mestrado e se caminhe em direção aos primeiros doutorados. Entende-se que a consolidação e a expansão são processos complementares e articulados.

Criada a partir dos anseios da sociedade, a UFFS vem se afirmando como uma Universidade comprometida com a qualidade de seus cursos, de seus processos e das relações que estabelece. As avaliações realizadas pelas diferentes comissões



constituídas pelo INEP/MEC para verificar, in loco, as condições de oferta dos cursos de graduação da UFFS atestam esta qualidade.

Os avanços conquistados ao longo desses primeiros anos de sua implantação tornam cada vez mais claros os desafios que se projetam para os próximos: a participação, cada vez mais efetiva, na comunidade acadêmica nacional e internacional, com cursos de graduação, programas de pós-graduação, projetos e programas de extensão e experiências de gestão universitária; a permanente sintonia com os anseios da região na qual está situada; o compromisso constante com os movimentos e organizações sociais que constituíram o Movimento Pró-Universidade; e o sonho de uma universidade pública, popular e de qualidade, focada no desenvolvimento regional incluyente e sustentável.

(Texto homologado pela Decisão nº 2/2014 – CONSUNI/CGRAD)



3 EQUIPE DE ELABORAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO PPC

3.1 Coordenação de curso

Coordenador: Felipe Mattos Monteiro

Coordenador adjunto: Cristiano Augusto Durat

3.2 Equipe de elaboração:

Cristiano Augusto Durat (Professor)

Fábio Luiz Zeneratti (Professor)

Fernanda Marcon (Professora)

Felipe Mattos Monteiro (Professor)

Gabriela Ribeiro Cardoso (Técnica em Assuntos Educacionais)

Joaquim Gonçalves da Costa (Professor)

Letícia Cristina Bizarro Barbosa (Professora)

Liria Ângela Andrioli (Professora)

Maria Eloá Gehlen (Professor)

Siomara Aparecida Marques (Professor)

3.3 Comissão de acompanhamento pedagógico curricular

Hugo Von Linsingen Piazzetta (Diretor de Organização Pedagógica/DOP)

Adriana F. Faricoski, Neuza M. F. Blanger, Sandra F. Bordignon
(Pedagogas/DOP)

Alexandre L. Fassina (Técnico em Assuntos Educacionais/DOP)

Maiquel Tesser (Diretor de Registro Acadêmico/DRA)

Elaine A. Lorenzon, Marcos E. Franceschi, Pedro A. A. Castro, Priscilla
Romano (DRA)

Revisão das referências: A revisão foi realizada pelos membros da equipe de elaboração do PPC, em razão da ausência de bibliotecário no *campus* de Laranjeiras do Sul. Para outros esclarecimentos, consultar a coordenação acadêmica do *campus*.

3.4 Núcleo docente estruturante do curso

O NDE do curso de Ciências Sociais - Bacharelado, conforme designado na



Portaria nº 31/PROGRAD/UFFS/2020 é composto pelos seguintes membros:

Nome do Professor	Titulação principal	Domínio
Felipe Mattos Monteiro	Doutor	Específico
Cristiano Augusto Durat	Doutor	Específico
Fabio Pontarolo	Doutor	Específico
Fernanda Marcon	Doutora	Específico
Joaquim Gonçalves da Costa	Doutor	Específico

Quadro 1: Composição atual do Núcleo Docente Estruturante do curso



4 JUSTIFICATIVA

A UFFS iniciou o processo para discutir sua expansão interna em 2013/2014. Naquele momento, entre diversas opções sugeridas e elencadas pela comunidade interna/externa, o curso de Ciências Sociais obteve grande destaque. Em decorrência do debate vinculado à expansão, em agosto de 2013 ocorreu no *campus* uma audiência pública que contou com a presença de mais de 200 pessoas, entre elas: representantes de movimentos sociais, organizações não governamentais, organizações governamentais, representantes de associações, empresas privadas, bem como, professores(as), técnicos(as) e acadêmicos(as) da UFFS – Campus Laranjeiras do Sul. Tendo em vista uma dinâmica de trabalho organizada em grupos de discussão, na audiência, o curso de Ciências Sociais apareceu entre os mais citados e como aquele que poderia exercer um papel importante para satisfazer as necessidades regionais em termos de pesquisa e atuação social. A proposta de criação do curso chegou a ser apresentada em reunião do Conselho de Campus que ocorreu no mesmo ano. Entretanto, diante das mudanças ocorridas no cenário nacional, o processo de expansão interna da instituição foi interrompido.

No final de 2017, o tema voltou à pauta, retomado como uma proposta atrelada às políticas institucionais, o que resultou na constituição no ano de 2018 de um Grupo de Trabalho (GT) formado por professores e técnicos que tinha como prerrogativa formular a proposta para a criação do Curso de Ciências Sociais (Portaria 72/PROGRAD/2018). Com isso, em 20 de maio de 2019 o projeto de criação do curso foi aprovado na Sessão Extraordinária do Conselho de Campus. No dia 7 de agosto de 2019, o Conselho Estratégico Social (CES) manifestou-se favorável à criação do curso, e na 5ª Sessão Extraordinária do Conselho Universitário ocorrida no dia 28 agosto de 2019, o Curso de Ciências Sociais – Bacharelado teve seu funcionamento autorizado e sua criação definitivamente aprovada.

É importante ressaltar que as reivindicações em torno da criação do curso de Ciências Sociais têm origem no Movimento Pró Universidade constituído ainda em 2005, isto é, cinco anos antes do início das atividades da UFFS, que ficou encarregado de promover o debate sobre a implantação da universidade federal em uma região com baixíssima oferta de instituições de ensino superior (*Relatório da I COEPE:*



Construindo agendas e definindo rumos, 2010). As propostas de Cursos de Ciências Sociais na UFFS consolidam-se na sua implantação em 2010 nos *campi* de Chapecó/Santa Catarina e Erechim/Rio Grande do Sul, ficando fora dos situados no Paraná (Laranjeiras do Sul e Realeza). Mas em agosto de 2013, na Audiência Pública citada anteriormente, a demanda pelo curso surge novamente da comunidade regional, sendo o curso de Ciências Sociais o mais indicado na área de humanas. Foi esta aprovação pública de um curso de Ciências Sociais na região que motivou a proposição da formação de bacharel.

Cabe ressaltar que a proposta de criação de um curso em Ciências Sociais está diretamente atrelada às características locais e às potencialidades de desenvolver conhecimento sobre as práticas culturais, sociais e políticas da região. O campus Laranjeiras do Sul está situado em uma região denominada Cantuquiriguaçu. Seu nome que expressa a diversidade das culturas brasileiras, pois tem origem nas línguas indígenas, retrata os três rios que circunscrevem os limites dos municípios pertencentes ao território, a saber: o rio Cantu, o rio Piquiri e o Rio Iguazu. Ao todo são 20 municípios com uma população total de 230.000 mil habitantes que compõem o espaço de inserção do campus.¹

No contexto sociopolítico da região da Cantuquiriguaçu atuam vários movimentos sociais por reforma agrária que formam a Via Campesina, rede internacional de movimentos sociais do campo constituído na Cantu pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Movimento dos Povos Tradicionais (quilombolas, indígenas) e pelo Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), além de diversas Organizações Não Governamentais (ONGs). Destaque também para os assentamentos Marcos Freire com 574 famílias assentadas, para o Ireno Alves dos Santos com 934 famílias, Celso Furtado com 1.004 famílias e o 8 de Junho com 73 famílias, o que juntos somam mais de 2.500 famílias residentes;² e as quatro terras indígenas com quase cinco mil habitantes, são elas: a Terra Indígena Boa Vista com 169 habitantes localizada no município de Laranjeiras do Sul; a Terra Indígena de Mangueirinha com 765 habitantes localizada no

1 Dados apresentados no “Relatório da Comissão de Expansão da Universidade Federal da Fronteira Sul”. Comissão composta por Cladir Teresinha Zanotelli (Presidente), Joaquim Gonçalves da Costa (Representante dos Coordenadores de Curso), Mariano Sanches (Representante dos Docentes), João Costa de Oliveira (Representante da Comunidade Externa), Lucimara Lemiechek Spassin (Representante dos Técnicos) e Leandro Antonio da Luz (Representante dos Discentes).

2 Fonte: <http://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php>. Acesso em: 18/12/2019.



município de Mangueirinha; a Terra Indígena Palmas com 755 habitantes localizada no município de Palmas; e a Terra Indígena Rio das Cobras com 3.250 habitantes localizada no município de Nova Laranjeiras.³ Esta última a maior do Paraná em número de habitantes. Portanto, a região de abrangência da UFFS consta com uma dinâmica rica de produções sociais, políticas e culturais que acabam por trazer novos elementos para a análise do rural e seus efeitos sobre as realidades urbanas, inclusive reorganizando a própria dinâmica produtiva.

Nesse quadro há os fatores estruturais que fornecem elementos importantes para explicar as lacunas existentes no desenvolvimento da região. De acordo com o relatório elaborado pela Comissão de Expansão da Universidade Federal da Fronteira Sul, a realidade local é caracterizada por baixos índices de desenvolvimento – IDH-M, carência de infraestrutura e logística. De produção basicamente primária, há carências profundas de quadros técnicos em quase todas as áreas, o que resulta em uma baixa capacidade organizativa e gerencial-administrativa pública e cooperativa, bem como, na dificuldade de captação e gestão de recursos em setores estratégicos.

Com isso, o curso de bacharelado em Ciências Sociais pode contribuir com o esforço da UFFS em promover ações que garantam a intervenção de forma qualificada na região, seja do ponto de vista econômico, social e cultural. Nesse sentido, um curso como o de Ciências Sociais que tem como objetivo principal analisar a atividade humana nas suas práticas sociais, culturais e políticas, constitui-se como uma área de excelência para produzir conhecimento sobre essa diversidade de manifestações humanas. Assim, o curso cumpre com demandas históricas que tem como prerrogativa fortalecer e qualificar a atuação profissional em ações práticas por meio de consultoria, assessoria, planejamento, pesquisa, entre outros. Cabe ressaltar que as Ciências Sociais ofertadas pelas universidades públicas estão assentadas nos três pilares que formam profissionais de ensino superior: ensino, pesquisa e extensão, o que garante a qualidade dos profissionais que atuarão na área. Nesse caso, a principal justificativa de se oferecer este curso de bacharelado no Campus de Laranjeiras no Sul, deve-se à necessidade de uma formação científica voltada ao desenvolvimento socioeconômico da região da Cantuquiriguaçu, tendo como premissa a formação de profissionais com competências e habilidades técnicas para a formulação, gestão e avaliação de políticas públicas junto aos órgãos governamentais. O bacharel em Ciências Sociais também poderá atuar na

3 Disponível em: <https://terrasindigenas.org.br/pt-br/pesquisa/povo/127>. Acesso em: 12/11/2019.



elaboração e gestão de projetos de incentivo ao desenvolvimento socioeconômico por meio de organizações privadas da sociedade civil, atuando como consultor, assessor e pesquisador.

A ampla formação do bacharel em Ciências Sociais (Antropologia, Ciência Política e Sociologia) o capacita a pensar e atuar sobre diferentes questões, como a sociedade, a cultura e a política. O perfil do egresso o qualifica a trabalhar em organizações públicas como prefeituras, secretarias e demais órgãos públicos, além de organizações privadas da sociedade civil e empresas. Além disso, tal perfil profissional se faz imprescindível em institutos de pesquisa, tanto públicos como privados, elaborando metodologias de estudo e realizando a análise qualificada de dados.

Pode-se listar algumas das oportunidades profissionais nas quais o bacharel em Ciências Sociais pode atuar:

- Órgãos de pesquisa e institutos públicos como o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), entre outros;
- Organizações internacionais sediadas no Brasil e no exterior, como a ONU, a CEPAL, a UNESCO e o BID;
- ONGs internacionais, nacionais e locais;
- Autarquias como o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional IPHAN.
- Órgãos governamentais, como a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA);
- Realização de consultorias, estudos e relatórios de impacto socioambiental (EIA RIMA) para empreendimentos e obras públicas e privadas, como portos, hidrelétricas, barragens, estaleiros, entre outros;
- Carreira acadêmica como docente e pesquisador nas Universidades, atuando na graduação e na pós-graduação.



Outro indicativo importante a considerar refere-se ao aspecto intelectual proporcionado pela área, pois possibilita uma formação humanística e cultural sólida, abrindo um campo importante de atuação na carreira acadêmica como pesquisador e docente nas instituições de ensino superior e nos programas de pós-graduação. Portanto, tendo em vista o pensamento articulado com a pesquisa, a capacitação profissional e a expertise em compreender problemas sociais significativos, o curso de Ciências Sociais – Bacharelado poderá formar profissionais capazes de analisar, interpretar e atuar de forma qualificada sobre a realidade social.



5 REFERENCIAIS ORIENTADORES (Ético-Políticos, Epistemológicos, Metodológicos e Legais)

5.1 Referenciais ético-políticos

Os princípios ético-políticos serão orientadores das ações em nível institucional acadêmico, seja no ensino, na pesquisa, na extensão ou na própria gestão. Espera-se que o alcance destes princípios pelos(as) estudantes se ampliem para além da atuação universitária e profissional, contribuindo assim para a incorporação de uma conduta ética pluralista, crítica e reflexiva. Da mesma forma, buscar-se-á oferecer aos estudantes ferramentas básicas que visem gerar conhecimento sobre a complexidade das estruturas sociais, e desse modo, dando condições para a realização de iniciativas que tenham como objetivo superar as discriminações e opressões constitutivas da vida em sociedade. Nesse sentido, nasce um dos mais importantes princípios, que é justamente o aspecto ético e político. Neste ponto, parte-se do princípio de que a construção, a produção e a socialização dos conhecimentos científicos e culturais devem ser garantidas a todos(as), uma vez que se caracterizam como bens universais pertencentes à humanidade.

Portanto, entende-se que o compromisso ético-político do curso com a formação de novos(as) profissionais bacharéis, precisa partir concretamente da base material mencionada acima. De acordo com Karl Marx, ‘a Ciência só pode⁴ desempenhar o seu genuíno papel na República do Trabalho’. Deste modo, diferentes mediações deverão compor esse processo de travessia e de garantia das condições objetivo-materiais para essa situação real. O processo de Formação Humana deve combinar/interseccionar a reflexão-ação ético-política à luz de fundamentos ontológicos e epistemológicos, que além de problematizarem e instruírem a posição do pesquisador(a), formando(a) face ao objeto de estudo [o social], possa também unir a cientificidade do conhecimento com os processos coletivos de transformação da realidade social, bem como, avaliar a relação

4 Por entender que a Ontologia do Ser Social se constitui nas relações objetivo-materiais de produção e reprodução da existência [social] e não dada por princípios e elementos metafísicos. Neste sentido, a materialidade social é o grande escopo da realização desse processo e das diferentes dimensões que compõe humano em seu sentido universal e omnilateral. A concepção materialista tem sua origem primeira na compreensão mesma da materialidade corpórea, que nos constitui como Seres Humanos ao ir combinando, nos processos do devir histórico, os elementos orgânicos [naturais] e sociais.



que existe entre, conhecimentos e interesses na produção das diferentes explicações e das ações objetivo-materiais do Ser Social formado.

A produção do conhecimento e dos processos de pesquisa em uma sociedade cindida em classes constitui-se numa prática social fundamental que se realiza dentro das relações sociais e a partir das contradições objetivas que expressam interesses antagônicos, em que a produção da ciência e da pesquisa, o arcabouço explicativo [inscrito na dinamicidade do real/social], os valores e símbolos buscam, de um lado, afirmar e reproduzir a hegemônica organização social, apresentando-a como natural e ‘eterna’, imutável e, por outro, ocultando as determinações que evidenciam a sua natureza histórica.

A tarefa histórica das ciências sociais (das humanidades em geral) deve e passa a ser, a de desvelar, a visão de mundo, a concepção de método e de ciência, construídos através das formas de reprodução da sociedade capitalista. É colocar em marcha a tarefa da ciência a serviço da história humana com base real e não metafísica e, portanto, evidenciar que os Seres Humanos/Sociais não são definidos por uma ‘pretensa natureza eterna’ que os torna iguais abstratamente sem levar em conta que no decorrer da história a humanidade com suas relações sociais se desenvolveu sob o domínio e a exploração de uma minoria sobre a maioria da sociedade. Construindo um entendimento, analogamente a partir de Marx, a tarefa das Ciências Sociais e da filosofia, por exemplo, é demonstrar que não há limites para o desenvolvimento do humano e do social, a não ser os limites construídos e impostos pelos próprios homens.⁵ De acordo com Lukács (2013, p. 302):

[...] tornou-se visível um dos polos do desenvolvimento social, o próprio homem, no contexto de seu crescimento rumo ao seu próprio ser-para-si e à generidade consciente. A análise das forças ontologicamente determinantes desse crescimento mostra que são sempre resultantes das interações entre as respectivas formações sociais e as possibilidades e necessidades de ação dos próprios homens que se realizam concretamente dentro do campo de ação oferecido pela formação e das possibilidades e tarefas que esta lhe impõe.

Deste modo, compreende-se que não há uma essência que define o Ser Humano fora da história construída por ele mesmo. É nesta concepção que assentamos os

5 Refere-se à necessidade histórica de desmascarar os processos e relações que efetivam a autoalienação humana, tanto em suas formas sagradas, quanto nas suas formas não-sagradas, portanto, sociais.



referenciais ético-políticos do presente Curso de Graduação em Ciências Sociais [Bacharelado], tendo em vista que se inscreve no interior de relações de totalidade fundamentais do momento da história, mas que se materializam e têm incidência na particularidade, no local. De posse desse entendimento, subscreve-se que, além da compreensão desse processo, a intencionalidade de contribuir para a transformação e superação do *modus operandi* do modo de produção capitalista, deve desde já apontar e contribuir com os elementos potenciais dos germes do novo modo de reprodução social. Como destaca Gaudêncio Frigotto (2014, p. 58; 59).

A crítica assume efetivo papel histórico quando se constitui em mediação para a travessia para as novas formas de relações sociais. Desde o início, então, a construção crítica de análise da realidade social engendra uma dimensão ético-política.

Esta tarefa, como assinalamos, não é apenas teórica, mas ético-política, por ser este o instrumental que nos permite a crítica mais radical ao capital mundializado e, ao mesmo tempo, a nosso ver é a única saída histórica capaz de evitar a ampliação da barbárie e de instaurar uma sociabilidade humana efetivamente solidária.

O interesse específico no reconhecimento da importância estratégica e no fortalecimento das Ciências Sociais como domínio autônomo do saber (científico), pressupõe a consciente atitude dos seus profissionais quanto aos objetivos de suas investigações e atuações, tendo em vista que devem ser vistas como a concretização daquela responsabilidade pelo mundo, pelas transformações sociais e pelos outros, que todos nós devemos enquanto seres sociais. Conhecer e pensar o social é sempre intervir nele, e dentro desse contexto de relações, de atuação e práxis, da esfera humana e desta com a natureza, a necessidade de definir uma ética impõe-se, antes de tudo, pela necessidade de compreender os princípios e elementos fundamentais da relação entre cientista e o social e fundamentalmente das razões que o fazem investigar e agir.

O conhecimento que interessa à classe que vive do trabalho é aquele que ajuda a revelar as formas preponderantes de dominação e alienação. Neste sentido, este conhecimento construído nos processos formativos ao longo do curso, deve constituir-se em guia de práxis transformadora dessas estruturas sociais, as quais produzem e reproduzem os processos de exploração e alienação. Quando no processo de construção do conhecimento se compreende e se expõe a historicidade do real com suas



determinações que o constituem em suas diferentes dimensões – político, social, econômico, cultural, etc., este conhecimento se transforma em força material transformadora.

Como tratamos dos referenciais Ético-políticos, além desses aspectos destaca-se a importância do Curso de Ciências Sociais - Bacharelado frente ao momento histórico em que o Brasil está passando e a incidência desse processo sobre a Universidade Pública e, por consequência sobre o Ensino, a Pesquisa e a Extensão.

De um lado, vemos na atualidade que políticas públicas de maneira geral, e fundamentalmente as relacionadas à educação e, por consequência da Universidade Pública no Brasil, enfrentam um de seus momentos mais críticos. Por outro, tem ganhado força nestes últimos anos iniciativas para o fortalecimento de uma obscura concepção anti-intelectual em que, a partir do seio da sociedade política-dirigente, a multidimensionalidade da vida social é reduzida a palavras e frases de efeitos, quase sempre sem base científica. Além disso, atuações no âmbito estatal, visam, sobretudo, por meio do arcabouço jurídico implementar princípios indutores que atacam a liberdade, tanto de expressão, como de cátedra. Aliás, instituições e pesquisas sérias sofrem sistemáticas ‘desconstruções discursivas’, deboches dentre tantas outras atitudes de gosto, definitivamente inomináveis, de parte da representação política e de poder estatal. Os programas, projetos e políticas anunciadas – e alguns/algumas já implementadas – no mundo da educação e em diversas áreas, expõe situações objetivo-concretas para as instituições de Ensino Superior públicas, que as conduzem à sua crise sistêmica e, porque não dizer, às reais potencialidades de desaparecimento. Ou seja, agentes públicos têm colocado em curso defesas e perspectivas que levam a uma descredibilização da Educação Superior pública, mesmo que saibamos que são várias as Universidades Públicas brasileiras que ocupam lugares importantes na produção de pesquisa e da ciência no mundo.

Quando a Universidade Pública é atingida em sua autonomia, quando esta sofre cortes nos orçamentos e em áreas estratégicas indispensáveis ao desenvolvimento da sociedade em suas diferentes dimensões, (nomeadamente no âmbito da Universidade), o Ensino, a Pesquisa, a Extensão e a Pós-graduação, é a própria sociedade que é atacada e sofre, ficando estagnada, desqualificada, sem futuro e sem solução para diversos problemas econômico-sociais. É a expressão em seu mais alto grau da objetivação da



dependência e, por consequência, do aumento de áreas geográficas, econômicas e sociais cada vez mais subdesenvolvidas.

É nesse contexto de desvalorização e desmonte que áreas como as Ciências Sociais, Filosofia, História, as Artes e as Letras, entre outras, que as chamadas humanidades são frontalmente e primeiramente mais atingidas, fragilizadas e desqualificadas por discursos originados do meio político e dos representantes do Estado.

Contudo, é primeiramente e fundamentalmente nas humanidades que se constroem as bases da formação crítica, da formação humanística, da cidadania compromissada com o bem comum, da *práxis* consciente e das defesas das liberdades. Por meio das instituições de Ensino Superior cujas propostas pedagógicas e de Formação Humana, são crítico-humanistas e se preocupam com a transformação social, se oferece a milhões de brasileiros e brasileiras as oportunidades de formação profissional, omnilateral e desenvolvimento de pesquisas compromissadas com a multidimensionalidade do ser humano e do social, bem como com a capacidade de pensar com rigor os processos sociais com suas contradições e potencialidades e, portanto, com o mesmo rigor a capacidade de agir e de transformá-los na direção de um ‘dever’ histórico interessado à classe que vive do trabalho.

As Ciências Sociais tornaram-se o arcabouço analítico e o lócus do argumento de autoridade quando se trata de se pensar as necessárias e novas ordens sociais. Neste sentido, há uma centralidade de elementos de reflexão ética, por indicar no processo de sua profissionalização crescente, não apenas regular e dominarem suas técnicas de pesquisa social mas, fundamentalmente de inscrever no processo formativo os elementos subsidiários e substanciais, que dão as condições de refletirem sobre os objetivos e propósitos da atividade enquanto cientista social.

É considerando esses elementos que os referenciais ético-políticos do presente Curso de graduação indicam para essa direção e para o entendimento de que o conhecimento nos diversos tempos e espaços formativos implementados, devem potencializar a combinação entre teoria e prática, haja visto que o conhecimento que se constitui em força material gesta-se na *práxis* (revolucionária).

5.2 Referenciais Epistemológicos



Além de uma formação ampla que situe o(a) acadêmico(a) no contexto vivido e ofereça bases para a transformação do seu entorno, o curso de Bacharelado em Ciências Sociais também procurará fornecer elementos importantes relacionados aos fundamentos teóricos e empíricos que estão nas raízes históricas das Ciências Sociais e se desenvolveram ao longo do tempo. Portanto, propõe-se que os(as) acadêmicos(as) tenham uma formação ampla no que diz respeito às principais categorias teórico analíticas do campo da antropologia, ciência política e sociologia, bem como, tenham a possibilidade de conhecer ferramentas metodológicas que possibilitem a produção de conhecimento avançado na área, contribuindo para uma atividade profissional qualificada.

O curso desenvolverá temáticas que estão atreladas aos princípios referenciais da universidade considerando suas especificidades regionais. Tal perspectiva contribui para a construção de um curso de graduação diretamente envolvido com a realidade local. Embora exista uma preocupação clara em contextualizar a formação dos(as) acadêmicos(as) no debate global, as especificidades referentes à inserção da universidade em um ambiente distinto de outras instituições serão levadas em conta. Em resumo, propõe-se construir um arcabouço epistemológico que vise capacitar o(a) futuro(a) pesquisador(a) a lidar com aspectos originários de suas realidades. Por isso, categorias científicas tradicionais serão problematizadas de modo comparativo às novas descobertas advindas do mundo não ocidental.

No entanto, entende-se que os(as) estudantes também precisam obter uma formação universal no sentido de conhecer e problematizar o que o mundo acadêmico historicamente visualizou como problemas teóricos e metodológicos importantes. Assim, além de tomar como ponto de partida o debate local, o curso também privilegia uma formação ampla que tenha como objetivo conhecer as principais categorias analíticas existentes nos campos da antropologia, ciência política e sociologia, bem como, de outras ciências sociais: a história, a economia, a geografia e também a própria filosofia. Seja com relação ao conhecimento da literatura clássica e das principais escolas teóricas e empíricas, seja com relação ao desenvolvimento das abordagens correlacionadas aos contextos políticos e sociais, o curso desenvolverá fundamentos epistemológicos situados em categorias tradicionalmente constituídas no campo



científico, porém, problematizadas em conjunto com a produção regional e local.

O curso também buscará promover uma formação metodológica que garanta aos acadêmicos(as) se tornarem autônomos na produção de conhecimento. Assim, ferramentas metodológicas tanto de ordem qualitativa quanto quantitativa serão extensivamente trabalhadas durante a formação. Espera-se que os(as) estudantes dominem instrumentos de coleta, análise e interpretação de dados e que tal qualificação sintetize pesquisa, consultorias e gestão em um campo comum. Cabe destacar que os princípios epistemológicos e metodológicos também visam uma formação profissional, científica e voltada para o entendimento das questões e elementos fundamentais que dizem respeito à sociedade. Nesse sentido, o curso de Bacharelado em Ciências Sociais procura orientar uma formação acadêmica que vise desenvolver uma articulação processual e permanente entre ensino, pesquisa e extensão, que permita ao estudante entender o próprio processo de formação, no qual ele estará envolvido como algo indissociável da pesquisa e da extensão universitária, que poderá envolver atividades acadêmicas ou extra-acadêmicas. Este elemento será facilitado justamente pelo fato de que os(as) acadêmicos(as) poderão estabelecer trocas importantes nos componentes curriculares compartilhados com o curso de Ciências Sociais- Licenciatura. Trata-se de uma experiência que permitirá aos dois públicos promoverem trocas substantivas, superando uma visão por vezes limitadora entre o “professor(a)” e o(a) “pesquisador(a)”.

Por fim, atendendo às peculiaridades de cada contexto social, o curso também procura desenvolver competências e habilidades gerais: domínio da bibliografia teórica e metodológica básica; autonomia intelectual; capacidade analítica; competência na articulação entre teoria, pesquisa e prática social; compromisso social e competência na utilização da informática.

5.3 Referenciais Metodológicos

A educação é um fenômeno social inserida em esferas e relações mais amplas que dizem respeito à organização da sociedade de maneira geral. Neste sentido, a formação acadêmica na área de Ciências Sociais deve acontecer em diferentes tempos e espaços formativos, bem como, deve desenvolver procedimentos metodológicos e didáticos



pedagógicos que garantam essa intencionalidade implícita. Estes elementos devem possibilitar o processo de construção de conhecimento integrado com ações práticas. Ou seja, há que garantir didaticamente e pedagogicamente as condições para que os acadêmicos e acadêmicas do curso possam aplicar os conteúdos, as reflexões teóricas, as pesquisas, bem como vivenciar os valores instituídos nesse processo de Formação Humana.

Em relação à construção do conhecimento deve-se ter clareza de que é, impossível a compreensão da realidade apenas no plano da abstração, das doutrinas teóricas, ou seja, no plano puramente lógico, que embora sejam fundamentais, necessitam de outros elementos.

Os processos formativos precisam proporcionar aos acadêmicos e acadêmicas as condições metodológicas e didático-científicas para que possam relacionar teoria e prática com vistas a encontrar as alternativas e soluções aos fenômenos e problemas sociais estudados. Procedimentos didáticos e pedagógicos que garantam e potencializem um processo formativo que imputa a necessidade do diálogo, da intervenção com/na materialidade social regional, inscrevem-se como fundamentais. O processo didático ‘vivido’ no tempo de formação pelos sujeitos educativos, professores(as) e acadêmicos(a)), ao considerarmos os princípios/referenciais ético-políticos e epistemológicos, incorpora a necessidade de uma organicidade didático-pedagógica que potencializa os processos de construção, tanto do conhecimento, quanto das metodologias que possam ser utilizadas, sempre com a direta e vinculada relação entre o conteúdo acadêmico e a realidade. Entende-se, portanto, que a materialidade deve ser compreendida à luz da teoria, e esta, ganha força material explicativa a partir do seu tensionamento nas investigações da realidade e dos objetos de pesquisa e estudo presentes no currículo ou nas demandas sociais.

O conhecimento nas áreas das Ciências Sociais, não é de maneira alguma, apenas de natureza lógica. De acordo com Lukács (2015, p. 82 – 83):

O conhecimento das mediações, em particular das formas de mediação reais pelas quais são produzidas as formas de manifestação imediatas da sociedade, pressupõe um posicionamento crítico-prático, crítico-dialético, em relação à realidade social: o ponto de vista crítico-prático do proletariado revolucionário. A classe burguesa, até mesmo quando se trata de seus representantes científicos mais significativos, é obrigada a deter-se na imediatez de suas



formas sociais e, por essa razão, não é capaz de conhecer dialeticamente uma sociedade em sua totalidade e em seu devir, ou seja, em termos ao mesmo tempo teóricos e históricos.

Deste modo, o Curso de Graduação em Ciências Sociais (Bacharelado) em sua materialização e materialidade didático-pedagógico deve oportunizar e dar as condições aos acadêmicos e acadêmicas os meios teóricos e metodológicos para que possam desenvolver as suas capacidades intelectuais que possam dominar, como afirma Libâneo (2006, p. 71), “[...] métodos de estudo e de trabalho intelectual visando sua autonomia no processo de aprendizagem e independência de pensamento”. Ou seja, é a intencionalidade do curso de graduação em suas relações didático-pedagógicas, ser a potencialidade em garantir que o sujeito que produz o conhecimento interaja com o objeto de estudo em um tempo e espaço determinados, resultantes de múltiplas determinações e das múltiplas dimensões da temporalidade social e, por estas razões, se torne propício para a articulação teoria-prática nos tempos e espaços formativos.

Os elementos, teóricos, metodológicos, didático-pedagógicos, devem garantir que os acadêmicos(as) possam ser capazes de situar-se no contexto concreto para analisar o desconhecido, para apreender o movimento do real-social, recolher as informações, sistematizar, etc., fundamentalmente aquele conhecimento que não esteja dado, haja visto, que parte-se da compreensão de que por força material o conhecimento se origina, por vezes, fora do arcabouço analítico já sistematizado. Ou seja, tem origem insólita e não necessariamente no conhecimento abstratamente acumulado.

Considerando estes fundamentos, os referenciais didático-pedagógicos demonstram que as condições metodológicas dos processos formativos devam permitir e garantir a passagem da visão do objeto empírico [na aparência], singular, à luz de conceitos universais/gerais que constituem o arcabouço analítico e de comunicação do entendimento do campo das Ciências Sociais em todas as suas condições analíticas/explicativas, categorias e conceitos com o que pensamos.

Por fim, sintetizamos a seguir, os princípios metodológicos que darão as bases para a formação no Curso de Graduação em Ciências Sociais - Bacharelado:

1) Propiciar aos estudantes uma formação teórico-metodológica sólida em torno dos eixos que formam a identidade do curso (Antropologia, Ciência Política e Sociologia) e fornecer instrumentos para estabelecer relações com a pesquisa e a prática



social;

2) Consolidar uma estrutura curricular que estimule a autonomia intelectual, a capacidade analítica dos estudantes e uma ampla formação humanística;

3) Garantir a problematização das categorias tradicionais do campo nas Ciências Sociais considerando os avanços obtidos pelas regiões situadas fora do eixo dos países desenvolvidos e relacionar esses aspectos com as demandas originadas do espaço em que a universidade está posicionada;

4) Estimular a produção de um projeto pedagógico que explicita os objetivos do curso, a articulação entre os componentes curriculares, as linhas e grupos de pesquisa, as especificidades de formação, a tutoria e os projetos de extensão;

5) Estimular avaliações institucionais no sentido do aperfeiçoamento constante do curso;

6) Promover atividades que avancem para além das práticas curriculares, como a elaboração de projetos de extensão e de pesquisa.

5.4 Referenciais Legais e Institucionais

O Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Ciências Sociais - Bacharelado busca corresponder e materializar os princípios indutores inscritos nas normas legais. A formação em Ciências Sociais inscreve-se como relevante nas diversas frentes e estratégias que visam alcançar as transformações desejáveis na educação, nas políticas públicas e nos processos de desenvolvimento humano e social. Contudo, este campo tem se constituído dentro de um contexto de contradições, projetos e tensões objetivo-materiais, que neste período recente ganha novos contornos e se nota um aumento sensível das linhas limítrofes para o avanço e desenvolvimento dessa área de conhecimento. Diante disso, pauta-se com este Curso a ocupação de um relevante espaço político-acadêmico com vistas a contribuir com processos de emancipação humana e desenvolvimento social.

Neste sentido, cabe destacar que o curso de Ciências Sociais (Bacharelado) foi concebido em conformidade com o arcabouço jurídico (instituído e instituinte de/para processos fáticos) que orienta, regulamenta e subsidia a ação praxica institucional e profissional dos sujeitos sociais envolvidos no processo de implementação, materialização e integralização das ações inerentes ao Curso de Ciências Sociais,



incorporadas e conferidas neste Projeto Pedagógico de Curso. Deste modo, partindo dos princípios Constitucionais (CF 1988), fundamentalmente princípios presentes nos Artigos 205 a 214 da Magna Carta, o presente Projeto Pedagógico de Curso, tem como base o conjunto (necessário) de legislações infraconstitucionais, somando-se a estas, o conjunto de normativas, com grau de especificidades inerentes, exaradas pelo Conselho Nacional de Educação e pelo Conselho Universitário da UFFS.

Iniciando com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) 9.394 de 20 de dezembro de 1996, observamos os princípios indutores (pedagógicos) presentes nos Artigos 43 a 54, que se referem aos grandes pilares para o Ensino Superior. Além disso, o Projeto Pedagógico de Curso aplica as recomendações presentes no Parecer do Conselho Nacional de Educação através da Câmara de Ensino Superior nº 492/2001 (CNE/CES/492/2001) retificado pelo Parecer CNE/CES 1363/2001, que trata das Diretrizes Curriculares para os Cursos de Graduação em Ciências Sociais – (Antropologia, Ciência Política e Sociologia). Neste sentido, o referido PPC de curso contempla em linhas gerais, tal intencionalidade prescrita (nos princípios orientadores da concepção das Diretrizes Curriculares) que é:

- 1- Propiciar aos estudantes uma formação teórico-metodológica sólida em torno dos eixos que formam a identidade do curso (Antropologia, Ciência Política e Sociologia) e fornecer instrumentos para estabelecer relações com a pesquisa e a prática social.
- 2- Criar uma estrutura curricular que estimule a autonomia intelectual, a capacidade analítica dos estudantes e uma ampla formação humanística.
- 3- Partir da ideia de que o curso é um percurso que abre um campo de possibilidades com alternativas de trajetórias e não apenas uma grade curricular.
- 4- Estimular a produção de um projeto pedagógico que explicita os objetivos do curso, a articulação entre disciplinas, as linhas e núcleos de pesquisa, as especificidades de formação, a tutoria e os projetos de extensão.
- 5- Estimular avaliações institucionais no sentido do aperfeiçoamento constante do curso.

Soma-se a esta base legal orientadora, também a Resolução do CNE/CES nº 17 de 13 de março de 2002 que ‘Estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de



Ciências Sociais – [Antropologia, Ciência Política e Sociologia]’. Entende-se que este PPC expressa e corresponde às principais linhas de formação acadêmica e profissional a ser oferecido pelo curso de Ciências Sociais – Antropologia, Ciência Política e Sociologia. De acordo com esta Resolução, o Projeto Pedagógico de Curso deverá explicitar: a) o perfil dos formandos nas modalidades bacharelado; b) as competências e habilidades – gerais a serem desenvolvidas; c) as competências e habilidades específicas a serem desenvolvidas; d) os conteúdos curriculares de formação específica, formação complementar e formação livre; e) a estrutura do curso; f) o formato dos estágios; g) as características das atividades complementares; h) as formas de avaliação.

A partir do exposto, vemos que em linhas gerais, o Projeto Pedagógico de Curso, incorpora os valores proclamados e prescritos na legislação, regulamentação e normatização do conjunto e das diferentes peças legais. E, considerando que o arcabouço jurídico expressa momentos de sínteses, entende-se também, que são imperativos e pontos de partida que demarcarão a natureza do processo. Deste modo, a partir dos apontamentos de um marco legal, as ações dos sujeitos podem, ao interferir na realidade, ressignificar, ‘melhorar’, dando coerência e mais radicalidade na aplicação desses marcos legais. O sentido e a implementação tanto dos conceitos quanto dos imperativos legais descritos no arcabouço jurídico sustenta a formação do Bacharel/Cientista em Ciências Sociais, que perpassam em linhas gerais, pelo sentido dado e materializado na luta e atuação dos sujeitos sociais envolvidos nos processos de formação humana e profissional deste curso.

Âmbito nacional:

Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002 – regulamenta a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 – que dispõe sobre a inclusão da educação ambiental em todos os níveis e modalidades de ensino, observando: I – a integração da educação ambiental às disciplinas de modo transversal, contínuo e permanente; e II – a adequação dos programas já vigentes de formação continuada de educadores.

Portaria nº 3.284, de 07/11/2003 – dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de



reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições.

Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004 – institui as Diretrizes Curriculares Nacionais das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e obriga as Instituições de Ensino Superior a incluírem nos conteúdos de disciplinas e atividades curriculares dos cursos que ministram, a Educação das Relações Étnico-Raciais, bem como o tratamento de questões e temáticas que dizem respeito aos afrodescendentes, nos termos explicitados no Parecer CNE/CP nº 3/2004.

Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005 – regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002 e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que dispõe sobre a inserção obrigatória de Língua Brasileira de Sinais – Libras para todos os cursos de Licenciatura e a inserção optativa para todos os cursos de bacharelado.

Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008 – altera a Lei nº 9.394/1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003 e inclui no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira.

Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008 – dispõe sobre estágio de estudantes.

Resolução nº 01, de 17 de junho de 2010 – normatiza o Núcleo Docente Estruturante de cursos de graduação da Educação Superior como um grupo de docentes, com atribuições acadêmicas de acompanhamento, atuante no processo de concepção, consolidação e contínua atualização do projeto pedagógico do curso.

Resolução nº 01, de 30 de maio de 2012 – estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Estabelece a necessidade de que os Projetos Pedagógicos de Curso contemplem a inserção dos conhecimentos concernentes à Educação em Direitos Humanos na organização dos currículos da Educação Básica e da Educação Superior, baseada no Parecer CNE/CP nº 8/2012.

Decreto nº 7.824, de 11 de outubro de 2012 – regulamenta a lei no 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio (Legislação de cotas).

Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012 – institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, garantindo a este público acesso à educação e ao ensino profissionalizante. No que se refere à proteção dos direitos da pessoa com



transtorno do espectro autista e demais deficiências, há na UFFS o Núcleo de Acessibilidade, que desempenha ações que visam garantir o acesso, a permanência e a aprendizagem para esses estudantes.

Referenciais de Acessibilidade na Educação Superior e a avaliação in loco do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) – MEC/2013.

Lei nº 13.005, de 25 junho de 2014 – aprova o Plano Nacional de Educação, com vigência até 2024, tendo definido a seguinte estratégia para atingimento da Meta 12 (elevação da taxa bruta de matrícula na educação superior): “assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social”.

Portaria nº 1.134, de 10 de outubro de 2016 – possibilita às instituições de ensino superior introduzir, na organização pedagógica e curricular de seus cursos a oferta de parte da carga horária na modalidade semipresencial, com base no art. 81 da Lei n. 9.394, de 1996, e no disposto nesta Portaria.

Decreto Nº 9.235 de 15 de dezembro de 2017 - dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino.

Portaria nº 21, de 21 de dezembro de 2017 – dispõe sobre o sistema e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação, avaliação e supervisão da educação superior no sistema federal de educação, e o Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior Cadastro e-MEC.

Resolução CNE nº 7, de 18 de dezembro de 2018 - Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências.

Âmbito institucional:

PPI – Projeto Pedagógico Institucional, que aponta os princípios norteadores da UFFS, que são 10 pontos, onde se destaca o respeito à identidade universitária, integrando ensino, pesquisa e extensão, o combate às desigualdades sociais e regionais, o



fortalecimento da democracia e da autonomia, através da pluralidade e diversidade cultural, a garantia de universidade pública, popular e de qualidade, em que a ciência esteja comprometida com a superação da matriz produtiva existente e que valorize a agricultura familiar como um setor estruturador e dinamizador do desenvolvimento.

PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional, documento que identifica a UFFS no que diz respeito à missão a que se propõe, às diretrizes pedagógicas que orientam suas ações, à sua estrutura organizacional e às atividades acadêmicas que desenvolve e/ou pretende desenvolver.

Resolução nº 01/2011 – CONSUNI/CGRAD – institui e regulamenta, conforme a Resolução CONAES nº 01, de 17 de junho de 2010, e respectivo Parecer Nº 04, de 17 de junho de 2010, o Núcleo Docente Estruturante – NDE, no âmbito dos cursos de graduação da Universidade Federal da Fronteira Sul e estabelece as normas de seu funcionamento.

Resolução nº 11/2012 – CONSUNI - reconhece a Portaria nº 44/UFFS/2009, cria e autoriza o funcionamento dos cursos de graduação da UFFS.

Resolução nº 13/2013/CGRAD – institui o Núcleo de Apoio Pedagógico (NAP) da UFFS, sendo que o Núcleo de Apoio Pedagógico está vinculado à Coordenação Acadêmica através da Diretoria de Organização Pedagógica da Pró-Reitoria de Graduação da Universidade Federal da Fronteira Sul e tem por finalidade ser um espaço institucional de apoio didático e pedagógico aos professores da UFFS e de articulação para a formação docente.

Resolução nº 32/2013/CONSUNI – institui em parceria entre a UFFS e a Embaixada do Haiti no Brasil, o Programa de Acesso à Educação Superior da UFFS para estudantes haitianos – PROHAITI, com o objetivo contribuir para integrar os imigrantes haitianos à sociedade local e nacional, por meio do acesso aos cursos de graduação da UFFS, e qualificar profissionais que ao retornar possam contribuir com o desenvolvimento do Haiti.

Resolução nº 33/2013/CONSUNI – institui o Programa de Acesso e Permanência dos Povos Indígenas (PIN) da Universidade Federal da Fronteira Sul.

Resolução nº 004/2014 –CONSUNI/CGRAD – normatiza a organização e o funcionamento dos cursos de graduação da UFFS. Estabelece os princípios e objetivos da graduação, define as atribuições e composição da coordenação e colegiado dos



curso de graduação, normatiza a organização pedagógica e curricular, as formas de ingresso, matrícula, permanência e diplomação, além de definir a concepção de avaliação adotada pela UFFS. (Regulamento da Graduação da UFFS)

Resolução nº 005/2014 – CONSUNI/CGRAD – versa sobre a possibilidade de oferta de componentes curriculares no formato semipresencial nos cursos de graduação presenciais da UFFS, desde que previamente descrito e fundamentado nos Projetos Pedagógicos dos Cursos.

Resolução nº 008/2014 – CONSUNI/CGRAD – regulamenta os procedimentos para a validação de componente curricular nos cursos de graduação da UFFS mediante o aproveitamento de conhecimentos prévios.

Resolução nº 004/2015 – CONSUNI – estabelece normas para distribuição das atividades do magistério superior da Universidade Federal da Fronteira Sul.

Resolução nº 6/2015/CGRAD – aprova o Regulamento do Núcleo de Acessibilidade da UFFS, que tem por finalidade primária atender, conforme expresso em legislação vigente, servidores e estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação quanto ao seu acesso e permanência na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), podendo desenvolver projetos que atendam a comunidade regional.

Resolução nº 2/2017–CONSUNI/CGAE/UFFS: Aprova a Política Institucional da UFFS para Formação Inicial e Continuada de Professores da Educação Básica.

Resolução nº 7/2015 – CONSUNI/CGRAD – aprova o regulamento de estágio da UFFS e que organiza o funcionamento dos Estágios Obrigatórios e Não-Obrigatórios.

Resolução nº 10/2017 – CONSUNI/CGRAD – regulamenta o processo de elaboração/reformulação, os fluxos e prazos de tramitação dos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação da UFFS.

Resolução nº 04/2018 – CONSUNI/CGAE - regulamenta a organização dos componentes curriculares de estágio supervisionado e a atribuição de carga horária de aulas aos docentes responsáveis pelo desenvolvimento destes componentes nos cursos de graduação da UFFS.

Específicas do curso de Ciências Sociais



PARECER CNE/CES 492/2001 - Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia.

RESOLUÇÃO CNE/CES 17, DE 13 DE MARÇO DE 2002 e Pareceres 492/2001 e 1363/2002 - Estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de Ciências Sociais - Antropologia, Ciência Política e Sociologia.



6 OBJETIVOS DO CURSO

6.1 Objetivo Geral:

O curso de bacharelado em Ciências Sociais tem como principal objetivo promover a sólida formação em suas áreas de conhecimento: Antropologia, Ciência Política e Sociologia, capacitando e estimulando seus estudantes a lidar analiticamente e criticamente com o mundo social tanto em sua complexidade local quanto global.

6.2 Objetivos específicos:

- 1) Propiciar aos estudantes uma formação teórico-metodológica sólida em torno dos eixos que formam a identidade do curso (Antropologia, Ciência Política e Sociologia) e fornecer instrumentos para estabelecer relações com a pesquisa e a prática social;
- 2) Estimular a autonomia intelectual, a capacidade analítica dos estudantes e uma ampla formação humanística;
- 4) Promover a elaboração e o desenvolvimento de projetos pesquisa e extensão, garantindo o diálogo entre outras áreas de conhecimento e as Ciências Sociais;
- 5) Fornecer elementos para a construção de um sujeito criativo, propositivo, solidário e sensível às causas sociais identificadas com a construção de uma sociedade socialmente justa, democrática e inclusiva;
- 6) Garantir a problematização das categorias tradicionais do campo nas Ciências Sociais considerando os avanços obtidos pelas regiões situadas fora do eixo dos países desenvolvidos e relacionar esses aspectos com as demandas originadas do espaço em que a universidade está posicionada;
- 7) Promover atividades que avancem para além das práticas curriculares, como a elaboração de projetos de extensão, de pesquisa e atividades voltadas para a qualificação da prática profissional;
- 8) Envolver os estudantes nas atividades de iniciação científica, de trabalho de conclusão de curso, bem como estimular a participação em atividades integradoras da estrutura curricular, a exemplo dos eventos científicos e seminários extraclasse.



7 PERFIL DO EGRESSO

O Perfil do Egresso em Ciências Sociais abrange um conjunto de competências e habilidades que o tornará capaz de atuar profissionalmente em uma série de campos de trabalho com sólida importância social, econômica e política. O egresso possuirá as competências e habilidades de domínio da bibliografia teórica e metodológica básica, autonomia intelectual, capacidade analítica, competência na articulação entre teoria, pesquisa e prática social, compromisso social e competência na utilização da informática (CNE/CES 492/2001).

O profissional bacharel em Ciências Sociais terá um perfil sólido e amplo, capaz de analisar a realidade social, política e econômica, em diversos contextos, tanto nacional quanto internacional e estará preparado para realizar estudos e pesquisas, aprofundando os conhecimentos sobre os aspectos regionais e contribuindo para a formulação de políticas públicas e projetos de incentivo ao desenvolvimento socioeconômico.

O profissional egresso deste curso deve possuir determinadas aptidões: trabalho em grupo, capacidade argumentativa, disposição diante de novos desafios, liderança, dinamismo e raciocínio crítico.

O cientista social graduado bacharel na UFFS – Campus Laranjeiras do Sul poderá exercer atividades de pesquisa científica em áreas do conhecimento afins, e sobretudo, contribuir para a resolução de problemas em diálogo com profissionais de diversas áreas do conhecimento.

A formação permitirá que o egresso siga carreira acadêmica (pesquisador/a e professor/a do magistério superior) ampliando sua formação em cursos de pós-graduação, sejam eles de especialização, de mestrado ou mesmo de doutorado. Além disso, poderá atuar de forma propositiva nas áreas de consultoria em diversas instituições e empresas, planejamento de ações, políticas e projetos, assessoria em partidos políticos, coordenação de atividades de formação em empresas públicas e privadas (conselhos profissionais, entidades sem fins lucrativos, movimentos sociais, partidos políticos e sindicatos).

O bacharel em ciências sociais estará capacitado para promover intervenções proativas em organizações de diferentes naturezas. Para citar alguns exemplos: poderá



realizar monitoramento legislativo e de discussões e atos do Poder Executivo, formular perfis de atores-chave e análise do cenário político e institucional; detectar tendências e propensões sócio-políticas e analisar o contexto político e econômico do país, governo e das relações institucionais; participar ativamente em comitês e grupos de trabalho de associações corporativas que definem posições de setores específicos; participar diretamente em audiências públicas, subcomissões, comitês e grupos de trabalho para colaborar com a definição de agendas importantes para o debate público.

A formação em antropologia, ciência política e sociologia, permitirá ao egresso possuir competências e habilidades em estudar a sociedade e sua interação com os campos econômicos, políticos e culturais. Por exemplo, a formação em antropologia permitirá que o egresso emita laudos e estudos antropológicos, demanda cada vez mais crescente, especialmente em locais com características similares à região de abrangência da UFFS. Com base em seus conhecimentos sociológicos, poderá refletir sobre a complexidade e diversidade da vida social. E, finalmente, em sua terceira habilitação, o cientista social, com seus conhecimentos em ciência política, terá a capacidade de analisar fatos históricos e atuais, exercendo a importante função de fornecer subsídios para a tomada de decisões, definição de projetos e políticas públicas. Além de ter a capacidade de elaborar, gerenciar e avaliar políticas públicas.



8 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

O Curso de Graduação em Ciências Sociais – Bacharelado está organizado em oito semestres letivos, contemplando as orientações das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Ciências Sociais – Bacharelado e atendendo às normas legais que determinam a carga horária mínima para integralização do curso. Os itens a seguir definem os principais aspectos da organização curricular do curso.

8.1 Articulação entre os domínios curriculares

O Curso de Bacharelado em Ciências Sociais da UFFS, campus Laranjeiras do Sul, segue as seguintes legislações nacionais que orientam a formação do bacharel em Ciências Sociais: Resolução CNE/CES 17/2002 e os Pareceres 492/2001 e 1363/2001 das Diretrizes Curriculares para os cursos de Ciências Sociais - Antropologia, Ciência Política e Sociologia.

A organização curricular traça o percurso formativo a ser percorrido pelos estudantes de bacharelado no período de 4 anos (quatro anos). Desse modo, o currículo terá nos primeiros 2 (dois) anos uma Base Comum (BC) que integrará os estudantes de bacharelado e licenciatura, priorizando uma formação de base epistemológica sólida das três áreas que compõem as Ciências Sociais: Antropologia, Ciência Política e Sociologia. A Base Comum também contempla o Currículo da Universidade nesta primeira etapa, ofertando aos discentes os CCrs do Domínio Comum, tanto do eixo Contextualização Acadêmica quanto do Crítico Social.

Nos anos subsequentes que compreendem as fases da 5ª até 8ª, os alunos(as) de bacharelado serão direcionados à sua formação específica por meio dos conteúdos presentes nos CCrs específicos das Ciências Sociais, no trabalho de conclusão de curso, nas atividades curriculares complementares (ACCs) e nas práticas de pesquisa e extensão.

A Concepção curricular assumida pelo curso pretende estabelecer permanente diálogo com os princípios e diretrizes da política institucional apresentadas no Projeto Pedagógico Institucional (PPI – 2012-2016).

A matriz curricular estrutura a organização das atividades dos diferentes



domínios formativos articulados entre si através dos eixos formativos, envolvendo o ensino, a pesquisa e a extensão, distribuídos ao longo do período de formação. Contempla a carga horária teórica e prática, os componentes optativos e a carga horária referente às atividades complementares.

8.1.1 Componentes Curriculares do Domínio Comum

Entende-se por Domínio Comum o conjunto de componentes curriculares comuns a todos os cursos de graduação da UFFS, a partir de dois grandes eixos formadores e seus respectivos princípios, pautados no processo histórico da UFFS e no PPI da Instituição. O Domínio Comum tem por finalidade:

- a) no eixo contextualização acadêmica desenvolver habilidades/competências de leitura, de interpretação e de produção em diferentes linguagens que auxiliem o acadêmico a inserir-se criticamente na esfera acadêmica e no contexto social e profissional; e
- b) no eixo formação crítico social desenvolver uma compreensão crítica do mundo contemporâneo, contextualizando saberes que dizem respeito às valorações sociais, às relações de poder, à responsabilidade socioambiental e à organização sócio-político-econômica e cultural das sociedades, possibilitando, ao acadêmico, a ação crítica e reflexiva, nos diferentes contextos.

Abaixo, os componentes curriculares que compõem o Domínio Comum e que são obrigatórios para todos os estudantes do curso:

DOMÍNIO COMUM		
Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos
EIXO CONTEXTUALIZAÇÃO ACADÊMICA		
GEX208	Informática Básica	04
GLA104	Produção Textual Acadêmica	04
GEX210	Estatística Básica	04
GCH290	Iniciação à Prática Científica	04
EIXO FORMAÇÃO CRÍTICO-SOCIAL		
GCS239	Direitos e Cidadania	04
GCH292	História da Fronteira Sul	04
GCH293	Introdução à Filosofia	04
Total		28

Quadro 3: Componentes curriculares que compõem o Domínio Comum do curso de Ciências Sociais

8.1.2 Componentes Curriculares do Domínio Conexo



O Domínio Conexo visa realizar a interface entre os cursos da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) no campus Laranjeiras do Sul, colocando desse modo, o estudante em contato com outras áreas que podem contribuir para o aprimoramento de sua formação, tanto interdisciplinarmente quanto transversalmente.

Abaixo, os componentes curriculares que compõem o Domínio Conexo:

DOMÍNIO CONEXO		
Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos
GLA210	Língua Brasileira de Sinais	4
GCH797	Educação Inclusiva	2
Subtotal		6

Quadro 4: Componentes curriculares que compõem o Domínio Conexo do Curso de Bacharelado em Ciências Sociais

8.1.3 Domínio Específico

Os conteúdos específicos da área de formação (Ciências Sociais) são apresentados nos componentes curriculares do Domínio Específico e estão distribuídos ao longo do curso. Quanto aos componentes curriculares optativos ofertados a partir da 5ª fase, há uma série de conteúdos que aprofundam os três campos de conhecimento das Ciências Sociais (Sociologia, Antropologia e Ciência Política) e ampliam as possibilidades do(as) discentes entrarem em contato com os temas de pesquisa e extensão do curso.

Muitos componentes curriculares a partir das primeiras fases seguem uma sequência de conteúdos e conceitos que são imprescindíveis para o desenvolvimento e compreensão dos CCRs subsequentes, correspondendo aos pré-requisitos elencados na matriz curricular. Tais pré-requisitos são estratégicos para a construção progressiva de reflexões e conhecimentos na área das Ciências Sociais. O Domínio Específico compreende um total de 2.010 horas, o que representa 73,6% das 2.730 horas necessárias à integralização do curso.

8.2 Oferta de componentes curriculares no formato semipresencial

Os Componentes Curriculares Semipresenciais ofertados no curso de bacharelado seguem as normas estabelecidas pela instituição conforme a RESOLUÇÃO N° 5/CONSUNI CGRAD/UFFS/2014 e o que normatiza o MEC pela Portaria 1.134/2016



sobre este formato de componente curricular para os cursos de graduação presenciais.

Os componentes curriculares ofertados nesta modalidade semipresencial serão os optativos, distribuídos entre a 5ª e 9ª fases do curso de bacharelado. A oferta é de caráter parcial, sendo que 50% da carga horária é à distância e 50% presencial. As atividades presenciais podem ocorrer no período noturno e/ou entre 17h e 19h conforme prevê o novo Regulamento da Graduação (Resolução nº 9/2018-CONSUNI/CGAE). Estas informações estão descritas na matriz curricular do curso (item 8.11).

A modalidade semipresencial incorpora o uso integrado de tecnologias da informação e comunicação. Busca a ressignificação de modelos pedagógicos na educação superior que abrange três elementos e seus respectivos papéis na relação ensino aprendizagem: a tecnologia, a distância e a docência. Toda metodologia de ensino semipresencial deve levar em consideração a coexistência entre esses três elementos para o alcance de seu objetivo: a formação de qualidade.

Ressignificar neste sentido passa por rever de modelos metodologias “tradicionais”. De acordo com Machado e Machado (2018) na modalidade semipresencial o(a) estudante é desafiado a desenvolver “autonomia e responsabilidade a ponto de ir atrás de suas necessidades, curiosidades e interesses” por meio de atividades que exijam reflexão, experimentação e ousadia. Desse modo, a necessidade de integrar tecnologia, conteúdos e metodologias alternativas de aprendizagem.

A Educação a Distância (EaD) apresenta-se como um meio de interação entre estudantes e professores envolvendo diversos ambientes de aprendizagem (comunidade, associações, meio profissional, AVA, etc.) e envolvendo também as possibilidades de pesquisa e extensão. Entre as possibilidades, o desenvolvimento de pesquisas em campo e disponibilização dos resultados em ferramentas do Moodle como glossário, vídeos, infogramas, etc. e para a comunidade como forma de ação de extensão universitária.

Ao longo do CCR, as metodologias aplicadas aos processos de ensino e aprendizagem dos estudantes buscará o protagonismo dos mesmos de forma a observar o senso analítico e reflexivo de cada um nas atividades propostas em sala de aula. “As metodologias ativas são estratégias de ensino centradas na participação efetiva dos estudantes na construção do processo de aprendizagem, de forma flexível, interligadas e híbridas” (MORAN, 2018, p. 4). E com isso, pode-se aprofundar na aprendizagem além da transmissão (que também é muito importante) que adentra a seara da aprendizagem



por questionamento e experiência. Com a inclusão da educação a distância o estudante se depara com um ambiente que lhe proporcionará autonomia, organização e independência.

Por educação a distância, neste caso como parte de uma metodologia semipresencial, pode ser entendida de acordo com Garcia Aretio como:

um sistema tecnológico de comunicação de massa bidirecional, que substitui a interação pessoal, em aula, de professor e aluno, como meio preferencial de ensino, pela ação sistemática e conjunta de diversos recursos didáticos e o apoio de uma organização tutorial [docente], que propiciam a aprendizagem autônoma dos estudantes (GARCIA ARETIO, 1987)

A educação a distância, como uma forma de ensino maleável e centrada no aluno, proporciona condições para que o aluno possa alcançar o aprendizado em um ritmo próprio, mas sempre seguindo um roteiro de estudos guiados pelo professor. Por isso, o sucesso nos estudos depende de um planejamento rigoroso e da organização do tempo por parte do professor e dos estudantes para estudos individuais e atividades coletivas. Este sucesso também depende da interação constante entre o professor e estudantes, da interatividade com o material didático (textos, livros, vídeos, podcasts) disponibilizado no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), da disposição do estudante e do estímulo e incentivo do professor para este estudante construir conhecimentos. (RAUSKI *et al.*, 2014)

O papel do professor (este será o tutor no AVA) como conhecedor profundo do conteúdo do CCR se amplia e fornece um espaço de interação como um desenhador de roteiros pessoais e grupais de aprendizagem, de mediador avançado que não está centrado só em transmitir informações. O professor é o mediador, um agente fundamental que ajuda os estudantes na elaboração de seus projetos de aprendizagem (DEWEY, 1938; MORAN, 2017; VICKERY, 2016). Assim, o professor assume o papel de coordenador, orientador, integrador, problematizador do processo de aprendizagem dos alunos, auxiliando e orientando para que estes construam o conhecimento. O professor é muito mais um mediador do conhecimento, diante do aluno que é o sujeito da sua própria formação. O aluno precisa construir e reconstruir o conhecimento a partir do que faz (GADOTTI, 2002).

A modalidade semipresencial que configura-se como uma modalidade híbrida



procura desenvolver atividades de ensino e aprendizagem presencial e a distância combinando diversas metodologias em que o estudante de forma individual ou coletiva e articulam a teoria e a experiência prática na construção do conhecimento (MORAN, 2017, 2018; TORRES, 2007). O processo de ensino-aprendizagem presencialmente e a distância pode se dar de duas formas (não limitadas a estas): (01) o professor pode propor uma metodologia de condução do CCR pela qual o estudante absorve o conteúdo através de leituras ou assistindo vídeos ou escutando podcasts e realizando atividades dentro do AVA (Moodle) após aulas expositivas presencialmente; ou (02) podendo ainda utilizar os momentos de aula presencial para desenvolver dinâmicas em que os estudantes desenvolvem produtos a partir do conteúdo já visto no Moodle através de um roteiro de estudos elaborado pelo professor para o período *on line* do CCR. Estes produtos desenvolvidos presencialmente referem-se a prototipagem de elementos educacionais, metodologias, estudos de pesquisa ou ações de extensão com o compartilhamento deste conhecimento produzido com a comunidade através de canais como mídias tradicionais, sociais ou *in loco*, possibilitando a aplicação das teorias sociológicas, antropológicas ou políticas trazendo-as para o cotidiano educacional-profissional do estudante em Ciências Sociais. Cabe destacar que os professores receberão formação para utilização do Moodle através dos programas de capacitação da UFFS.

As atividades presenciais obrigatórias devem acontecer aplicando diversas estratégias pedagógicas como aulas expositivas e dialogadas dos conteúdos trabalhados on-line, seminários temáticos, trabalhos em grupo. Tais atividades devem ser descritas no plano de ensino.

Quanto ao sistema de avaliação da aprendizagem dos componentes curriculares ofertados no formato semipresencial deve compreender tanto avaliações disponibilizadas na modalidade à distância (resumos de textos, questionários, redações, artigos, etc.) quanto avaliação escrita e ou oral em encontros presenciais. A descrição das formas de avaliação dos conteúdos assim como peso de notas e critérios a serem avaliados devem estar descritos nos planos de ensino.

O sistema de avaliação segue o estipulado no capítulo 9 que discorre sobre o processo de avaliação do ensino-aprendizagem e a frequência é avaliada pela participação do aluno no ambiente virtual. No entanto, leva-se em conta o seguinte:



Os processos de avaliação de aprendizagem também são mais amplos e explicitam as relações entre habilidades cognitivas e competências socioemocionais. A avaliação é um processo contínuo, flexível, que acontece de várias formas: avaliação diagnóstica, formativa, mediadora; avaliação da produção (do percurso - portfólios digitais, narrativas, relatórios, observação), avaliação por rubricas - competências pessoais, cognitivas, relacionais, produtivas – avaliação dialógica, avaliação por pares, autoavaliação, avaliação online, avaliação integradora, entre outras. Os alunos precisam mostrar na prática o que aprenderam com produções criativas, socialmente relevantes, que mostrem a evolução e percurso realizado (MORAN, 2017).

O papel da tecnologia é o de suporte pedagógico e para isto a opção em utilizar o Ambiente Virtual de Aprendizagem *Moodle* para disponibilização de conteúdo e para a realização de tarefas, propiciando a interação e socialização dos discentes, sendo uma forma de extrapolar as paredes da sala de aula e enriquecer a aprendizagem. Outras ferramentas podem ser utilizadas, como o *facebook*, *email*, *skype* e *chats*. Em cada plano de ensino deverá ser descrito os seguintes pontos: modelo de tutoria (como o professor administrará cada ferramenta on-line), a infraestrutura de suporte tecnológico (como utilizará os espaços do campus para uso das tecnologias – laboratório de informática, laboratório de Ciências Sociais), conteúdo teórico, a forma de avaliação, material didático dentre outros itens. Todos os planos de ensino devem passar pela avaliação do Colegiado do curso.

O Moodle como Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) servirá como suporte e como um ambiente de aprendizagem que intermediará os momentos presenciais em sala de aula e momentos de atividades práticas e/ou virtuais dentro da proposta que o professor apresentar no Plano de ensino. O Moodle possibilita três tipos de conjuntos de atividades: (1) Atividades de comunicação; (2) Atividades de Trabalho colaborativo; e (3) Atividades de Avaliação/Recolha de Informação; Ao mesmo tempo que o Moodle proporciona um ambiente rico em alternativas de atividades, ele se apresenta como um repositório de conteúdos de forma organizada em Tópicos ou em Semanas, por exemplo. Os (4) Recursos, termo designado para esta função, é composto por ferramentas que identificam os diferentes tipos de arquivos a serem depositados e disponibilizados. Cabe ao professor construir um Roteiro de Estudos organizando os diferentes Recursos e Atividades a serem desenvolvidas nos momentos à distância em cada semana.

Conheceremos uma sistematização da maiorias das ferramentas disponíveis no



Moodle a seguir conforme as instruções disponibilizadas na própria plataforma (<https://moodle-academico.uffs.edu.br>):

Grupo Atividades	de Ferramentas no Moodle	Descrição
1. Atividades de comunicação:	1.1 Chat:	<p>O módulo de atividade chat permite que os participantes possam conversar em tempo real ou síncrona. A conversa pode ser uma atividade de uma só vez ou pode ser repetida na mesma hora todos os dias ou todas as semanas. Sessões de chat são salvas e podem ser disponibilizadas para que todos possam visualizar ou restritas a usuários com a capacidade de visualizar os logs de sessão do chat.</p> <p>Chats são especialmente úteis quando um grupo de bate-papo não é capaz de se encontrar cara-a-cara, como:</p> <ul style="list-style-type: none">• Reuniões regulares dos estudantes participantes de cursos online para que possam compartilhar experiências com outros no mesmo curso, mas em um local diferente• Um estudante temporariamente impossibilitado de comparecer pessoalmente conversar com seu professor para acompanhar o trabalho• Estudantes na experiência de trabalho se reúnem para discutir suas experiências entre si e com seu professor• Crianças mais jovens que usam chat em casa à noite como uma introdução controlada (monitorada) para o mundo das redes sociais• A sessão de perguntas e respostas com um orador convidado em um local diferente• Sessões para ajudar os estudantes a se prepararem para testes em que o professor ou outros estudantes, colocariam exemplos de perguntas.



Grupo de Atividades	Ferramentas no Moodle	Descrição
	1.2 Fórum:	<p>O módulo de atividade fórum permite que participantes tenham discussões assíncronas, ou seja, discussões que acontecem durante um longo período de tempo.</p> <p>Existem vários tipos de fóruns que você pode escolher, como (1) o fórum padrão onde qualquer um pode iniciar uma discussão a qualquer momento; (2) um fórum onde cada estudante pode postar apenas uma discussão; ou (3) um fórum de perguntas e respostas onde os estudantes devem primeiro fazer um post para então serem autorizados a ver os outros posts de outros estudantes. Um professor pode permitir que arquivos sejam anexados aos posts dos fóruns. As imagens anexadas são exibidas no post do fórum.</p> <p>Participantes podem assinar um fórum para receber notificações de novos posts do fórum. Um professor pode definir o modo de assinatura como opcional, forçado ou automático, ou proibir as assinaturas completamente. Se necessário, é possível estabelecer um número máximo de postagens num determinado período de tempo; isto pode prevenir que alguns indivíduos dominem as discussões. Posts dos fóruns podem ser avaliados pelo professor ou pelos estudantes (avaliação por pares). As avaliações podem ser agregadas para formar uma única nota final a ser gravada no livro de notas.</p> <p>Fórum tem muitas utilidades, como</p> <ul style="list-style-type: none">• Um espaço social para os estudantes se conhecerem• Anúncios sobre o curso (usando um fórum de notícias com assinatura forçada)• Para discutir conteúdos do curso ou os materiais para leitura• Para continuar online uma discussão iniciada em sala de aula• Para discussões entre os professores (utilize um fórum oculto)• Uma central de ajuda onde professor e estudantes podem conseguir ajuda• Uma área de suporte um-para-um para comunicações particulares entre professor e estudante (usando um fórum com grupos separados e um estudante por grupo)• Para atividades de extensão, por exemplo "brainstorms" para estudantes sugerirem e avaliarem ideias



Grupo de Atividades	Ferramentas no Moodle	Descrição
2. Atividades de Trabalho colaborativo	2.1 Base de Dados:	<p>O módulo de atividade Base de Dados permite aos participantes criar, manter e pesquisar uma coleção de itens (ou seja, registros). Permite também que os itens enviados pelos estudantes sejam avaliados por professores ou pelos próprios estudantes (avaliação em pares) de forma anônima ou não. A estrutura dos itens é definida pelo professor como uma quantidade de campos. Os tipos de campo incluem caixa de seleção, botões de rádio, menu dropdown, área de texto, URL, imagem e arquivo enviado.</p> <p>O layout visual de informações ao listar, visualizar ou editar os itens da base de dados, pode ser controlado por modelos de base de dados. Atividades de base de dados podem ser compartilhadas entre os cursos como presets e um professor pode também importar e exportar itens de uma base de dados. Se o filtro de auto-ligação da base de dados estiver habilitado, todos os itens da base de dados (palavras ou frases) serão automaticamente vinculados quando aparecerem no curso.</p> <p>Um professor pode permitir comentários nos itens. Os itens também podem ser avaliados por professores ou estudantes (avaliação em pares). As avaliações podem ser agregadas para formar uma nota final registrada no livro de notas.</p> <p>Atividades de base de dados tem muitos usos, como</p> <ul style="list-style-type: none">• Um acervo colaborativo de links da web, livros, resenhas de livros, referências de jornal etc.• Para exibir fotos, cartazes, sites ou poemas criados por estudantes para comentários e revisões em pares (entre estudantes).



Grupo Atividades	de Ferramentas no Moodle	Descrição
	2.2 Glossário:	<p>O módulo de atividade de glossário permite aos participantes criar e manter uma lista de definições, como um dicionário, ou coletar e organizar recursos ou informações.</p> <p>Um professor pode permitir que arquivos sejam anexados aos termos do glossário. As imagens anexadas são exibidas no termo. Os termos do glossário podem ser pesquisados ou listados alfabeticamente ou por categoria, data ou autor. Os termos podem por padrão serem aprovados ou depender da aprovação de um professor antes de serem visualizadas por alguém.</p> <p>Se o filtro de auto-ligação do glossário estiver ativado, os termos do glossário serão automaticamente vinculados quando as palavras e/ou frases do conceito aparecerem no curso.</p> <p>Um professor pode permitir comentários nos termos do glossário. Os termos também podem ser avaliados por professores ou estudantes (avaliação por pares). Avaliações também podem ser agregadas para formar a nota final que será registrada no livro de notas.</p> <p>Glossários tem muitos usos, como por exemplo:</p> <ul style="list-style-type: none">• Um banco colaborativo de termos chaves• Um espaço "apresente-se" onde novos estudantes adicionam seus nomes e informações pessoais• Centralização de dicas ou melhores práticas sobre algum item• Uma área de compartilhamento de vídeos, imagens ou arquivos de som• Como recurso de revisão de fatos a serem lembrados
	2.3 Laboratório de avaliação:	<p>O módulo de atividade Laboratório de Avaliação permite a coleta, revisão e avaliação por pares do trabalho dos estudantes. Os estudantes podem enviar qualquer conteúdo digital (arquivos), como documentos de texto ou planilhas e também podem digitar um texto diretamente em um campo utilizando o editor de texto.</p> <p>Os envios são avaliadas por um formulário de avaliação multicritérios definido pelo professor. O processo de avaliação por pares e a compreensão do formulário de avaliação podem ser praticados antecipadamente com exemplos de envios fornecidos pelo professor, juntamente com uma avaliação de referência. Os estudantes recebem a oportunidade de avaliar uma ou mais dos envios de seus colegas. Envios e revisores podem ser anônimos, se necessário. Os estudantes obtêm duas notas em uma atividade de laboratório de avaliação - uma nota para seu envio e uma nota para a avaliação dos envios de seus colegas. Ambas as notas são registradas no livro de notas.</p>
	2.4 Portifólio:	<p>O(s) professor(es) do curso podem criar uma estrutura geral para o trabalho dos estudantes por meio de uma série de capítulos e subcapítulos, o mesmo que o layout encontrado no módulo livro. Os estudantes do curso podem então adicionar suas próprias contribuições com base nessa estrutura, que pode então ser comentada e avaliada pelo(s) professor(es) do curso.</p>



Grupo de Atividades	Ferramentas no Moodle	Descrição
	2.5 Wiki:	<p>O módulo de atividade wiki permite aos participantes adicionar e editar uma coleção de páginas da web. Um wiki pode ser colaborativo, com todos podendo editá-lo, ou individual, onde cada um tem seu próprio wiki e somente ele pode editar.</p> <p>Um histórico de versões anteriores de cada página do wiki é mantido, listando as edições feitas por cada participante.</p> <p>Wikis têm muitas utilidades, como:</p> <ul style="list-style-type: none">• Para agrupar anotações ou guias de estudo• Para os membros de uma faculdade planejarem um esquema de trabalho ou agendarem uma reunião juntos• Para que os alunos criem colaborativamente um livro on-line, criando conteúdo em um tópico definido pelo seu tutor• Para narração colaborativa ou criação de poesia, onde cada participante escreve uma linha ou verso• Como uma revista pessoal para notas de exame ou revisão (usando um wiki individual)
3. Atividades de Avaliação/Recolha de Informação	3.1 Escolha:	<p>O módulo escolha permite ao professor fazer uma pergunta e especificar opções de múltiplas respostas. Resultados da escolha podem ser publicados depois que os estudantes responderem, após uma determinada data, ou não.</p> <p>Uma atividade de escolha pode ser usada</p> <ul style="list-style-type: none">• Como uma pesquisa rápida para estimular reflexão sobre um tópico• Para testar rapidamente o compreensão dos estudantes• Para facilitar a tomada de decisões do estudante, por exemplo, permitindo os estudantes votarem em uma direção para o curso
	3.2 Ferramenta externa:	<p>O módulo de atividade ferramenta externa permite aos estudantes interagir com os recursos de aprendizagem e atividades em outros sites. Por exemplo, uma ferramenta externa pode fornecer acesso a um tipo de atividade nova ou materiais de aprendizagem de uma editora.</p> <p>Para criar uma atividade ferramenta externa, é necessário que o provedor da ferramenta tenha suporte a LTI (Learning Tools Interoperability) . Um professor pode criar uma atividade ferramenta externa ou fazer uso de uma ferramenta configurada pelo administrador do site.</p> <p>Atividades de ferramentas externas diferem de recursos URL em alguns aspectos:</p> <ul style="list-style-type: none">• As ferramentas externas utilizam informações de contexto, ou seja, têm acesso a informações sobre o usuário que iniciou a ferramenta, como: o curso, instituição e nome• Ferramentas externas suportam a leitura, atualização e exclusão de notas associado com a instância da atividade• Configurações de ferramentas externas criam uma relação de confiança entre seu site e o provedor de ferramentas, permitindo uma comunicação segura entre eles



Grupo Atividades	de Ferramentas no Moodle	Descrição
	3.3 Lição:	Uma lição publica o conteúdo em um modo interessante e flexível. Ela consiste em um certo número de páginas. Cada página, normalmente, termina com uma questão e uma série de possíveis respostas. Dependendo da resposta escolhida pelo estudante, ou ele passa para a próxima página ou é levado de volta para uma página anterior. A navegação através da lição pode ser direta ou complexa, dependendo em grande parte da estrutura do material que está sendo apresentado.
	3.4 Pesquisa:	<p>O módulo de atividade de feedback permite que um professor criar uma pesquisa personalizada para a recolha de feedback dos participantes usando uma variedade de tipos de questões, incluindo múltipla escolha, sim/não ou de entrada de texto. Respostas de feedback pode ser anônimo, se desejar, e os resultados podem ser mostrados para todos os participantes ou restrita a apenas os professores. Todas as atividades de comentários na primeira página site também pode ser preenchido por usuários não-registrados.</p> <p>Atividades de feedback pode ser usado</p> <ul style="list-style-type: none">• Para avaliações do curso, contribuindo para melhorar o conteúdo para os participantes posteriores• Para capacitar os participantes para se inscrever para módulos de cursos, eventos etc.• Para levantamentos de hóspedes de opções de cursos, políticas escolares etc.• Para inquéritos anti-bullying nas quais os estudantes podem relatar incidentes de forma anônima
	3.5 Questionário:	<p>A atividade Questionário permite criar e configurar questionários com questões de vários tipos, incluindo múltipla escolha, verdadeiro ou falso, correspondência, resposta curta entre outras). O professor pode permitir que o questionário tenha múltiplas tentativas, com questões embaralhadas ou selecionadas aleatoriamente de uma categoria do banco de questões. Cada tentativa é corrigida automaticamente, com exceção das questões dissertativas, e a nota é registrada no livro de notas do curso. O professor pode escolher quando e se sugestões, comentários e respostas corretas são mostradas aos estudantes.</p> <p>Os questionários podem ser utilizados:</p> <ul style="list-style-type: none">• Como provas de um curso• Como pequenos testes para tarefas de leitura ou no final de um tópico• Como prova de revisão usando questões de provas anteriores• Enviar comentários imediatos sobre o desempenho• Para auto-avaliação
	3.6 Tarefa:	<p>O módulo de atividade permite a atribuição de um professor para comunicar tarefas, recolher o trabalho e fornecer notas e comentários.</p> <p>Os estudantes podem apresentar qualquer conteúdo digital</p>



Grupo de Atividades	Ferramentas no Moodle	Descrição
		<p>(arquivos), como documentos de texto, planilhas, imagens ou áudio e vídeos. Alternativamente, ou adicionalmente, a atribuição pode exigir dos estudantes a digitação do conteúdo diretamente no editor de texto. Uma tarefa também pode ser usada para lembrar aos estudantes das atribuições 'mundo real' que eles precisam para completar off-line, tais como obras de arte e, portanto, não necessita de qualquer conteúdo digital. Os estudantes podem submeter trabalhos, individualmente ou como membro de um grupo.</p> <p>Ao analisar os trabalhos, os professores podem deixar comentários de feedback e fazer upload de arquivos, como marcar apresentações dos estudantes, documentos com comentários ou feedback de áudio falado. Atribuições podem ser classificadas de acordo com uma escala numérica ou customizada ou um método de classificação avançada, como uma rubrica. Notas finais são registradas no livro de notas.</p>
4. Recursos: São itens estáticos que o professor disponibiliza para proporcionar suporte de conteúdo ao estudantes.	4.1 Arquivo:	<p>O módulo de arquivo permite que um professor forneça um arquivo como um recurso curso. Sempre que possível, o arquivo será exibido na interface do curso, caso contrário, os estudantes serão solicitados a fazer o download. O arquivo pode incluir arquivos de suporte, por exemplo uma página HTML pode ter incorporado imagens ou objetos Flash. Note-se que os estudantes precisam ter o software adequado em seus computadores a fim de abrir o arquivo.</p> <p>Um arquivo pode ser usado</p> <ul style="list-style-type: none">• Para compartilhar apresentações em classe• Para incluir um mini website como um recurso curso• Para fornecer arquivos de projetos de determinados programas de software (por exemplo, Photoshop. psd) para que os estudantes possam editar e enviá-los para a avaliação
	4.2 Livro:	<p>O módulo livro permite que professores criem um recurso com diversas páginas em formato de livro, com capítulos e subcapítulos. Livros podem conter arquivos de mídia bem como textos e são úteis para exibir grande quantidade de informação que pode ficar organizada em seções.</p> <p>Um livro pode ser usado</p> <ul style="list-style-type: none">• Para exibir material de leitura para um módulo de estudo individual• Como um manual departamental• Como um portfólio do trabalho dos estudantes
	4.3 Páginas:	<p>O módulo de página permite que um professor crie um recurso de página da web utilizando o editor de texto. Uma página pode exibir texto, imagens, som, vídeo, links da web e código incorporado, como mapas do Google. As vantagens de utilizar o módulo de página em vez do módulo de arquivo incluem o fato da página ser mais acessível (por exemplo, para usuários de dispositivos móveis) e mais fácil de atualizar. Para grandes conteúdos, é recomenda-se a utilizar o módulo livro em vez de</p>



Grupo de Atividades	Ferramentas no Moodle	Descrição
		uma página. Uma página pode ser utilizada para: <ul style="list-style-type: none">• Apresentar os termos e condições de um curso ou um resumo do programa do curso• Para incorporar vários vídeos ou arquivos de som juntamente com algum texto explicativo
	4.4 Pasta:	O módulo pasta permite ao professor exibir um número de arquivos relacionados dentro de uma pasta única, reduzindo a rolagem na página do curso. A pasta zipada pode ser carregado e descompactada para exibição, ou uma pasta vazia criada e arquivos enviados para ela. A pasta pode ser usado: <ul style="list-style-type: none">• Para uma série de arquivos em um tópico, por exemplo, um conjunto de documentos de exame passados em formato pdf.• Para prover um espaço compartilhado de upload para professores na página do curso (mantendo a pasta oculta para que só os professores possam vê-la)
	4.5 Rótulo:	Um rótulo permite que texto e imagens possam ser inserido no meio dos links de atividades na página do curso. Rótulos são muito versáteis e podem ajudar a melhorar a aparência de um curso caso utilizado sabiamente. Rótulos podem ser utilizados <ul style="list-style-type: none">• Para separar uma lista de atividades com uma cabeçalho ou uma imagem• Para exibir um som incorporado ou vídeo diretamente na página do curso• Para adicionar uma descrição breve a uma seção de um curso
	4.6 URL:	O módulo de URL permite que um professor para fornecer um link de web como um recurso do curso. Qualquer coisa que esteja livremente disponível on-line, como documentos ou imagens, pode ser vinculada; URL não tem que ser a home page de um site. URL de uma página web em particular pode ser copiado e colado ou um professor pode usar o seletor de arquivo e escolher um link de um repositório, como Flickr, YouTube ou Wikipédia (dependendo de qual repositórios estão habilitados para o site). Há uma série de opções de exibição para URL, como incorporado ou aberto em uma nova janela e opções avançadas para transmitir informações, como o nome de um estudante para URL, se necessário. Observe que URLs também podem ser adicionados a qualquer outro tipo de recurso ou atividade através do editor de texto.

8.3 Atendimento às legislações específicas



A iniciativa de criar uma legislação nacional específica para orientar imperativamente e regular a proteção e a garantia de direitos e princípios, tanto a partir da percepção da necessidade dada pela materialidade observada, como das pautas e demandas advindas do clamor social, inscreve-se como uma necessidade histórica para a ampliação do campo democrático. Neste sentido, essas peças legais indicam os elementos fundamentais que podem, de maneira significativa, contribuir para implementação de processos que visam a transformação e a melhoria da convivência humana e social.

Correspondente a essa intencionalidade prescrita, o Projeto Pedagógico de Curso de Graduação em Ciências Sociais - Bacharelado como mediação e instrumento de Formação Humana, contempla em seu conteúdo formal e material, os valores proclamados nessas orientações legais.

Em relação ao previsto na **Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999** que dispõe sobre a inclusão da **Educação Ambiental em todos os níveis e modalidades de ensino**, observando: I – a integração da educação ambiental às disciplinas de modo transversal, contínuo e permanente; e II – a adequação dos programas já vigentes de formação continuada de educadores, regulamentado pelo **Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002**, que demarca em seu Art. 1º A Política Nacional de Educação Ambiental será executada pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA), pelas **instituições educacionais públicas** e privadas dos sistemas de ensino, pelos órgãos públicos da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, envolvendo entidades não governamentais, entidades de classe, meios de comunicação e demais segmentos da sociedade, bem como o previsto nos Art. 5º: Na inclusão da Educação Ambiental em todos os níveis e modalidades de ensino, recomenda-se como referência os Parâmetros e as Diretrizes Curriculares Nacionais, observando-se: I - a **integração da educação ambiental às disciplinas de modo transversal, contínuo e permanente**; e II - a adequação dos **programas já vigentes de formação continuada de educadores** e Art. 6º Para o cumprimento do estabelecido neste decreto, deverão ser criados, mantidos e implementados, sem prejuízo de outras ações, **programas de educação ambiental integrados**: I - a todos os níveis e modalidades de ensino; II - às atividades de conservação da biodiversidade, de zoneamento ambiental, de licenciamento e revisão de atividades efetivas ou potencialmente poluidoras, de



gerenciamento de resíduos, de gerenciamento costeiro, de gestão de recursos hídricos, de ordenamento de recursos pesqueiros, de manejo sustentável de recursos ambientais, de ecoturismo e melhoria de qualidade ambiental; III - às políticas públicas, econômicas, sociais e culturais, de ciência e tecnologia de comunicação, de transporte, de saneamento e de saúde; IV - aos processos de capacitação de profissionais promovidos por empresas, entidades de classe, instituições públicas e privadas; V - a projetos financiados com recursos públicos; VI - ao cumprimento da Agenda 21.

O Curso de Ciências Sociais - Bacharelado implementa a presente temática de maneira transversal (Inter e Transdisciplinar) através de pontos contidos no ementário e atividades práticas (de ensino, pesquisa e extensão), e que poderão ser pontuados no Plano de Ensino de diversos Componentes Curriculares (CCRs) tais como: Desenvolvimento Territorial, Laudos Antropológicos e Consultoria Socioambiental". No caso do CCR de Laudos Antropológicos e Consultoria Socioambiental a questão referente à educação ambiental está colocada tanto na própria natureza de formação do componente quanto na própria estrutura prática que demanda. O CCR tem como objetivo prático apresentar e introduzir a temática da produção de laudos antropológicos, atividade cada vez mais demanda por cientistas sociais. Para a produção destes laudos, inclusive o elemento relacionado à consultoria socioambiental, o/a estudante de ciências sociais precisa conhecer a legislação ambiental, e além disso, compreender a legislação ambiental no que diz respeito à possibilidade de garantir que populações consigam se desenvolver de forma conjunta com o meio ambiente. No caso específico da ementa e dos objetivos, também está apontada a necessidade de compreender e analisar o decreto 4.281. Nesse sentido, a inter e transdisciplinaridade também é ampliada ao se tratar a relação entre desenvolvimento regional e uma prática sustentável voltada para a educação em direitos em vários níveis, especialmente o ambiental.

O disposto contido na **Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004** – que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais das **Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana** e obriga as Instituições de Ensino Superior a incluírem nos conteúdos de disciplinas e atividades curriculares dos cursos que ministram, a Educação das Relações Étnico-Raciais, bem como o tratamento de questões e temáticas que dizem respeito aos afrodescendentes, nos termos explicitados



no Parecer CNE/CP nº 3/2004. Deste modo, o presente PPC prestou atenção aos princípios indutores previstos na Resolução, onde, subscreve em seu Art. 1º que a presente Resolução institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, a serem observadas pelas Instituições de ensino, que atuam nos níveis e modalidades da Educação Brasileira e, em especial, **por Instituições que desenvolvem programas de formação inicial e continuada de professores**. Além disso, demarca no § 1º deste Artigo que as **Instituições de Ensino Superior incluirão nos conteúdos de disciplinas e atividades curriculares dos cursos que ministram, a Educação das Relações Étnico-Raciais, bem como o tratamento de questões e temáticas que dizem respeito aos afrodescendentes, nos termos explicitados no Parecer CNE/CP 3/2004**. Também, conforme o § 2º O cumprimento das referidas Diretrizes Curriculares, por parte das instituições de ensino, será considerado na avaliação das condições de funcionamento do estabelecimento. Atenta-se ainda o que demarca o Art. 2º: As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africanas **constituem-se de orientações, princípios e fundamentos para o planejamento, execução e avaliação da Educação, e têm por meta, promover a educação de cidadãos atuantes e conscientes no seio da sociedade multicultural e pluriétnica do Brasil, buscando relações étnico-sociais positivas, rumo à construção de nação democrática**. Em seu § 1º destaca que a Educação das Relações Étnico-Raciais tem por objetivo a divulgação e produção de conhecimentos, bem como de atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos quanto à pluralidade étnico-racial, tornando-os capazes de interagir e de negociar objetivos comuns que garantam, a todos, respeito aos direitos legais e valorização de identidade, na busca da consolidação da democracia brasileira. Em seu § 2º defende que o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana tem por objetivo o reconhecimento e valorização da identidade, história e cultura dos afro-brasileiros, bem como a garantia de reconhecimento e igualdade de valorização das raízes africanas da nação brasileira, ao lado das indígenas, européias, asiáticas.

Além destes elementos anteriores, inscreve-se no terreno da intencionalidade prescrita e inscrita no Projeto Pedagógico deste Curso, os elementos advogados no Art. 4º dessa Resolução que ‘Os sistemas e os **estabelecimentos de ensino poderão**



estabelecer canais de comunicação com grupos do Movimento Negro, grupos culturais negros, instituições formadoras de professores, núcleos de estudos e pesquisas, como os Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros, com a finalidade de buscar subsídios e trocar experiências para planos institucionais, planos pedagógicos e projetos de ensino’.

Considerando que um Projeto Político Pedagógico de Curso de Graduação é, em linhas gerais, uma síntese projetiva, o Curso de Ciências Sociais – Bacharelado, traz em seu escopo elementos, tempos e espaços que visam a implementação dos princípios advogados por essa Resolução. Deste modo, dentre esses vários elementos, tempos e espaços, terão centralidade para o tratamento e implementação desta temática e demanda (no interior de suas discussões, processos e atividades de Pesquisa), por exemplo, os Componentes Curriculares (CCRs), Introdução à Antropologia, História da Fronteira Sul, Pensamento Social no Brasil. Integram também esse processo os elementos intencionais inscritos nos Referenciais Ético-Políticos, Epistemológicos, Metodológicos e Legais deste PPC, que em larga medida indicam, tanto na forma como no conteúdo, um conjunto de conhecimentos que são a base das Ciências Sociais que em linhas gerais se ‘alimentam’ da materialidade social que a Resolução aqui referenciada busca alcançar. Os princípios advogados por essa Resolução, serão correspondidos também pela realização de eventos (Conferências, Palestras, Seminários, etc.), bem como trabalhos de pesquisa, de ensino e de extensão que aprofundem a temática ao longo do Curso de Graduação.

Da mesma forma com que este Projeto de Curso de Graduação, contempla as peças legais gerais e as pontuadas anteriormente neste item, incorpora também em seu arcabouço processual, os valores proclamados e exigidos pela **Resolução nº 01, de 30 de maio de 2012** que estabelece as Diretrizes Nacionais para a **Educação em Direitos Humanos**. Como imperativo legal, demarca a necessidade de que os Projetos Pedagógicos de Curso contemplem a inserção dos conhecimentos concernentes à Educação em Direitos Humanos na organização dos currículos da Educação Básica e da Educação Superior, baseada no Parecer CNE/CP nº 8/2012.

A presente Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012, estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, tendo como base um conjunto de outras peças legais superiores na hierarquia da normatização, incluindo, inclusive os



valores proclamados na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, como vemos:

O Presidente do Conselho Nacional de Educação, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto nas Leis nos 9.131, de 24 de novembro de 1995, e 9.394, de 20 de dezembro de 1996, com fundamento no Parecer CNE/CP nº 8/2012, homologado por Despacho do Senhor Ministro de Estado da Educação, publicado no DOU de 30 de maio de 2012, CONSIDERANDO o que dispõe a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948; a Declaração das Nações Unidas sobre a Educação e Formação em Direitos Humanos (Resolução A/66/137/2011); a Constituição Federal de 1988; a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996); o Programa Mundial de Educação em Direitos Humanos (PMEDH 2005/2014), o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3/Decreto nº 7.037/2009); o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH/2006); e as diretrizes nacionais emanadas pelo Conselho Nacional de Educação, bem como outros documentos nacionais e internacionais que visem assegurar o direito à educação a todos(as).

Assim, em seu Art. 1º, a presente Resolução estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos (EDH) a serem observadas pelos **sistemas de ensino e suas instituições**, destacando em seu Art. 2º que A Educação em Direitos Humanos, um dos eixos fundamentais do direito à educação, **refere-se ao uso de concepções e práticas educativas fundadas nos Direitos Humanos e em seus processos de promoção, proteção, defesa e aplicação na vida cotidiana e cidadã de sujeitos de direitos e de responsabilidades individuais e coletivas**. Já no § 1º deste 2º Artigo, estabelece que os Direitos Humanos, internacionalmente reconhecidos como um conjunto de direitos civis, políticos, sociais, econômicos, culturais e ambientais, sejam eles individuais, coletivos, transindividuais ou difusos, referem-se à necessidade de igualdade e de defesa da dignidade humana. Deste modo, como profere o § 2º deste Artigo 2º, aos sistemas de ensino **e suas instituições cabe a efetivação da Educação em Direitos Humanos**, implicando a adoção sistemática dessas diretrizes por todos(as) os(as) envolvidos(as) nos processos educacionais.

Como consequência indutora do prescrito nos Artigos anteriores, vemos, que conforme prevê o seu Art. 3º, devemos considerar que a Educação em Direitos Humanos, com a finalidade de promover a educação para a mudança e a transformação social, fundamenta-se nos seguintes princípios: I - dignidade humana; II - igualdade de direitos; III - reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades; IV - laicidade do Estado; V - democracia na educação; VI – transversalidade, vivência e globalidade; e VII - sustentabilidade socioambiental.



O Projeto Político Pedagógico de Curso de Graduação em Ciências Sociais, em sua totalidade busca corresponder ao prescrito no Art. 4º desta Resolução que advoga que A Educação em Direitos Humanos como processo sistemático e multidimensional, orientador da formação integral dos sujeitos de direitos, articula-se às seguintes dimensões: I - apreensão de conhecimentos historicamente construídos sobre direitos humanos e a sua relação com os contextos internacional, nacional e local; II - afirmação de valores, atitudes e práticas sociais que expressem a cultura dos direitos humanos em todos os espaços da sociedade; III - formação de uma consciência cidadã capaz de se fazer presente em níveis cognitivo, social, cultural e político; IV - desenvolvimento de processos metodológicos participativos e de construção coletiva, utilizando linguagens e materiais didáticos contextualizados; e V - fortalecimento de práticas individuais e sociais que gerem ações e instrumentos em favor da promoção, da proteção e da defesa dos direitos humanos, bem como da reparação das diferentes formas de violação de direitos.

Além disso, coadunando os elementos fundamentais inscritos no Projeto Pedagógico de Curso, com o projeto institucional da UFFS (disposto em seu Estatuto) e a ‘arquitetura’ organizativa do Matriz Curricular deste Curso, vemos que esses grandes pilares incorporam o previsto nos Art. 5º, desta Resolução que aponta que a Educação em Direitos Humanos tem como **objetivo central a formação para a vida e para a convivência, no exercício cotidiano dos Direitos Humanos como forma de vida e de organização social, política, econômica e cultural nos níveis regionais, nacionais e planetário** e em seu § 1º que demarca que este objetivo deverá orientar os sistemas de ensino e suas instituições no que se refere ao **planejamento e ao desenvolvimento de ações de Educação em Direitos Humanos adequadas às necessidades, às características biopsicossociais e culturais dos diferentes sujeitos e seus contextos** e Art. 6º, onde prevê que a Educação em Direitos Humanos, de modo transversal, deverá ser considerada na construção dos Projetos Político-Pedagógicos (PPP); dos Regimentos Escolares; dos Planos de Desenvolvimento Institucionais (PDI); dos **Programas Pedagógicos de Curso (PPC) das Instituições de Educação Superior**; dos materiais didáticos e pedagógicos; do modelo de ensino, pesquisa e extensão; de gestão, bem como dos diferentes processos de avaliação.

Assim, no constructo da intencionalidade formativa (de Formação Humana)



presente no PPC do Curso de Ciências Sociais, objetivamos como princípio da universalidade da proposta de curso o estabelecido nos Art. 7º desta Resolução que destaca que a inserção dos conhecimentos concernentes à Educação em Direitos Humanos na organização dos currículos da Educação Básica e da Educação Superior poderá ocorrer das seguintes formas: I - pela transversalidade, por meio de temas relacionados aos Direitos Humanos e tratados interdisciplinarmente; II - como um conteúdo específico de uma das disciplinas já existentes no currículo escolar; III - de maneira mista, ou seja, combinando transversalidade e disciplinaridade, [...]. Art. 10 que indica que os sistemas de ensino e as instituições de pesquisa deverão fomentar e divulgar estudos e experiências bem sucedidas realizados na área dos Direitos Humanos e da Educação em Direitos Humanos, Art. 11 que traz o indicativo que os sistemas de ensino deverão criar políticas de produção de materiais didáticos e paradidáticos, tendo como princípios orientadores os Direitos Humanos e, por extensão, a Educação em Direitos Humanos e Art. 12, que expressa que as Instituições de Educação Superior estimularão **ações de extensão voltadas para a promoção de Direitos Humanos, em diálogo com os segmentos sociais em situação de exclusão social e violação de direitos, assim como com os movimentos sociais e a gestão pública.**

De maneira prática, o Projeto Pedagógico do Curso de Ciências Sociais indica os ‘ambientes’, tempos e espaços pedagógicos que levarão à implementação do conjunto de intencionalidades inscritas e prescritas no *corpus explicativo-indutor* desta Resolução: num conjunto de Componentes Curriculares – que mesmo não apresentando pontos de ementas explícitas acerca dos direitos humanos – em sua perspectiva de análise abrem espaço para o debate e a Educação em Direitos Humanos como, por exemplo, Introdução à Ciência Política, Educação Inclusiva, Estudos de Gênero, Direitos e Cidadania.

Para além destes tempos e espaços de educação em Direitos Humanos já destacados, também o curso realizará palestras, seminários e debates, acompanhamento de possíveis violações de Direitos Humanos, intervenções práticas com atividades de pesquisa e extensão acerca da temática.

Com estes diferentes momentos e processos educativos, busca-se um ambiente, práticas e valores que promovam uma educação e convivência democrática, comprometida com o respeito à diversidade humana e com o combate a todas as formas



de violência e de discriminação.

Legislação	
Legislação	Componente curricular
Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004 – institui as Diretrizes Curriculares Nacionais das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e obriga as Instituições de Ensino Superior a incluírem nos <u>conteúdos de disciplinas e atividades curriculares dos cursos que ministram</u> , a Educação das Relações Étnico-Raciais, bem como o tratamento de questões e temáticas que dizem respeito aos afrodescendentes, nos termos explicitados no Parecer CNE/CP nº 3/2004.	<ul style="list-style-type: none">- Introdução à Antropologia;- Sociologia Rural;- Pensamento Social no Brasil;- História da Fronteira Sul.
Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002 – regulamenta a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 – que dispõe sobre a inclusão da educação ambiental em todos os níveis e modalidades de ensino, observando: I – a integração da educação ambiental às disciplinas de modo transversal, contínuo e permanente; e II – a adequação dos programas já vigentes de formação continuada de educadores.	<ul style="list-style-type: none">- Laudos Antropológicos e Consultoria Socioambiental;- Desenvolvimento Territorial.
Resolução nº 01, de 30 de maio de 2012 – estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Estabelece a necessidade de que os Projetos Pedagógicos de Curso contemplem a <u>inserção dos conhecimentos concernentes à Educação em Direitos Humanos na organização dos currículos</u> da Educação Básica e da Educação Superior, baseada no Parecer CNE/CP nº 8/2012.	<ul style="list-style-type: none">- Introdução à Ciência Política;- Educação Inclusiva;- Estudos de Gênero;- Direitos e Cidadania.



Matriz curricular

Curso de graduação em Ciências Sociais – Bacharelado Campus Laranjeiras do Sul						Atividades*					Total de Horas	Pré-req	
Fase	Nº	Domínio	Código	Componente Curricular	Créditos	Aulas presenciais		Aulas não presenciais	Estágio	Extensão			Pesquisa
						Teórica	Prática						
1ª fase	1	CM	GEX208	Informática Básica	4	60						60	
	2	CM	GLA104	Produção Textual Acadêmica	4	60						60	
	3	CM	GCH293	Introdução à Filosofia	4	60						60	
	4	CX	GCH797	Educação Inclusiva	2	30						30	
	5	ES	GCH1316	Introdução à Antropologia	2	30						30	
	6	ES	GCH1317	Introdução à Ciência Política	2	30						30	
	7	ES	GCH1315	Introdução à Sociologia	2	30						30	
Subtotal					20	300						300	
2ª fase	8	CM	GCH292	História da Fronteira do Sul	4	60						60	
	9	ES	GCS649	Economia Política	4	60						60	
	10	ES	GCH1326	Sociologia I	4	60						60	7
	11	ES	GCH1327	Teoria política I	4	60						60	6
	12	ES	GCH1328	Antropologia I	4	60						60	5
Subtotal					20	300						300	
3ª fase	13	CM	GCH290	Iniciação à Prática Científica	4	60						60	
	14	ES	GCH1462	Pensamento Social no Brasil	4	60						60	
	15	ES	GCH1463	Sociologia II	4	60						60	10
	16	ES	GCH1464	Antropologia II	4	60						60	12
	17	ES	GCH1465	Teoria Política II	4	60						60	11
Subtotal					20	300						300	
4ª fase	18	CM	GEX210	Estatística Básica	4	60						60	



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL – UFFS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA



Curso de graduação em Ciências Sociais – Bacharelado Campus Laranjeiras do Sul						Atividades*					Total de Horas	Pré-req
						Aulas presenciais		Aulas não presenciais	Estágio	Extensão		
Fase	Nº	Domínio	Código	Componente Curricular	Créditos	Teórica	Prática					
	19	CM	GCS239	Direitos e Cidadania	4	60					60	
	20	ES	GCH1512	Sociologia III	4	60					60	15
	21	ES	GCH1513	Antropologia III	4	60					60	16
	22	ES	GCH1514	Teoria Política III	4	60					60	17
Subtotal					20	300					300	
5ª fase	23	ES	GCH1630	Epistemologia das ciências sociais	4	60					60	
	24	ES	GCH1631	Antropologia da política	4	60					60	
	25	ES	GCH1632	Pensamento social latino americano	4	60					60	
	26	ES	GCH1633	Estudos de gênero	4	60					60	
	27	ES		Optativa I	4	30			30		60	
Subtotal					20	270		30			300	
6ª fase	28	ES	GCH1634	Política brasileira	4	60					60	
	29	ES	GCH1635	Estado e políticas públicas	4	60					60	
	30	ES	GCH1517	Metodologia de pesquisa das ciências sociais	4	60					60	
	31	ES	GCH1636	Estatística aplicada às ciências sociais	4	60					60	
	32	ES	GCH1637	Relações internacionais	4	60					60	
Subtotal					20	300					300	
7ª fase	33	CX	GLA210	Língua Brasileira de Sinais	4	60					60	
	34	ES	GCS655	Estudos pós-coloniais e decoloniais	2	30					30	
	35	ES	CH1521	Teoria dos movimentos sociais	4	60					60	
	36	ES	CH1639	Sociologia do trabalho	2	30					30	



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL – UFFS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA



Curso de graduação em Ciências Sociais – Bacharelado Campus Laranjeiras do Sul						Atividades*					Total de Horas	Pré-req
						Aulas presenciais		Aulas não presenciais	Estágio	Extensão		
Fase	Nº	Domínio	Código	Componente Curricular	Créditos	Teórica	Prática					
	37	ES	CH1640	Cultura, comunicação e sociedade	2	30					30	
	38	ES		Optativa II	4	30		30			60	
	38	ES	CH1638	Trabalho de conclusão de curso I	6	45				45	90	20, 21, 22,30
Subtotal					24	285		30		45	360	
8ª fase	40	ES	CH1522	Desenvolvimento territorial	4	60					60	
	41	ES	CH1523	Sociologia rural	4	60					60	
	42	ES	CH	Optativa III	4	30		30			60	
	43	ES	GCH1641	Laudos antropológicos e consultoria socioambiental	4	60					60	
	44	ES	GCH1527	Trabalho de conclusão de curso II	8	20				100	120	38
Subtotal					24	230		30		100	360	
Subtotal Geral					168	2285		90		145	2520	
Atividades curriculares complementares					14						210	
Total Geral					182	2285		90		145	2730	

CM – Domínio Comum CX – Domínio Conexo ES – Domínio Específico

*Atividades descritas conforme previsto no Art. 14 do atual Regulamento da Graduação da UFFS:



Matriz curricular Optativas:

Curso de graduação em Ciências Sociais – Bacharelado Campus Laranjeiras do Sul					Atividades		Total de Horas	Pré-req
Nº	Domínio	Código	Componente Curricular	Créditos	Teórica	Aulas não presenciais		
45	ES	GCH1530	Antropologia da música	4	30	30	60	
46	ES	GCS396	Economia brasileira contemporânea	4	30	30	60	
47	ES	GCH1531	Economia social e solidária	4	30	30	60	
48	ES	GCH692	Educação popular	4	30	30	60	
49	ES	GCH1532	Etnologia indígena	4	30	30	60	
50	ES	GCH1533	História do pensamento político clássico	4	30	30	60	
51	ES	GCH1534	Partidos políticos	4	30	30	60	
52	ES	GCH1535	Projetos sociais e de desenvolvimento	4	30	30	60	
53	ES	GCH1536	Sociologia econômica	4	30	30	60	
54	ES	GCH1537	Teoria cooperativista	4	30	30	60	
55	ES	GCH1538	Teoria da democracia	4	30	30	60	
56	ES	GCH1539	Teoria das elites	4	30	30	60	
57	ES	GCH1540	Trabalho no campo	4	30	30	60	
58	ES	GCH1541	Tópicos especiais em antropologia I	4	30	30	60	
59	ES	GCH1542	Tópicos especiais em antropologia II	4	30	30	60	
60	ES	GCH1543	Tópicos especiais em antropologia III	4	30	30	60	
61	ES	GCH1547	Tópicos especiais em política I	4	30	30	60	
62	ES	GCH1548	Tópicos especiais em política II	4	30	30	60	
63	ES	GCH1549	Tópicos especiais em política III	4	30	30	60	
64	ES	GCH1550	Tópicos Especiais em Sociologia I	4	30	30	60	
65	ES	GCH1551	Tópicos Especiais em Sociologia II	4	30	30	60	
66	ES	GCH1552	Tópicos Especiais em Sociologia III	4	30	30	60	



Curso de Graduação em Ciências Sociais – Bacharelado Campus Laranjeiras do Sul					Atividades			Total de Horas
					Aulas presenciais			
Nº	Domínio	Código	Componente Curricular	Horas	Teórica	Prática	Extensionista	
73	ES	GCH2002	Tópicos especiais em extensão I	35			35	35
74	ES	GCH2003	Tópicos especiais em extensão II	35			35	35

* Componentes inseridos conforme RESOLUÇÃO Nº 01/CCBCS-LS/UFFS/2024



8.5 Modalidades de componentes curriculares presentes na matriz do curso:

8.5.1 Estágios curriculares supervisionados

Salientamos que o estágio curricular obrigatório, conforme parecer do Conselho Nacional de Educação/CES 224/2004, deve ficar a critério de cada instituição para a inclusão no projeto pedagógico dos cursos de Ciências Sociais – bacharelado. Assim sendo, o curso opta por não ofertar estágio curricular obrigatório, prevendo assim apenas o estágio não-obrigatório, desenvolvido como atividade opcional e acrescido à carga horária regular e obrigatória do curso a ser validado como ACCs.

8.5.2 Atividades curriculares complementares (Normatização no ANEXO I)

As Atividades Curriculares Complementares (ACCs) constituem ações que visam à complementação do processo ensino e aprendizagem, sendo desenvolvidas ao longo do curso Ciências Sociais - Bacharelado, com carga horária de 210 horas.

As ACCs constituem mecanismo de aproveitamento dos conhecimentos adquiridos pelo estudante, por meio de estudos e práticas independentes, presenciais ou à distância, realizadas na Universidade ou em outros espaços formativos, sendo consideradas obrigatórias para a integralização do currículo.

Enquanto requisito obrigatório, as ACCs respondem ao princípio da flexibilidade, pelo qual o estudante tem a oportunidade de decidir sobre uma parte do currículo, sendo ordenadas por duas legislações específicas: pela determinação constante na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/1996, a qual estabelece em seu artigo 3º a “valorização da experiência extraclasse” e, também, pelo que estabelecem as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação de Bacharelado em Ciências Sociais.

Para validação das horas de ACCs os estudantes deverão apresentar documento comprobatório da atividade e sua carga horária ou apresentação de cópia do trabalho realizado ou declaração da instituição ou órgão responsável pela atividade prestada ou documento elaborado pelo professor que orientou e acompanhou o estudo ou outro documento comprobatório da atividade realizada. No Anexo I, consta o Regulamento de ACCs.



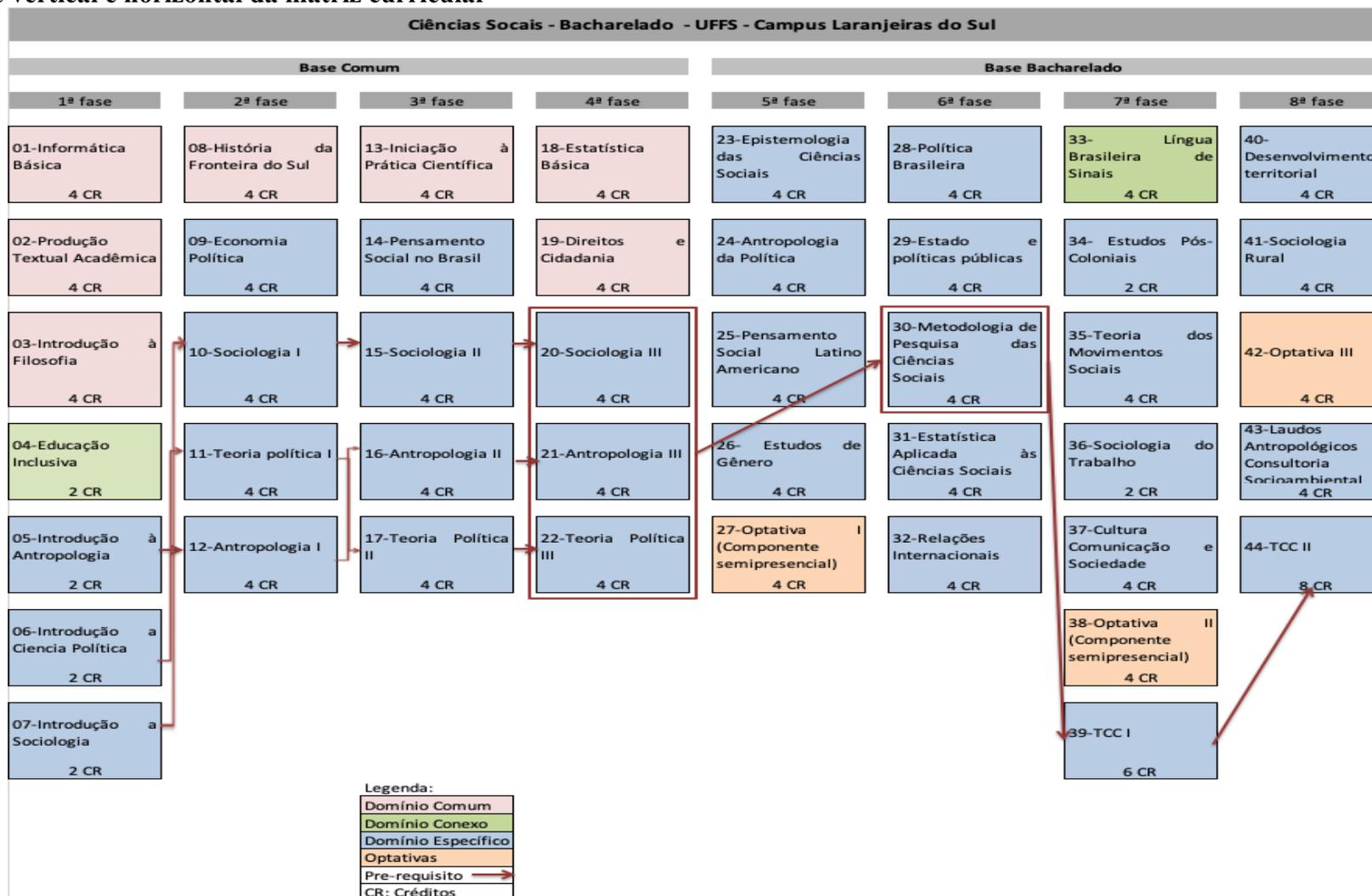
8.5.3 *Trabalho de Conclusão de Curso (Normatização no ANEXO II)*

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é componente curricular obrigatório, a ser realizado a partir do 7º semestre, com 6 créditos e cumprindo carga horária de 90 horas. No 8º semestre, com 8 créditos e carga horária de 120 horas para o TCC, centrado em determinada área teórico prática ou de formação profissional, como atividade de síntese e integração de conhecimento e consolidação de atividades de pesquisa e intervenção na realidade que pode utilizar como resultado um ensaio monográfico. Todo trabalho de TCC deve vir acompanhado de projeto de pesquisa.

Para a realização do TCC os acadêmicos(as) do curso contarão, além do apoio do professor do componente curricular, com um professor orientador afim ao tema. Os Trabalhos de Conclusão de Curso serão avaliados por uma banca examinadora. Sua regulamentação consta no Anexo II deste PPC.



8.6 Análise vertical e horizontal da matriz curricular





8.7 Ementários, bibliografias básicas e complementares dos componentes curriculares.

8.7.1 Componentes curriculares de oferta regular e com código fixo na matriz (Domínios: Comum, Conexo, Específico)



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GEX208	INFORMÁTICA BÁSICA	4	60

EMENTA

Fundamentos de informática. Conhecimentos de sistemas operacionais. Utilização da rede mundial de computadores. Ambientes virtuais de aprendizagem. Conhecimentos de softwares de produtividade para criação de projetos educativos e/ou técnicos e/ou multimidiáticos.

OBJETIVO

Operar as ferramentas básicas de informática de forma a poder utilizá-las interdisciplinarmente, de modo crítico, criativo e pró-ativo.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

ANTONIO, João. **Informática para Concursos: teoria e questões**. Rio de Janeiro: Campus-Elsevier, 2009.
CAPRON, H. L.; JOHNSON, J. A. **Introdução à Informática**. 8. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2004.
NORTON, P. **Introdução à informática**. São Paulo: Pearson, 2010.
SEBBEN, A.; MARQUES, A. C. H. (Org.). **Introdução à informática: uma abordagem com libreoffice**. Chapecó: UFFS, 2012. 201 p. ISBN: 978-85-64905-02-3. Disponível em: <cc.uffs.edu.br/downloads/ebooks/Introducao_a_Informatica.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2012.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.

FEDELI, Ricardo D.; POLLONI, Enrico G. P.; PERES, Fernando E. **Introdução à ciência da computação**. 2. ed. São Paulo: CENGAGE Learning, 2010.
HILL, Benjamin Mako; BACON, Jono. **O livro oficial do Ubuntu**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2008.
LANCHARRO, Eduardo Alcalde; LOPEZ, Miguel Garcia; FERNANDEZ, Salvador Peñuelas. **Informática básica**. São Paulo: Pearson Makron Books, 2004.
MANZANO, André Luiz N. G.; TAKA, Carlos Eduardo M. **Estudo dirigido de microsoft windows 7 ultimate**. São Paulo: Érica, 2010.
MEYER, M.; BABER, R.; PFAFFENBERGER, B. **Nosso futuro e o computador**. Porto Alegre: Bookman, 1999.
MONTEIRO, M. A. **Introdução à organização de computadores**. 5. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2007.
MORGADO, Flavio. **Formatando teses e monografias com BrOffice**. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2008.
SCHECHTER, Renato. **BROfficeCalc e Writer: trabalhe com planilhas e textos em software livre**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.





Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GLA104	PRODUÇÃO TEXTUAL ACADÊMICA	4	60
EMENTA			
Língua, linguagem e sociedade. Leitura e produção de textos. Mecanismos de textualização e de argumentação dos gêneros acadêmicos: resumo, resenha, handout, seminário. Estrutura geral e função sociodiscursiva do artigo científico. Tópicos de revisão textual.			
OBJETIVO			
Desenvolver a competência textual-discursiva de modo a fomentar a habilidade de leitura e produção de textos orais e escritos na esfera acadêmica.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
ANTUNES, I. Análise de Textos: fundamentos e práticas . São Paulo: Parábola, 2010. CITELLI, Adilson. O texto argumentativo . São Paulo: Scipione, 1994. MACHADO, Anna R.; LOUSADA, Eliane; ABREU-TARDELLI, Lilia S. Resenha . São Paulo: Parábola Editorial, 2004. MARCUSCHI, L. A. Produção textual, análise de gêneros e compreensão . São Paulo: Parábola Editorial, 2008. MEDEIROS, João B. Redação científica . São Paulo: Atlas, 2009. MOTTA-ROTH, D.; HENDGES, G. H. Produção textual na universidade . São Paulo: Parábola Editorial, 2010. SILVEIRA MARTINS, Dileta; ZILBERKNOP, Lúbia S. Português Instrumental: de acordo com as atuais normas da ABNT . 27. ed. São Paulo: Atlas, 2010.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			



ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NRB 6028**: Informação e documentação - Resumos - Apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2003.

_____. **NRB 6023**: Informação e documentação – Referências - Elaboração. Rio de Janeiro: ABNT, 2002.

_____. **NRB 10520**: Informação e documentação - Citações - Apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2002.

BLIKSTEIN, Izidoro. **Técnicas de comunicação escrita**. São Paulo: Ática, 2005.

COSTA VAL, Maria da Graça. **Redação e textualidade**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

COSTE, D. (Org.). **O texto: leitura e escrita**. Campinas: Pontes, 2002.

FARACO, Carlos A.; TEZZA, Cristovão. **Oficina de texto**. Petrópolis: Vozes, 2003.

GARCEZ, Lucília. **Técnica de redação: o que é preciso saber para bem escrever**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

KOCH, Ingedore V. **O texto e a construção dos sentidos**. São Paulo: Contexto, 1997.

_____. **Desvendando os segredos do texto**. São Paulo: Cortez, 2009.

_____, I. V.; ELIAS, V. M. **Ler e escrever: estratégias de produção textual**. São Paulo: Contexto, 2009.

MOYSÉS, Carlos A. **Língua Portuguesa: atividades de leitura e produção de texto**. São Paulo: Saraiva, 2009.

PLATÃO, Francisco; FIORIN, José L. **Lições de texto: leitura e redação**. São Paulo: Ática, 2006.

SOUZA, Luiz M.; CARVALHO, Sérgio. **Compreensão e produção de textos**. Petrópolis: Vozes, 2002.



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH293	INTRODUÇÃO À FILOSOFIA	4	60
EMENTA			
A natureza e especificidade do discurso filosófico e sua relação com outros campos do conhecimento; principais correntes do pensamento filosófico; Fundamentos filosóficos da Modernidade. Tópicos de Ética e de Epistemologia.			
OBJETIVO			
Refletir criticamente, através de pressupostos éticos e epistemológicos, acerca da modernidade.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
ABBA, Giuseppe. História crítica da filosofia moral . São Paulo: Raimundo Lulio, 2011. DUTRA, Luiz Henrique de Araújo. Introdução à teoria da ciência . Florianópolis: EdUFSC, 2003. FRANCO, Irley; MARCONDES, Danilo. A Filosofia: O que é? Para que serve? São Paulo: Jorge Zahar, 2011. GALVÃO, Pedro (Org.). Filosofia: Uma Introdução por Disciplinas . Lisboa: Edições 70, 2012. (Extra Coleção). HESSEN, J. Teoria do conhecimento . São Paulo: Martins Fontes, 2003. MARCONDES, Danilo. Textos básicos de ética . São Paulo: Zahar editores, 2009. VAZQUEZ, Adolfo Sanchez. Ética . São Paulo: Civilização brasileira, 2005.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			
CANCLINI, Nestor García. Culturas híbridas . São Paulo: Editora da USP, 2000. GRANGER, Giles-Gaston. A ciência e as ciências . São Paulo: Ed. Unesp, 1994. HOBSBAWM, Eric. Era dos extremos . O breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. HORKHEIMER, Max. Eclipse da razão . São Paulo: Centauro, 2002. AMESON, Frederic. Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio . 2. ed. São Paulo: Autores Associados, 2007. NOBRE, M. (Org.). Curso Livre de Teoria Crítica . 1. ed. Campinas: Papyrus, 2008. REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. História da filosofia . 7. ed. São Paulo: Paulus, 2002. 3 v. SARTRE, Jean-Paul. Marxismo e existencialismo . In: Questão de método . São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1972. SCHILLER, Friedrich. Sobre a educação estética . São Paulo: Herder, 1963. Silva, Márcio Bolda. Rosto e alteridade: para um critério ético em perspectiva latino-americana . São Paulo: Paulus, 1995.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH797	EDUCAÇÃO INCLUSIVA	2	30
EMENTA			
Direitos humanos e aspectos políticos e legais que fundamentam a Inclusão. Modelo social da deficiência: dimensão cultural, diversidade e diferença. Diretrizes para educação inclusiva e a legislação brasileira. A inclusão na escola: saberes e práticas pedagógicas para a educação na diversidade.			
OBJETIVO			
Compreender as questões que fundamentam a inclusão escolar e suas implicações para a educação de alunos com necessidades educacionais especiais.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
BRASIL, Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva . Brasília: MEC/SEESP, 2008. GÓES, Maria Cecília Rafael de; LAPLANE, Adriana Lia Friszman de. Políticas e práticas de Educação inclusiva . 4 ed. Campinas-SP: Autores Associados, 2013. MANTOAN, Maria Tereza Eglér. Inclusão Escolar: o que É? Por quê? Como Fazer? São Paulo: Moderna, 2003. RODRIGUES, David (Org). Inclusão e Educação: doze olhares sobre a educação inclusiva . São Paulo:Summus, 2006.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			
BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica . Secretaria de Educação Especial. MEC; SEESP, 2001. DECLARAÇÃO de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. 2 ed. Brasília: CORDE, 1997. MANTOAN, Maria Teresa Egler et al. Inclusão Escolar: pontos e contrapontos . São Paulo: Summus, 2006. OMOTE, S. Inclusão: intenção e realidade . Marília: Fundepe, 2004. SKLIAR, C. A invenção e a exclusão da alteridade “deficiente” a partir dos significados da normalidade . Educação & Realidade, 24(1), jul./dez., 1999. UNESCO Brasil. Declaração Universal dos Direitos Humanos . Adotada e proclamada pela resolução 217 A (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948. Brasília, DF, 1998. 6 f. Disponível em: http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001394/139423por.pdf . Acessado em: 20 jul. 2016.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1316	INTRODUÇÃO À ANTROPOLOGIA	02	30
EMENTA			
Etnocentrismo e relativismo cultural; relações étnico raciais; etnografia, trabalho de campo e o olhar antropológico; campo, contextos e paradigmas antropológicos; antropologias periféricas e a antropologia no Brasil.			
OBJETIVO			
Apresentar os principais conceitos e noções da antropologia social; proporcionar uma iniciação à prática e ao raciocínio etnográfico e relacional da Antropologia; situar o processo de emergência, consolidação e institucionalização da antropologia como campo acadêmico-científico.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
DA MATTA, Roberto. Relativizando: uma introdução à antropologia social. Rio de Janeiro: Rocco, 2010. ERIKSEN, Thomas; NIELSEN, F. S. História da antropologia. Petrópolis: Vozes, 2012. LAPLANTINE, François. Aprender antropologia. São Paulo: Brasiliense, 2003. LARAIA, Roque. Cultura: um conceito antropológico. 23. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009. OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. O trabalho do antropólogo. São Paulo: UNESP, 2000. OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. Sobre o pensamento antropológico. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			
BENEDICT, Ruth. O crisântemo e a espada. São Paulo: Perspectiva, 2009. BOAS, Franz. A mente do ser humano primitivo. Petrópolis: Vozes, 2010 CASTRO, Celso. Antropologia cultural. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2004. CASTRO, Celso. Evolucionismo cultural: textos de Morgan, Tylor e Frazer. Rio de Janeiro: Zahar, 2005. DURKHEIM, Émile. As formas elementares da vida religiosa. São Paulo: Paulus Editora, 2019. EVANS-PRITCHARD, Edward. Bruxaria, oráculos e magia entre os Azande. Jorge Zahar, 2005. MALINOWSKI, Bronislaw. Os argonautas do Pacífico Ocidental. São Paulo: Ubu Editora, 2018. SCHWARTZ, Lilia Moritz. O espetáculo das raças: cientistas, instituições e a questão racial no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. TODOROV, Tzvetan. A conquista da América. São Paulo: Martins Fontes, 2010.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1317	INTRODUÇÃO À CIÊNCIA POLÍTICA	2	30
EMENTA			
A história do surgimento do conceito de política. Política na antiguidade greco-romana. O estado moderno e as transformações da política clássica. O objeto de estudo da ciência política. Conceitos fundamentais da ciência política: estado, formas de governo, direitos humanos e cidadania, poder, legitimidade, liberdade, regime político, partido político e grupos de interesse.			
OBJETIVO			
Compreender a história, o objeto de estudo e a abrangência da ciência política. Possibilitar que os acadêmicos tenham acesso às análises teóricas e empíricas sobre: o significado da "política"; os conceitos fundamentais da ciência política; e os principais atores e processos do sistema político. Proporcionar as bases conceituais para o estudo dos componentes curriculares posteriores.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
ARISTÓTELES. Política . Brasília: Ed. UnB, 1985. BOBBIO, Norberto. Estado, governo, sociedade : fragmentos de um dicionário político. 20. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017. 255 p. ISBN 978-85-7753-365-7 (broch.). COELHO, Ricardo Corrêa; MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. Ciência política . [Brasília, DF]: CAPES, 2010. 160 p. ISBN 9788579880070.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			
AVELAR, Lúcia. CINTRA, Antonio Octavio (org). Sistema político brasileiro: uma introdução . 3. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2015. BOBBIO, Norberto; BOVERO, Michelangelo. Teoria geral da política : a filosofia política e a lição dos clássicos. Rio de Janeiro: Campus, 2000. 720 p. ISBN 9788535206463. CARNOY, Martin. Estado e teoria política . 17. ed. Campinas: Papyrus, 2011. 352 p. ISBN 8530801210 (broch.). PLATÃO. A República . 6. ed. Lisboa: Fund. Calouste Gulbenkian, 1990.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
	INTRODUÇÃO À SOCIOLOGIA	2	30
EMENTA			
Pressupostos conceituais elementares da abordagem sociológica. Limites e potencialidades de uma ciência da sociedade. Fundamentos do pensamento sociológico moderno. Teoria social e teoria sociológica. Temas contemporâneos. A profissão do(a) sociólogo(a).			
OBJETIVO			
Proporcionar aos estudantes contato com as primeiras formulações do pensamento sociológico moderno, abordando suas dimensões conceituais. Apresentar reflexões sobre a sociologia como campo profissional.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
ADORNO, Theodor. Introdução à sociologia . São Paulo, Unesp, 2008. BOUDON, Raymond. Tratado de sociologia . Rio de Janeiro: Zahar, 1996. LALLEMENT, Michel. História das ideias sociológicas: das origens a Max Weber . Petrópolis: Vozes, 2008. LANDER, Edgardo (org). A colonialidade do saber . Eurocentrismo e ciências sociais. Buenos Aires: CLACSO, 2005. GIDDENS, Anthony. Sociologia . 4. ed. Porto Alegre: 2005.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			
BAUMAN, Zygmunt e MAY, Tim. Aprendendo a Pensar com a Sociologia -. Rio de Janeiro: Zahar, 2010. BERGER Peter. Perspectivas Sociológicas – Uma Visão Humanística –. Petrópolis: Vozes, 2012. COMTE, Auguste. Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1978. MARTINS, Carlos Benedito. O que é sociologia . São Paulo: Brasiliense, 1994. OUTHWAITE, William; BOTTOMORE, Tom (Org.). Dicionário do pensamento social do século XX . Rio de Janeiro: Zahar, 1996.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH292	HISTÓRIA DA FRONTEIRA SUL	04	60
EMENTA			
Construção dos sentidos históricos. Noções de Identidade e de Fronteira. Invenção das tradições. Processos de povoamento, despovoamento e colonização. Conflitos econômicos e políticos. Choques culturais no processo de colonização. Questão indígena, cabocla e afrodescendente.			
OBJETIVO			
Compreender o processo de formação da região sul do Brasil por meio da análise de aspectos históricos do contexto de povoamento, despovoamento e colonização.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
BARTH, Frederik. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. Teorias da etnicidade . Seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Frederik Barth. São Paulo: Editora da UNESP, 1998. p 185-228. CUCHE, Denys. A noção de cultura das Ciências sociais . Bauru: EDUSC, 1999. HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade . 1. ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 1992. HOBSBAWM, Eric. A invenção das tradições . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. LE GOFF, Jacques. Memória e História . Campinas: Ed. Unicamp, 1994. PESAVENTO, Sandra Jatahy. Além das fronteiras. In: MARTINS, Maria Helena (Org.). Fronteiras culturais – Brasil, Uruguai, Argentina . São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			
ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. Preconceito contra a origem geográfica e de lugar – As fronteiras da discórdia . 1. ed. São Paulo: Cortez, 2007. AMADO, Janaína. A Revolta dos Mucker . São Leopoldo: Unisinos, 2002. AXT, Gunter. As guerras dos gaúchos: história dos conflitos do Rio Grande do Sul . Porto Alegre: Nova Prova, 2008. BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau (Coord.). História Geral do Rio Grande do Sul . Passo Fundo: Méritos, 2006. 6 v. CEOM. Para uma história do Oeste Catarinense . 10 anos de CEOM. Chapecó: UNOESC, 1995. GUAZZELLI, César; KUHN, Fábio; GRIJÓ, Luiz Alberto; NEUMANN, Eduardo (Org.). Capítulos de História do Rio Grande do Sul . Porto Alegre: UFRGS, 2004. GRIJÓ, Luiz Alberto; NEUMANN, Eduardo (Org.). O continente em armas: uma história da guerra no sul do Brasil . Rio de Janeiro: Apicurí, 2010.			



LEITE, Ilka Boaventura (Org.). **Negros no Sul do Brasil: Invisibilidade e territorialidade**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1996.

MACHADO, Paulo Pinheiro. **Lideranças do Contestado: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916)**. Campinas: UNICAMP, 2004.

MARTINS, José de Souza. **Fronreira: a degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: Contexto, 2009.

NOVAES, Adauto (Org.). **Tempo e História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **Identidade, etnia e estrutura social**. São Paulo: Livraria Pioneira, 1976.

PESAVENTO, Sandra. **A Revolução Farroupilha**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

RENK, Arlene. **A luta da erva: um ofício étnico da nação brasileira no oeste catarinense**. Chapecó: Grifos, 1997.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Ed. Unicamp, 2007.

ROSSI, Paolo. **O passado, a memória, o esquecimento**. São Paulo: Unesp, 2010.

SILVA, Marcos A. da (Org.). **República em migalhas: História Regional e Local**. São Paulo: Marco Zero/MCT/CNPq, 1990.

TEDESCO, João Carlos; CARINI, Joel João. **Conflitos agrários no norte gaúcho (1960-1980)**. Porto Alegre: EST, 2007.

_____. **Conflitos no norte gaúcho (1980-2008)**. Porto Alegre: EST, 2008.

TOTA, Antônio Pedro. **Contestado: a guerra do novo mundo**. São Paulo: Brasiliense, 1983. p. 14-90.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. **História do Paraná**. Curitiba: Gráfica Vicentina, 1988.



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCS649	ECONOMIA POLÍTICA	04	60
EMENTA			
Fisiocracia: classes sociais, origem, mensuração e distribuição do excedente econômico; Smith: ordem natural, troca, teoria do valor e divisão do trabalho; Ricardo: teoria do valor e da distribuição; teorias sobre crises do sistema capitalista; Marx: a teoria da mais-valia e da acumulação de capital; o processo de circulação do capital e o processo global de produção capitalista.			
OBJETIVO			
Estudar a Economia Política Pré-Clássica e a Economia Política clássica para entender de forma mais aprofundada as relações de produção entre as mais diversas classes sociais que permeiam o ambiente institucional desde a queda do feudalismo até a crítica da Economia Clássica.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
MARX, K. O Capital . São Paulo: Civilização Brasileira, 2009. MARX, K. Contribuição à Crítica da Economia Política . São Paulo: Martins Fontes, 2011. RIBEIRO, FERNANDO; CANTARINO, NELSON MENDES. Da fisiologia à economia política: o itinerário intelectual de Quesnay em direção ao Tableau Économique. Revista Economia Política , São Paulo, v. 36, n. 2, p. 353-371, June 2016. http://dx.doi.org/10.1590/0101-31572015v36n02a06 SMITH, Adam. Uma investigação sobre a natureza e causas da riqueza das nações . [Ed. rev.]. [São Paulo]: Hemus, [c2008]. 433 p. ISBN 8528905543 (broch.).			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			
HUNT, E. K.; SHERMAN, Howard J. História do pensamento econômico . [25. ed.]. Rio de Janeiro, RJ: Vozes, [2010]. 244 p. ISBN 9788532602176 BRUE, Stanley L.; GRANT, Randy R. História do pensamento econômico . 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, c2017. xiv, 598 p. ISBN 9788522125630 (broch.).			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1326	SOCIOLOGIA I	4	60
EMENTA			
Formulações clássicas do pensamento sociológico moderno do século XIX ao início do século XX. Karl Marx e o capitalismo como questão sociológica. Ferdinand Tönnies e a antinomia Comunidade – Sociedade. A sociologia funcionalista de Emile Durkheim. A sociologia compreensiva de Max Weber. A sociologia formalista e impressionista de Georg Simmel.			
OBJETIVO			
Conhecer os principais pressupostos teóricos e metodológicos dos expoentes das primeiras fases do pensamento sociológico clássico, abordando o contexto sócio-histórico de suas formulações, bem como seus posteriores desdobramentos.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
ARON, Raymond. As etapas do pensamento sociológico . Tradução Sérgio Bath. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008. COHN, G. (org.). Max Weber: Sociologia . 7. ed. São Paulo: Editora Ática, 2008. GIDDENS, Anthony. Sociologia . 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2005. MARX, Karl. O manifesto do partido comunista . 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1996. SELL, C. E. Sociologia Clássica: Marx, Durkheim e Weber . 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2015. WEBER, Max. A ética protestante e o “espírito” do capitalismo . 4. ed. São Paulo: Martin Claret, 2009.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			
DURKHEIM, Émile. As formas elementares da vida religiosa . 2. ed. São Paulo: Paulus, 2018. ENGELS, Friedrich. A situação da classe trabalhadora na Inglaterra . São Paulo: Boitempo, 2008. LALLEMENT, Michel. História das ideias sociológicas: das origens a Max Weber . 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2002. MARX, Karl. O 18 de Brumário de Luís Bonaparte . São Paulo: Boitempo, 2011. WAIZBORT, Leopold. As aventuras de Georg Simmel . 3. ed. São Paulo: Editora 34, 2013. WEBER, Max. Ensaio de Sociologia . 5. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1327	TEORIA POLÍTICA I	4	60
EMENTA			
Estudo das principais contribuições clássicas da teoria política moderna, compreendido entre o Renascimento e as revoluções francesa e americana. Maquiavel e o Estado moderno. As teorias contratualistas de Hobbes, Locke e Rousseau. Conservadorismo e liberalismo (Montesquieu, Tocqueville e John Stuart Mill). Os “federalistas” e a revolução americana.			
OBJETIVO			
Compreender os princípios e fundamentos da concepção moderna da política, proporcionando um panorama abrangente das principais correntes teóricas.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
BERNARDES, Júlio. Hobbes & a liberdade . Rio de Janeiro: Zahar, 2002. 76p ((Filosofia Passo-a-Passo ; 7).). ISBN 8571106665. MAQUIAVEL. O Príncipe . Diversas edições. Porto Alegre: L&PM, 2010. OLIVEIRA, Nythamar de. Rawls . Rio de Janeiro: Zahar, c2003. 74p ((Filosofia Passo-a-Passo ; 18).). ISBN 8571107041. OS PENSADORES. Jean Jacques Rousseau . 1. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1972-1976. 52 v. SKINNER, Quentin. As fundações do pensamento político moderno . São Paulo: Companhia das Letras, 1996. 724 p. ISBN 8571645325. COLEÇÃO grandes obras do pensamento universal. Charles Montesquieu . São Paulo: Escala, 2007. 40 v.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			
ARON, Raymond. As etapas do pensamento sociológico . 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008. xxviii, 884 p. COLEÇÃO grandes obras do pensamento universal. Jean Jacques Rousseau . São Paulo: Escala, 2007. 40 v.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1328	ANTROPOLOGIA I	04	60
EMENTA			
O conceito de cultura em Antropologia e a crítica ao evolucionismo. O culturalismo norte-americano. A antropologia social britânica. O funcionalismo e o estrutural-funcionalismo.			
OBJETIVO			
Apresentar o conceito de cultura e a crítica realizada por Franz Boas ao evolucionismo. Compreender e discutir a institucionalização da Antropologia nos Estados Unidos e o culturalismo norte-americano. Compreender e discutir a constituição da antropologia social britânica e suas escolas teóricas: o funcionalismo e o estrutural-funcionalismo.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
BOAS, Franz. Antropologia Cultural . Rio de Janeiro: Zahar, 2012. EVANS-PRITCHARD, Edward. Os Nuer . São Paulo: Perspectiva, 2008. MALINOWSKI, Bronislaw. Argonautas no Pacífico Ocidental . São Paulo: Ubu Editora, 2018. KUPER, Adam. Cultura: a visão dos antropólogos . São Paulo: Edusc, 2002. TYLOR, E. B. A Ciência da Cultura. In: Castro, Celso. Evolucionismo Cultural. Textos de Morgan, Tylor e Frazer . Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2005.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			
MALINOWSKI, B. Crime e costume na sociedade selvagem . Petrópolis: Vozes, 2015. MEAD, Margaret. Sexo e Temperamento . São Paulo: Editora Perspectiva, 2000. GEERTZ, C. A interpretação das culturas . Rio de Janeiro: LTC, 2013. BENEDICT, Ruth. O Crisântemo e a Espada . 2ª Ed. São Paulo: Perspectiva, 2009.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH290	INICIAÇÃO À PRÁTICA CIENTÍFICA	04	60
EMENTA			
A instituição Universidade: ensino, pesquisa e extensão. Ciência e tipos de conhecimento. Método científico. Metodologia científica. Ética na prática científica. Constituição de campos e construção do saber. Emergência da noção de ciência. O estatuto de cientificidade e suas problematizações.			
OBJETIVO			
Proporcionar reflexões sobre as relações existentes entre universidade, sociedade e conhecimento científico e fornecer instrumentos para iniciar o acadêmico na prática da atividade científica.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
ADORNO, T. Educação após Auschwitz. In: _____. Educação e emancipação . São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. ALVES, R. Filosofia da Ciência : introdução ao jogo e as suas regras. 4. ed. São Paulo: Loyola, 2002. CHAUI, M. Escritos sobre a Universidade . São Paulo: Ed. UNESP, 2001. HENRY, J. A Revolução Científica : origens da ciência moderna. Rio de Janeiro: Zahar, 1998. JAPIASSU, Hilton F. Epistemologia . O mito da neutralidade científica. Rio de Janeiro: Imago, 1975. (Série Logoteca). MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. Fundamentos de Metodologia Científica . 6. ed. São Paulo: Atlas, 2005. SEVERINO, A. J. Metodologia do trabalho científico . 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.[1]			
APPOLINÁRIO. Metodologia da ciência : filosofia e prática da pesquisa. São Paulo: Pioneira Thomson, 2006. D'ACAMPORA, A. J. Investigação científica . Blumenau: Nova Letra, 2006. GALLIANO, A. G. O Método Científico : teoria e prática. São Paulo: HARBRA, 1986. GIACOIA JR., O. Hans Jonas: O princípio responsabilidade. In: OLIVEIRA, M. A. Correntes fundamentais da ética contemporânea . Petrópolis: Vozes, 2000. p. 193-206. GIL, A. C. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social . 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999. GONSALVES, E. P. Iniciação à Pesquisa Científica . Campinas: Alínea, 2001. MORIN, E. Ciência com Consciência . Mem-Martins: Publicações Europa-América, 1994. OMMÈS, R. Filosofia da ciência contemporânea . São Paulo: Unesp, 1996. REY, L. Planejar e Redigir Trabalhos Científicos . 4. ed. São Paulo: Edgard Blücher, 2003. SANTOS, A. R. dos. Metodologia científica : a construção do conhecimento. 6. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004. SILVER, Brian L. A escalada da ciência . 2. ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2008.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1462	PENSAMENTO SOCIAL NO BRASIL	04	60
EMENTA			
Variantes históricas e teóricas do pensamento social brasileiro: as leituras das Ciências Sociais sobre a formação e constituição do pensamento social no Brasil. Relações étnico-raciais no Brasil.			
OBJETIVO			
Apresentar reflexões conceituais e empíricas dos campos da antropologia, sociologia e ciência política sobre o pensamento social no Brasil.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
CARVALHO, José Murilo de. Cidadania no Brasil: o longo caminho . 24. ed. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2018. MATTA, Roberto da. Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro . 6ª ed. Rio de Janeiro, RJ: Rocco, 1997. FREYRE, Gilberto. Casa-grande & senzala . 9ª ed. São Paulo: Global, 2012. HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil . Edição crítica. São Paulo: Companhia das Letras, 2016. PRADO JÚNIOR, Caio. Formação do Brasil contemporâneo . São Paulo: Companhia das Letras, 2011.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			
CANDIDO, Antônio. Formação da Literatura Brasileira - Volume Único . Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2013. CARDOSO, Fernando Henrique. Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul . 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1977. CARVALHO, José Murilo de. Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi . Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2019. FERNANDES, Florestan. A Revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica . 5. ed. Rio de Janeiro: Biblioteca Azul, 2012. RIBEIRO, Darcy. O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil . 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. SCHWARCZ, Lilia Moritz. O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930 . 1ª ed. São Paulo: Cia das Letras, 1993. VELOSO, Mariza; MADEIRA, Angélica. Leituras brasileiras: itinerários no pensamento social e na literatura . São Paulo: Paz e Terra, 2007.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1463	SOCIOLOGIA II	04	60
EMENTA			
Formulações do pensamento sociológico moderno da primeira metade do século XX. Escola de Chicago e Ecologia Humana. A sociologia fenomenológica de Alfred Schutz. Interacionismo Simbólico e Etnometodologia. Sociologia dramaturgica de Erving Goffman. Escola de Frankfurt. Teoria geral da ação de Talcott Parsons.			
OBJETIVO			
Examinar as perspectivas sociológicas da primeira metade do século XX, abordando o contexto sócio-histórico de suas formulações, bem como seus posteriores desdobramentos.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1985. GIDDENS, Anthony; TURNER, Jonathan (Org.). Teoria social hoje. São Paulo: UNESP, 2000. OLIVEIRA, Marcia Gardenia Monteiro; QUINTANEIRO, Tania. Labirintos Simétricos Introdução a teoria sociológica de Talcott Parsons. São Paulo: Pioneira, 2002.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			
ARON, Raymond. As etapas do pensamento sociológico. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008. GIDDENS, Anthony. Política, sociologia e teoria social: encontros com o pensamento clássico e contemporâneo. São Paulo: Editora da UNESP, 1998. GIDDENS, Anthony. Sociologia. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2005. THEODOR W. Adorno. Sociologia. São Paulo: Ática, 1986.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1464	ANTROPOLOGIA II	04	60
EMENTA			
A escola sociológica francesa e o estruturalismo francês.			
OBJETIVO			
Compreender e discutir a formação da Escola Sociológica Francesa e do estruturalismo francês e conhecer teorias clássicas, temas e contribuições etnográficas.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
DURKHEIM, Emile. As regras do método sociológico . 3. ed. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2009. MAUSS, Marcel. Sociologia e antropologia . São Paulo: Ubu, 2017. MAUSS, Marcel. Ensaio de sociologia . São Paulo, Perspectiva. 1999. LÉVI-STRAUSS, Claude. Antropologia estrutural . São Paulo, Ubu, 2017.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			
LÉVI-STRAUSS, Claude. O pensamento selvagem . Campinas: Papyrus, 2012. LÉVI-STRAUSS, Claude. Tristes trópicos . São Paulo: Cia. das Letras, 1999. LÉVI-STRAUSS, Claude. Antropologia estrutural dois . São Paulo, Cosac & Naify, 2013. GOLDMAN, Márcio. Lévi-Strauss e os sentidos da história. Revista de Antropologia , 1999. Disponível em http://www.revistas.usp.br/ra/article/view/133465 acesso em 02/10/2019.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1465	TEORIA POLÍTICA II	04	60
EMENTA			
Estudo das principais correntes de pensamento e dos autores clássicos do pensamento político moderno entre as primeiras décadas do século XIX e início do século XX. A teoria do Estado em Hegel. Socialismo utópico e anarquismo (Saint-Simon, Fourier, Proudhon, Bakunin). Marxismo (Marx, Engels e Gramsci). A teoria clássica das elites: Pareto, Mosca e Michels. A sociologia política de Max Weber.			
OBJETIVO			
Fornecer ao acadêmico uma visão panorâmica das principais correntes da teoria política no século XIX e início do século XX, com foco especialmente nas concepções de Estado.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
CARNOY, Martin. Estado e teoria política . Campinas, SP: Papirus, 2011. GRAMSCI, Antonio. Cadernos do cárcere . Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999, 6v. MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. O manifesto comunista . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999. WEBER, Max. Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva . Brasília, DF: UnB, 1999-2000. 2 v.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			
GRYNSZPAN, Mario. A teoria das elites e a sua genealogia consagrada . BIB, Rio de Janeiro, n. 41, 1º Semestre de 1996, pp. 35-83. WEBER, Max; COHN, Gabriel (Organizador). Max Weber: sociologia . 7. ed. São Paulo: Ática, 2010. 167 p. MARX, Karl. Miséria da filosofia: resposta à filosofia da miséria, do senhor Proudhon (1847) . 3. ed. São Paulo: Centauro, 2006. 196 p.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GEX210	ESTATÍSTICA BÁSICA	04	60
EMENTA			
Noções básicas de Estatística. Séries e gráficos estatísticos. Distribuições de frequências. Medidas de tendência central. Medidas de dispersão. Medidas separatrizes. Análise de Assimetria. Noções de probabilidade e inferência.			
OBJETIVO			
Utilizar ferramentas da estatística descritiva para interpretar, analisar e sintetizar dados estatísticos com vistas ao avanço da ciência e à melhoria da qualidade de vida de todos.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
BARBETTA, P. A. Estatística aplicada às Ciências Sociais . 7. ed. Florianópolis: UFSC, 2007. BUSSAB, Wilton de Oliveira; MORETTIN, Pedro Alberto. Estatística Básica . 7. ed. rev. São Paulo: Saraiva, 2011. CRESPO, A. A. Estatística Fácil . 19. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. FONSECA, Jairo Simon da; MARTINS, Gilberto de Andrade. Curso de Estatística . 6. ed. 12. reimpr. São Paulo: Atlas, 2009. SILVA, E. M. et al. Estatística para os cursos de: Economia, Administração e Ciências Contábeis . 4. ed. São Paulo: Atlas, 2010. TOLEDO, G. L.; OVALLE, I. I. Estatística Básica . 2. ed. São Paulo: Atlas, 1985.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
BORNIA, Antonio Cezar; REIS, Marcelo Menezes; BARBETTA, Pedro Alberto. Estatística para cursos de engenharia e informática . 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010. BUSSAB, Bolfarine H.; BUSSAB, Wilton O. Elementos de Amostragem . São Paulo: Blucher, 2005. CARVALHO, S. Estatística Básica: teoria e 150 questões . 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006. GERARDI, Lúcia H. O.; SILVA, Barbara-Cristine N. Quantificação em Geografia . São Paulo: DIFEL, 1981. LAPPONI, Juan Carlos. Estatística usando Excel . 4. ed. rev. Rio de Janeiro: Campus, 2005. MAGALHÃES, Marcos Nascimento; LIMA, Antônio Carlos Pedroso de. Noções de Probabilidade e Estatística . 7. ed. São Paulo: EDUSP, 2010. MONTGOMERY, Douglas C.; RUNGER, George C.; HUBELE, Norma F. Estatística aplicada à engenharia . 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2011. ROGERSON, P. A. Métodos Estatísticos para Geografia: um guia para o estudante . 3. ed. Porto Alegre: Boockman, 2012. SPIEGEL, M. R. Estatística . 3. ed. São Paulo: Makron Books, 1993. TRIOLA, Mario F. Introdução à Estatística . 10. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008. VIEIRA, S.; HOFFMANN, R. Elementos de Estatística . 4. ed. São Paulo: Atlas, 2010.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCS239	DIREITOS E CIDADANIA	04	60
EMENTA			
Origens históricas e teóricas da noção de cidadania. O processo moderno de constituição dos direitos civis, políticos, sociais e culturais. Políticas de reconhecimento e promoção da cidadania. Direitos e cidadania no Brasil.			
OBJETIVO			
Permitir ao estudante uma compreensão adequada acerca dos interesses de classe, das ideologias e das elaborações retórico-discursivas subjacentes à categoria cidadania, de modo possibilitar a mais ampla familiaridade com o instrumental teórico apto a explicar a estrutural ineficácia social dos direitos fundamentais e da igualdade pressuposta no conteúdo jurídico-político da cidadania na modernidade.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
BOBBIO, Norberto. A Era dos Direitos . Rio de Janeiro: Campus, 1992. CARVALHO, José Murilo. Cidadania no Brasil: o longo caminho . 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2002. MARX, Karl. Crítica da Filosofia do Direito de Hegel . São Paulo: Boitempo, 2005. SARLET, Ingo Wolfgang. A eficácia dos direitos fundamentais: uma teoria geral dos direitos fundamentais na perspectiva constitucional . Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2011. TORRES, Ricardo Lobo (Org.). Teoria dos Direitos Fundamentais . 2. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
BONAVIDES, Paulo. Ciência Política . São Paulo: Malheiros, 1995. BRASIL. Constituição (1988) . Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p. DAHL, Robert A. Sobre a democracia . Brasília: UnB, 2009. DALLARI, Dalmo de Abreu. Elementos de teoria geral do Estado . São Paulo: Saraiva, 1995. DAL RI JÚNIOR, Arno; OLIVEIRA, Odete Maria. Cidadania e nacionalidade: efeitos e perspectivas nacionais, regionais e globais . Ijuí: Unijuí, 2003. FÜHRER, Maximilianus Cláudio Américo. Manual de Direito Público e Privado . 18. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011. HONNETH, Axel. Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais . Trad. Luiz Repa. São Paulo: Ed. 34, 2003. IANNI, Octavio. A sociedade global . 13. ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2008. LOSURDO, Domenico. Democracia e Bonapartismo . Editora UNESP, 2004. MORAES, Alexandre. Direito constitucional . São Paulo: Atlas, 2009. MORAIS, José Luis Bolzan de. Do direito social aos interesses transindividuais: o Estado e o direito na ordem contemporânea . Porto Alegre: Livraria do Advogado,			



1996.

NOBRE, Marcos. **Curso livre de teoria crítica**. Campinas, SP: Papyrus, 2008.

PINHO, Rodrigo César Rebello. **Teoria Geral da Constituição e Direitos Fundamentais**. São Paulo: Saraiva, 2006.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

TOURAINÉ, Alain. **Igualdade e diversidade: o sujeito democrático**. Tradução Modesto Florenzano. Bauru, SP: Edusc, 1998.



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1512	SOCIOLOGIA III	04	60
EMENTA			
Formulações do pensamento sociológico moderno da segunda metade do século XX à atualidade. Exame do debate sobre a crise de “paradigma” na sociologia e seus desdobramentos. Abordagens sociológicas emergentes.			
OBJETIVO			
Examinar as perspectivas sociológicas da segunda metade do século XX à atualidade, abordando o contexto sócio-histórico de suas formulações, bem como seus posteriores desdobramentos.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
BOURDIEU, Pierre. Razões práticas : sobre a teoria da ação. Campinas-SP: Papirus Editora, 2011. CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede . Paz e Terra: São Paulo, 1999. v. 1. GIDDENS, Anthony. As consequências da modernidade . São Paulo: UNESP, 1991.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			
BAUMAN, Zygmunt. Modernidade líquida . Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. Os estabelecidos e os outsiders : sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade (trad. Vera Ribeiro). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000. FOUCAULT, Michel. Nascimento da Biopolítica : curso dado no Collège de France (1978-1979) (Trad. Eduardo Brandão). São Paulo: Martins Fontes, 2008. HARVEY, David. Condição pós-moderna : uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 10. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2011. TOURAINE, Alain. O que é a democracia? 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1513	ANTROPOLOGIA III	04	60
EMENTA			
Antropologia contemporânea. Diversidade dos paradigmas antropológicos. Temas e escolas antropológicas nos séculos XX e XXI. Antropologia no Brasil.			
OBJETIVO			
Apresentar a diversidade de concepções teóricas e conceituais da antropologia contemporânea, incluindo o Brasil, possibilitando a apreensão dos temas e escolas antropológicas nos séculos XX e XXI.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. Cultura com aspas . São Paulo: Ubu, 2018. STRATHERN, Marilyn. O gênero da dádiva: problemas com as mulheres e problemas com a sociedade na Melanésia . Campinas: Ed. Unicamp, 2006. GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas . Rio de Janeiro: LTC, 2013. SAHLINS, Marshall. Ilhas de História . Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			
BUTLER, Judith. Problemas de gênero: feminismo e subversão de identidade . Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2003. GEERTZ, Clifford. Obras e vidas: o antropólogo como autor . Rio de Janeiro: UFRJ, 2005. GEERTZ, Clifford. O saber local . Novos ensaios de antropologia interpretativa. Petrópolis: Vozes, 1999. LATOURETTE, Bruno. A esperança de Pandora: ensaios sobre a realidade dos estudos científicos . São Paulo: Editora da UNESP, 2017. SAHLINS, Marshall. Esperando Foucault, ainda . São Paulo: Ubu, 2018. WAGNER, Roy. A invenção da cultura . São Paulo: Ubu, 2017. STRATHERN, Marilyn. O efeito etnográfico . São Paulo: Ubu, 2017. VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. A inconstância da alma selvagem . São Paulo: Ubu, 2017.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
	TEORIA POLÍTICA III	04	60
EMENTA			
Estudo das principais correntes de pensamento e autores da teoria política contemporânea após a segunda guerra mundial. O debate entre pluralismo e elitismo no século XX (Schumpeter, Dahl e Mills). Neomarxismo (Poulantzas, Offe). As versões do neoinstitucionalismo (Skocpol, Tilly, Hall). Poder e política em Hannah Arendt. Justiça e liberalismo político em John Rawls.			
OBJETIVO			
Analisar as compreensões contemporâneas do processo político, contemplando as contribuições de diferentes abordagens do pensamento político contemporâneo. Proporcionar um panorama amplo tanto de abordagens normativas quanto empíricas da ciência política, atribuindo assim centralidade ao papel do Estado, concepções de justiça, instituições e elites políticas.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
ARENDRT, Hannah. A condição humana . 11. ed., rev. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.			
DAHL, Robert Alan; PACIORNICK, Celso Mauro (TRAD.). Poliarquia: participação e oposição . São Paulo: Edusp, 1997. 234 p. (Clássicos ; 9) ISBN 85-314-0409-9-6.			
HALL, Peter; TAYLOR, Rosemary. As três versões do neoinstitucionalismo. Lua Nova , São Paulo, n. 58, p. 193-223, 2003. http://dx.doi.org/10.1590/S0102-64452003000100010 .			
JESSOP, Bob. O Estado, o poder, o socialismo de Poulantzas como um clássico moderno. Revista Sociologia e Política . [online]. 2009, vol.17, n.33, pp.131-144. ISSN 0104-4478. http://dx.doi.org/10.1590/S0104-44782009000200010 .			
POULANTZAS, Nicos. O Estado, o Poder e o Socialismo . São Paulo: Paz e Terra, 2000.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			
CARNOY, Martin. Estado e teoria política . Campinas, SP: Papyrus, 2011.			
DAHL, Robert. A democracia e seus críticos . São Paulo: editora Martins Fortes, 2012.			
GRYNSZPAN, M. A teoria das elites e sua genealogia consagrada. In: BIB: Boletim Bibliográfico de Ciências Sociais , No 41, 1996. Disponível em: http://www.anpocs.com/index.php/edicoes-anteriores/bib-41/460-bib-41-integra/file			
PERES, Paulo. “Comportamento ou Instituições? A Evolução Histórica do Neo Institucionalismo da Ciência Política”. Revista Brasileira de Ciências Sociais , v. 23, p. 53-72, 2008.			
RAWLS, John. Uma teoria da justiça . 3. ed. rev. São Paulo: Martins Fontes, 2008. 763 p. (Coleção Justiça e direito)			
SCHUMPETER, Joseph A. Capitalismo, Socialismo e Democracia . São Paulo, UNESP, 2017.			
TSEBELIS, George. Atores com poder de veto - como funcionam as instituições políticas . Rio de Janeiro: FGV, 2009.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1630	EPISTEMOLOGIA DAS CIÊNCIAS SOCIAIS	04	60
EMENTA			
<p>O conhecimento científico social na confluência entre ciências nomológicas e ciências histórico-hermenêuticas. O positivismo científico, a ênfase na validação empírico-indutiva dos enunciados científico-sociais e os limites epistêmicos de tais abordagens. A ciência social entre descrições e prescrições: origens, limites e críticas a uma dicotomia. A clivagem kuhniana entre ciências paradigmáticas e ciências pré-paradigmáticas. O pensamento popperiano e sua influência sobre as ciências sociais. A dialética marxiana como forma de apreensão da sociedade e dos conflitos de classe que a explicam. Ciência social e ideologia no pensamento marxista.</p>			
OBJETIVO			
<p>Refletir sobre o debate acadêmico acerca da validação dos argumentos, dos dados empíricos e das elaborações teóricas em ciências sociais.</p>			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
<p>BACHELARD, Gaston. A formação do novo espírito científico. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.</p> <p>HABERMAS, Jürgen. A lógica das Ciências Sociais. (Trad. de Marco Antônio Casanova). Petrópolis: Vozes, 2009.</p> <p>KUHN, Thomas S. A Estrutura das Revoluções Científicas. 8. ed. São Paulo: Perspectiva, 2003.</p> <p>MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. A ideologia Alemã. São Paulo: Boitempo, 2007.</p> <p>POPPER, Karl. Lógica das Ciências Sociais. (Trad. de Estevão de Rezende Martins et al). 3. ed. São Paulo: Tempo Brasileiro, 2004.</p> <p>WEBER, Max. Metodologia das ciências sociais. São Paulo: Cortez, 1992. 2 v.</p>			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			
<p>ALTHUSSER, Louis. Sobre o trabalho teórico. Lisboa: Editorial Presença, 1967.</p> <p>CAPRA, Frijof. Ponto de mutação. São Paulo: Cultrix, 1983.</p> <p>DEMO, Pedro. Metodologia científica no caminho de Habermas. 7. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2009.</p> <p>FÉRES JR., João. Aprendendo com os erros do outros: o que a história da ciência política americana tem para nos ensinar. Revista de Sociologia e Política, Curitiba, n. 15, 2000.</p> <p>FOUCAULT, Michel. A ordem do discurso. São Paulo: 1996.</p> <p>_____. As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas. São Paulo: Martins Fontes, 1966.</p> <p>GRANGER, G. Gaston. A ciência e as ciências. São Paulo: Ed. UNESP, 1994.</p> <p>MÉSZÁROS, I. Filosofia, Ideologia e Ciência Social. São Paulo: Boitempo, 2008.</p> <p>MORIN, Edgar. Ciência com consciência. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.</p> <p>SANTOS, Boaventura de Souza (Org.). Conhecimento prudente para uma vida decente: um discurso sobre as ciências revisitado. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006.</p>			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1631	ANTROPOLOGIA DA POLÍTICA	04	60
EMENTA			
A política como objeto de estudo antropológico. Leituras etnográficas sobre poder, política e Estado. As sociedades nacionais e os conflitos interétnicos. Antropologia da política no Brasil. Ritual e performance como perspectiva teórica para o estudo da política.			
OBJETIVO			
Analisar as principais contribuições do campo da antropologia da política e trabalhos etnográficos clássicos e contemporâneos sobre poder, política, Estado, além de perspectivas teórico-metodológicas como a teoria dos rituais e da performance.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
CLASTRES, Pierre. A sociedade contra o Estado . Rio de Janeiro: Ubu Editora, 2017. LEACH, Edmund. Sistemas políticos na Alta Birmânia . São Paulo: EDUSP, 2014. CHAVES, Christine de Alencar. A Marcha Nacional dos Sem Terra, Um Estudo Sobre a Fabricação do Social . Rio de Janeiro: Relume Dumará, Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2000. E-book disponível em: http://nuap.etc.br/content/uploads/2013/06/a_marcha_nacional_dos_sem_terra.pdf . Acesso em 17/10/2019. FELDMAN BIANCO, Bella; RIBEIRO, Gustavo Lins. Antropologia e poder: contribuições de Eric R. Wolf. Etnográfica , Vol. VII (2), 2003, pp. 245-281. Disponível em: http://ceas.iscte.pt/etnografica/docs/vol_07/N2/Vol_vii_N2_245-282.pdf . Acesso em 17/10/2019. PEIRANO, Mariza (org.) O dito e o feito: ensaios de antropologia dos rituais . Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001. E-book disponível em: http://www.marizapeirano.com.br/livros/o_dito_e_o_feito.pdf . Acesso em 17/10/2019.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			
KUSCHNIR, Karina. Antropologia e política. Revista Brasileira de Ciências Sociais , vol. 22, n. 64, Junho de 2007, p. 166-167. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v22n64/a14v2264.pdf . Acesso em 17/10/2019. GLUCKMAN, Max. Rituais de rebelião do sudeste da África. Série Tradução Vol. 01, Brasília: DAN/UnB, 2011. Disponível em: http://www.dan.unb.br/images/pdf/serie-traducao/st%2003.pdf . Acesso em 17/10/2019. ANDERSON, Benedict. Comunidades imaginadas . São Paulo: Cia. das Letras, 2008. COMEFORD, John Cunha. Fazendo a luta . Sociabilidade, falas e rituais na construção de organizações camponesas. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política, 1999. E-book disponível em: http://nuap.etc.br/content/uploads/2013/06/fazendo_a_luta.pdf . Acesso em 17/10/2019.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1632	PENSAMENTO SOCIAL LATINO AMERICANO	04	60
EMENTA			
O pensamento social latinoamericano. O problema dos povos originários: colonialismo interno e etnias. A América Latina no contexto do capitalismo mundial: dependência, desigualdade e pobreza. Imigrações entre fronteiras na América Latina. Movimentos sociais, processos de integração regional e refundação dos Estados.			
OBJETIVO			
Conhecer as sociedades, a cultura e a política na América latina, a partir dos seus principais pensadores. Serão analisados a construção e o desenvolvimento do pensamento social e político latino-americano, por meio das especificidades e singularidades do processo de formação da região.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
GARCÍA CANCLINI, Néstor. Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade. (Ensaio Latino-americanos; 1). 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2003.			
LANDER, Edgardo (Ed.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais : perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. Disponível em: < http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624090901/colonialidade.pdf >. Acesso em: 11 out. 2018.			
FURTADO, Celso. A economia latino-americana: formação histórica e problemas contemporâneos. 4. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
HARNECKER, Marta. A revolução social: Lênin e a América Latina. São Paulo: Global, 1985.			
MARTINS, Maria Helena (Org.). Fronteiras culturais: Brasil - Uruguai - Argentina. Cotia, SP: Ateliê, 2002.			
FISHLOW, Albert. Desenvolvimento no Brasil e na América Latina: uma perspectiva histórica. São Paulo: Paz e Terra, 2004.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1633	ESTUDOS DE GÊNERO	04	60
EMENTA			
Teorias feministas e relações de gênero. Gênero como categoria de análise política. A construção social de gênero. Imbricações entre espaço público e privado na perspectiva feminista. Igualdade e diferença na construção da cidadania. Gênero, cidadania e democracia radical. Políticas públicas e direitos humanos.			
OBJETIVO			
Compreender o gênero como elemento constitutivo do poder, a partir do entendimento da construção do espaço público.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
ADELMAN, Miriam. A voz e a escuta: encontros e desencontros entre a teoria feminista e a sociologia contemporânea. São Paulo: Blucher, 2009.			
FOUCAULT, Michel. História da sexualidade I: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1977. v. 1			
LOURO, Guacira Lopes. Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista. [15. ed.]. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.			
NEVES, Delma Pessanha; MEDEIROS, Leonilde (Org.). Mulheres camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos. Niterói, RJ: Alternativa, 2013.			
POLI, Maria Cristina. Feminino/masculino: a diferença sexual em psicanálise. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			
BOFF, Salete Oro, (Org.). Gênero: discriminações e reconhecimento. Passo Fundo, RS: IMED, 2011.			
FAISTING, André Luiz; FARIAS, Marisa de Fátima Lomba de, (Org.). Direitos humanos, diversidade e movimentos sociais: um diálogo necessário. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2011.			
JORGE, Marco Antonio Coutinho. Freud, criador da psicanálise. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.			
LOPES, Adriana L.; ZARZAR, Andrea Butto (Org.). Mulheres na reforma agrária: a experiência recente no Brasil. Brasília: MDA, 2008.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
	OPTATIVA I	04	60
EMENTA			
OBJETIVO			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1634	POLÍTICA BRASILEIRA	4	60
EMENTA			
A disciplina aborda o processo político brasileiro a partir da introdução do regime republicano no final do século XIX. A República Velha. Partidos, eleições e a cidadania antes de 1930. Partidos e eleições no período de 1946-64. O regime militar 1964-1985. O processo de abertura política. A Constituição de 1988 e a política brasileira. Federalismo, sistema eleitoral e presidencialismo de coalizão no Brasil. Cultura política, comportamento eleitoral e democracia no Brasil.			
OBJETIVO			
Analisar o processo político brasileiro a partir do regime político republicano com foco principalmente nas instituições políticas brasileiras.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
AVELAR, Lúcia. CINTRA, Antonio Octavio (org). Sistema político brasileiro: uma introdução . 3. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2015.			
CARVALHO, José Murilo de. Cidadania no Brasil: o longo caminho . 24. ed. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2018. 254 p. ISBN 9788520005651 (broch.)			
FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964 . São Paulo: Paz e Terra, 1993.			
LEAL, Victor Nunes. Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil . 7. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			
ABRANCHES, Sérgio. O Presidencialismo de coalizão. O dilema institucional brasileiro. Dados , vol.31, n.1, 1988.			
CARREIRÃO, Yan de Souza (2014). “O sistema partidário brasileiro: um debate com a literatura recente” in Revista Brasileira de Ciência Política, Brasília , nº 14, pp. 13-41			
KINZO, Maria D’Alva G. Partidos, eleições e democracia no Brasil pós-1985. Revista Brasileira de Ciências Sociais , vol. 19, n.54, 2004.			
HOLLANDA, Cristina B.; VEIGA, Luciana F.; AMARAL, Oswaldo (orgs). Constituição de 88: trinta anos depois . Curitiba: UFPR, 2018.			
LIMA JÚNIOR, Olavo Brasil de. Partidos, eleições e Poder Legislativo. In: MICELI, Sérgio (org.). O que ler na ciência social brasileira (1970-1995) – Ciência Política . São Paulo: Sumaré / Anpocs, 1999. Disponível em: http://anpocs.org/index.php/o-que-ler-1970-1995/volume-iii-ciencia-plitica			
MAINWARING, S. Políticos, partidos e sistemas eleitorais. O Brasil numa perspectiva comparada. Novos Estudos , n. 29, 1991 (pp. 34-58).			
MOISÉS, José Álvaro. Os Brasileiros e a Democracia , São Paulo, Ática, 1995. Disponível em: http://www.cedec.org.br/files_pdf/Osbrasileiroseademocracia.pdf			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1635	ESTADO E POLÍTICAS PÚBLICAS	04	60
EMENTA			
Elementos de Teoria Geral de Estado. Políticas Públicas e <i>Welfare State</i> : o estado da arte do debate. Dimensões da racionalidade econômica, política e social no âmbito das políticas públicas. Modelos de gestão pública: planejamento público. Gestão participativa. Análise e formulação de políticas públicas: políticas setoriais, políticas temáticas, políticas emergentes e georeferenciadas. Análise e avaliação de políticas públicas: aspectos metodológicos e critérios políticos e sociológicos. Gastos públicos e indicadores sociais.			
OBJETIVO			
Apresentar e realizar reflexões conceituais acerca do Estado e da Políticas Públicas, bem como instrumentais e empíricas do campo das políticas públicas.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
ARRETCHE, Marta. Federalismo e políticas sociais no Brasil: problemas de coordenação e autonomia . São Paulo Perspec. [online]. 2004, vol.18, n.2, pp. 17-26. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392004000200003 . Acesso em 24/09/2019.			
HALL, P. & TAYLOR, R. As três versões do neoinstitucionalismo . In: Lua Nova, nº 58, 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/ln/n58/a10n58.pdf . Acesso em: 24/09/2019.			
MARQUES, E. FARIA, C (orgs). A Política pública como campo multidisciplinar . São Paulo: UNESP, 2018.			
MARQUES, E. Notas críticas à Literatura sobre Estado, políticas estatais e atores políticos . In: BIB, n. 43, 1997. Disponível em: http://www.anpocs.com/index.php/edicoes-anteriores/bib-43/474-notas-criticas-a-literatura-sobre-estado-politicas-estatais-e-atores-politicos/file . Acesso em: 24/09/2019.			
CARNOY, M. Estado e teoria política . 17ª edição, Campinas: Papyrus, 1986.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			
DALLARI, Dalmo de Abreu. Elementos de Teoria Geral do Estado . São Paulo: Saraiva, 2016.			
ENGELS, Friedrich. A origem da família, da propriedade privada e do Estado . São Paulo: Expressão Popular, 2012.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
	METODOLOGIAS DE PESQUISA DAS CIÊNCIAS SOCIAIS	4	60
EMENTA			
<p>Apresentar e discutir algumas das principais técnicas de pesquisa empírica à disposição dos cientistas sociais. Operacionalizar projetos de pesquisa que relacionem a atividade na comunidade e os aspectos formativos desenvolvidos no curso (problema de pesquisa, teoria, conceitos e hipóteses). Enfatizar o trabalho em pesquisas quantitativas e sua posterior análise de dados (Descrição e análise de dados quantitativos: testes de hipótese e níveis de significância; correlação e causalidade. Introdução à análise multivariada. utilização de softwares).</p>			
OBJETIVO			
<p>Capacitar o acadêmico na prática operacional da pesquisa social. Garantir que o estudante conheça de forma simples e sintética alguns aspectos instrumentais da pesquisa empírica, a formulação de projetos, a coleta de dados, e sua análise. Relacionar a atividade de docente com a prática de pesquisa.</p>			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
<p>AGRESTI, Alan; FINLAY, Bárbara. Métodos estatísticos para as ciências sociais. 4. ed. Porto Alegre: Penso, 2012.</p> <p>BARBETTA, P. A. Estatística aplicada às Ciências Sociais. 7. ed. Florianópolis: UFSC, 2007.</p> <p>BRITO, A. X.; LEONARDOS, A C. A identidade das pesquisas qualitativas: construção de um quadro analítico. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 113, p. 07-38, 2001. Disponível em: http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/597. Acesso em: 02 set. 2019.</p> <p>GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. 200 p. ISBN 9788522451425 (broch.).</p> <p>SERGE, Paugam (Org.). A pesquisa sociológica. Petrópolis: Editora Vozes, 2015.</p> <p>SILVA, Carlos Alberto da. FIALHO, Joaquim. SARAGOÇA, José. Análise de redes sociais e sociologia da acção. Pressupostos teórico-metodológicos. Revista Angolana de Sociologia, v. 11, p. 91-106, 2013.</p>			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
<p>BAUER, M.; GASKELL, G. Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.</p> <p>HARVEY, David. A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 22. ed. São Paulo: Loyola, 2012. 348 p. ISBN 9788515006793.</p> <p>SANTOS, Boaventura de Sousa. Um discurso sobre as ciências. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2018.</p> <p>THIOLLENT, Michel. Metodologia da pesquisa-ação. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2011. 136 p. ISBN 9788524917165 (broch.).</p>			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1636	ESTATÍSTICA APLICADA ÀS CIÊNCIAS SOCIAIS	04	60
EMENTA			
Aplicação de ferramentas estatísticas para a interpretação de problemas provenientes da área de ciências sociais; capacitação no uso de <i>softwares</i> de pesquisa para o trabalho com dados empíricos: elaboração de questionários, amostragem e populações, construção de base de dados – primários e secundários, medidas de tendência central e de variabilidade, correlações e análises multivariadas; apresentação de resultados estatísticos (ciências sociais) e compreensão de exemplos de análises já desenvolvidas.			
OBJETIVO			
Oferecer aos estudantes ferramentas básicas para a condução qualificada de pesquisas empíricas na área de ciências sociais; e capacitar os(as) estudantes na leitura, interpretação e crítica dos dados provenientes deste material empírico.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
LEVIN, Jack. FOX, James Alan. FORDE, David R. Estatística para as ciências humanas . 11ª ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2012.			
BARBETTA, Pedro Alberto. Estatística aplicada às ciências sociais . 9ª ed. Florianópolis: Editora UFSC, 2014.			
HAIR <i>et al.</i> Análise multivariada de dados . 6ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2009.			
AGRESTI, Alan; FINLAY, Bárbara. Métodos estatísticos para as ciências sociais . 4. ed. Porto Alegre: Penso, 2012.			
AQUINO, Jakson Alves de. R para cientistas sociais . Ilhéus: EDITUS, 2014. Disponível em: http://www.uesc.br/editora/livrosdigitais_20140513/r_cientistas.pdf . Acesso em: 24/09/2019.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			
WOOLDRIDGE, Jeffrey M. Introdução à econometria: uma abordagem moderna . São Paulo: Cengage Learning, 2011.			
KELLSTEDT, Paul M. WHITTEN, Guy D. Fundamentos da pesquisa em ciência política . 1ª ed. São Paulo: Blucher, 2015.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1637	RELAÇÕES INTERNACIONAIS	04	60
EMENTA			
Relações Internacionais: área de conhecimento, campo de saber, campo de atuação; Política e poder; Guerra e paz; Atores internacionais: Estados, Organizações Internacionais, Organizações Não-Governamentais, Empresas Transnacionais; Sistema internacional e seus elementos estruturantes; Cenário internacional: evolução e desafios contemporâneos; temas da agenda internacional contemporânea. Globalização e Cooperação. Teorias clássicas das relações Internacionais - realismo e idealismo/liberalismo. Os Debates Teóricos. Neorealismo e neoliberalismo. Teorias contemporâneas de relações internacionais - teoria crítica, construtivismo, sistema-mundo e teorias feministas. Política Internacional.			
OBJETIVO			
Conhecer os diversos atores do cenário político internacional, as agendas internacionais e entender as diferentes perspectivas teóricas na área de relações internacionais.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
ARON, Raymond. Paz e guerra entre as nações . Trad. Sérgio Bath (1 a. edição) Brasília: Editora Universidade de Brasília, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002. (Coleção Clássicos IPRI – Livro online).			
CARR, Edward Hallett. Vinte Anos de Crise: 1919-1939. Uma Introdução ao Estudo das Relações Internacionais . Trad. Luiz Alberto Figueiredo Machado. Brasília: Editora Universidade de Brasília, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2001. (Coleção Clássicos IPRI – Livro online).			
CASTRO, Thales. Teoria das relações internacionais . Brasília: FUNAG, 2012. (Livro online).			
MORGENTHAU, Hans. A política entre as nações: a luta pelo poder e pela paz . São Paulo/Brasília: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo/UnB/Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 2003. (Coleção Clássicos IPRI – Livro online).			
ROUSSEAU, Jean-Jacques. Rousseau e as Relações Internacionais . São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2003. (Coleção Clássicos IPRI – Livro online).			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
BEDIM, Gilmar (Org.). Paradigmas das relações internacionais: idealismo – realismo – dependência – interdependência . Ijuí: Ed. Unijuí, 2000.			
SARAIVA, José Flávio Sombra e CERVO, Amado Luiz. O crescimento das Relações Internacionais no Brasil . Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais (IBRI), 2005. (Livro online).			
CARMO, Corival Alves do [et al] Org. Relações internacionais: olhares cruzados . Brasília: FUNAG, 2013. (Livro online).			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GLA210	LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS)	04	60
EMENTA			
Visão contemporânea da inclusão na área da surdez e legislação brasileira. Cultura e identidade da pessoa surda. Tecnologias voltadas para a surdez. História da Língua Brasileira de Sinais. Breve introdução aos aspectos clínicos e socioantropológicos da surdez. Aspectos linguísticos da Língua Brasileira de Sinais. Diálogo e conversação.			
OBJETIVO			
Conhecer a Língua brasileira de sinais (Libras) a fim de instrumentalizar para atuação profissional inclusiva.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
BRASIL. Decreto 5.626/05. Regulamenta a Lei n. 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei n. 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília, 2005. QUADROS, Ronice Muller de. Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos . Porto Alegre: Artmed, 2004. QUADROS, Ronice Muller de. Educação de surdos . A Aquisição da Linguagem. Porto Alegre: Editora Artmed, 1997.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			
BRASIL. Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010 – regulamenta a profissão de tradutor e intérprete da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. Brasília, 2010. BRITO, Lucinda Ferreira. Por uma gramática de línguas de sinais . Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995. CAPOVILLA, Fernando César; RAPHAEL, Walkiria Duarte; MAURICIO, Aline Cristina (Ed). Novo Deit-Libras: dicionário enciclopédico ilustrado trilingue da língua de sinais brasileira baseado em Linguística e Neurociências cognitivas . São Paulo: EDUSP: Inep, CNPq, CAPES, 2012. FERNANDES, Sueli. Avaliação em língua portuguesa para alunos surdos: algumas considerações . Curitiba: SEED/SUED/DEE, 2007. FERNANDES, Sueli. Educação de Surdos . Curitiba: Editora InterSaberes, 1ª edição, 2013. GESSER, Audrei. LIBRAS, Que língua é essa? Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda . São Paulo: Parábola Editorial, 2009. LACERDA, Cristina. Broglia Feitosa; SANTOS, Lara Ferreira (Org) Tenho um aluno surdo, e agora? Introdução à Libras e educação de surdos. São Carlos: EdUFSCar, 2013.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCS655	ESTUDOS PÓS-COLONIAIS E DECOLONIAIS	04	60
EMENTA			
As perspectivas pós-coloniais e decoloniais na Antropologia. Antropologias do Sul.			
OBJETIVO			
Apresentar o debate pós-colonial e decolonial no campo antropológico e discutir as antropologias produzidas a partir de outros lugares de poder teórico.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
SAID, E. W. Orientalismo - O Oriente como Invenção do Ocidente . São Paulo: Companhia das Letras, 2007.			
KRENAK, Ailton. Ideias para adiar o fim do mundo . São Paulo: Companhia das Letras, 2019.			
HALL, Stuart. Da Diáspora. Identidades e Mediações culturais . Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			
BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. Rev. Bras. Ciênc. Polít. [online]. 2013, n.11, pp.89-117. Disponível em http://periodicos.unb.br/index.php/rbcp/article/view/2069 . Acesso 04/10/2019.			
MIGLIEVICH-RIBEIRO, Adélia. Por uma razão decolonial. Desafio ético-político-epistemológicos à cosmovisão moderna. Dossiê: Diálogos do Sul . Civitas, Porto Alegre, v. 14, n. 1, p. 66-80, jan.-abr. 2014. Disponível em http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/16181 . Acesso em 04/10/2019.			
ABU-LUGHOD, Lila. “As mulheres muçulmanas precisam realmente de salvação?” Reflexões antropológicas sobre relativismo cultural e seus Outros”. Revista de Estudos Feministas 20(2). Disponível em https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2012000200006 . Acesso em 04/10/2019.			
SMITH, Andrea Cherokee. A violência sexual como uma ferramenta de genocídio. Espaço Ameríndio , Porto Alegre, v. 8, n. 1, p. 195-230, jan./jun. 2014. Disponível em https://seer.ufrgs.br/EspacoAmerindio/article/view/47357 . Acesso em 04/10/2019.			
RIBEIRO, Gustavo Lins. 2006. Antropologias Mundiais: para um novo cenário global na antropologia. Revista Brasileira de Ciências Sociais , vol. 21, n. 60, p. 147-185. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092006000100009&lng=es&nrm=iso&tlng=pt . Acesso em 04/10/2019.			
KRENAK, Ailton. 1999. O eterno retorno do encontro. In: NOVAES, Aduino (org.) A Outra Margem do Ocidente . São Paulo: MInc-FUNARTE/Cia das Letras.			
STOLKE, Verena. O enigma das interseções: classe, “raça”, sexo, sexualidade. A formação dos impérios transatlânticos do século XVI ao XIX. Estudos Feministas , Florianópolis, v. 14, n. 1, p. 15, jan. 2006. ISSN 1806-9584. Disponível em https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2006000100003 . Acesso em 04/10/2019.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
CH1521	TEORIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS	04	60
EMENTA			
Capitalismo, lutas e movimentos sociais. Ação coletiva, classe social e conflito. A teoria dos novos movimentos sociais. A teoria da mobilização de recursos. A teoria do processo político. Abordagens pluralistas e descoloniais. Movimentos sociais e redes de movimentos. O ativismo transnacional altermundialist.			
OBJETIVO			
Conhecer os principais paradigmas teóricos sobre sociedade civil e movimentos sociais, em especial no contexto de novos movimentos ocorrentes a partir da década de 60 do século XX.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
CASTELLS, Manuel. O poder da identidade . (A era da informação: economia, sociedade e cultura; 2.). São Paulo: Paz e Terra, 1996			
GOHN, Maria da Glória Marcondes. Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos . [9. Ed]. São Paulo: Loyola, 2011.			
LUSA, Mailiz Garibotti. Lutas sociais no campo e políticas públicas: do cotidiano, a construção de identidades e a conquista de direitos pelas mulheres camponesas . Maceió, AL: EDUFAL, 2011.			
LUXEMBURG, Rosa. Reforma ou revolução? [3. ed.] -. São Paulo, SP: Expressão Popular, 2015.			
SCHERER-WARREN, Ilse. Redes de movimentos sociais . [5. Ed]. São Paulo: Loyola, 2011.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			
BONI, Valdete (Org.). Mulheres camponesas e agroecologia . Curitiba: CRV, 2017. 197 p.			
CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede . (A era da informação: economia, sociedade e cultura). São Paulo: Paz e Terra, 1999.			
GOHN, Maria da Glória Marcondes. Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo . [7. ed.]. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.			
GOHN, Maria da Glória Marcondes. Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais . [4. ed.]. Petrópolis, RJ: Vozes, [2010]. 143 p			
MELUCCI, Alberto. Um objetivo para os movimentos sociais? Lua Nova , São Paulo, n. 17, 1989. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451989000200004 > Acesso em: 18 out 2019.			
MOVIMENTOS sociais no campo. Curitiba, PR: Criar, 1987.			
RENK, Arlene; DORIGON, Clovis (Org.). Juventude rural, cultura e mudança social . Chapecó, SC: Argos; 2014.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1639	SOCIOLOGIA DO TRABALHO	2	30
EMENTA			
Trabalho como categoria de análise sociológica. Sociologia clássica e a temática do trabalho. Especificidade dos conceitos de trabalho, emprego e atividade. Formas de organização do processo de trabalho: taylorismo, fordismo e toyotismo. O debate sobre os novos contornos do mercado de trabalho: informalidade, terceirização e precarização do trabalho. Trabalho na contemporaneidade: globalização, acumulação flexível e informacionalismo.			
OBJETIVO			
Conhecer os debates fundamentais da Sociologia do Trabalho e suas repercussões na contemporaneidade.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
ANTUNES, Ricardo L. C. Adeus ao trabalho? ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2015.			
HARVEY, David. A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 22. ed. São Paulo: Loyola, 2012.			
MARX, Karl. O capital: crítica da economia política : livro terceiro : o processo global de produção capitalista. 4. ed. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2017.			
SANTANA, Marco Aurélio. Sociologia do trabalho no mundo contemporâneo. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			
ANTUNES, Ricardo L. C. O caracol e a sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo, SP: Boitempo, 2005.			
ANTUNES, Ricardo L. C. Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2009.			
BORJAS, George J. Economia do trabalho. 5. ed. Porto Alegre, RS: McGraw-Hill: Bookman, 2012.			
MARX, Karl. Teorias da mais-valia: história crítica do pensamento econômico (Livro 4 de O Capital). Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 1980.			
RODRIGUES, Fabiana C.; NOVAES, Henrique T.; BATISTA, Eraldo Leme (Org.). Movimentos sociais, trabalho associado e educação para além do capital. 2. ed. São Paulo, SP: Outras Expressões, 2015.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1640	CULTURA, COMUNICAÇÃO E SOCIEDADE	04	60
EMENTA			
Cultura e mercantilização. Meios de comunicação: técnica e poder midiático na história moderna. A mídia como partido político. Mídia empresarial e democracia: poder, consenso e dissenso. Expansão tecnológica digital, comunicação móvel e redes sociais.			
OBJETIVO			
Entender os mecanismos de poder e influência dos meios de comunicação, redes sociais e expansão tecnológica digital nos diversos campos da sociedade.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
DEBORD, Guy. A sociedade do espetáculo . 1 Ed., Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 1997. P. 238, ISBN 85-85910-17-8.			
MORAES, Dênis de. Crítica da mídia & hegemonia cultural . 1. Ed., Rio de Janeiro: Editora Mauad X, Faperj, 2016, 296 p., ISBN 978-85-7478-789-3.			
WILLIAMS, Raymond. Televisão. Tecnologia e forma cultural . 1 ed. São Paulo: Boitempo Editorial; Belo Horizonte: PUC Minas, 2016, 190 p., ISBN: 987-85-7559-504-6 (Boitempo); 987-85-8229-039-2 (PUC-Minas)			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
BOURDIEU, Pierre. Sobre a televisão . Rio de Janeiro: Zahar, 1997. 143 p., ISBN 978-85-7110-411-2.			
KITTLER, Friedrich. A verdade do mundo técnico. Ensaio sobre a genealogia da atualidade . 1 ed., Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2017. 560 p., ISBN (978-85-78661-25-0			
MORAES, Dênis de (Org.). Poder midiático e disputas ideológicas . 1. Ed., Rio de Janeiro: Editora Consequência, 2019. 136 p., ISBN 978-85-69437-58-1			
MORAES, Dênis de; RAMONET, Ignacio; SERRANO, Pascoal. Mídia, poder e contrapoder: da concentração monopólica à democratização da informação . São Paulo: Boitempo Editora; Rio de Janeiro: FAPERJ, 2013, 183 p., ISBN 978-85-7559318-9			
SILVA, Carla Luciana; RAUTENBERG, Edina (Orgs.). História e imprensa: estudos de hegemonia . Porto Alegre: FCM Editora, 2014, 248 p., ISBN 978.85.67542.09.6.			
SILVEIRA, Sérgio Amadeu da; BRAGA, Sérgio; PENTEADO, Cláudio (orgs.). Cultura, política e ativismo nas redes sociais , São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2014, 342 p., ISBN 978-85-7643-213-5.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
	OPTATIVA II		
EMENTA			
OBJETIVO			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1638	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO I	06	90
EMENTA			
Elaboração de projeto de pesquisa.			
OBJETIVO			
Fundamentar a construção de um projeto de pesquisa na área de Ciências Sociais com base nos elementos que constituem uma pesquisa científica: problema, fundamentação teórica, hipóteses, objetivos e metodologia.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
<p>ECO, Umberto. Como se faz uma tese. 24. ed. São Paulo: Perspectiva, 2012. xv, 174 p. (Coleção Estudos; 85).</p> <p>MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de metodologia científica. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2010. 300 p. ISBN 9788522457588 (broch.).</p> <p>FERRAREZI JUNIOR, Celso. Guia do trabalho científico: do projeto à redação final: monografia, dissertação e tese. São Paulo: Contexto, 2011. 160 p.</p> <p>SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 23. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007. 304 p.</p> <p>NASCIMENTO, Francisco Paulo do; SOUSA, Flávio Luis Leite. Metodologia da pesquisa científica: teoria e prática: como elaborar TCC. 2. ed. Fortaleza, CE: INESP, 2017. 195 p.</p> <p>Universidade Federal da Fronteira Sul Manual de trabalhos acadêmicos da Universidade Federal da Fronteira Sul / Universidade Federal da Fronteira Sul ; Simone Padilha coordenadora. – 2. ed. rev. e atual. – Chapecó, 2015. 142 f. : il. Disponível em: https://www.uffs.edu.br/pastas-ocultas/bd/pro-reitoria-de-graduacao/biblioteca/documentos/manual-de-trabalhos-academicos-2015.pdf. Acesso em: 12/2019.</p>			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			
<p>GONSALVES, Elisa Pereira. Conversas sobre iniciação à pesquisa científica. 5. ed. rev., ampl. Campinas, SP: Alínea, 2011.</p> <p>APPOLINÁRIO, Fábio. Metodologia da ciência: filosofia e prática da pesquisa. 2. ed. rev. e atual. São Paulo: Cengage Learning, 2012. xii, 226 p.</p> <p>HIRANO, Sedi (Org.). Pesquisa social: projeto e planejamento. São Paulo: T. A. Queiroz Editor, 1979. MEDEIROS, João B. Redação científica. São Paulo: Atlas, 2009.</p> <p>FRANÇA, Junia; VASCONCELOS, Ana. Manual para normalização de publicações técnico- científicas. 8. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2010.</p> <p>ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NRB 6023: Informação e documentação. Referências. Elaboração. Rio de Janeiro: ABNT, 2002.</p> <p>CASTRO, Claudio de Moura. Como redigir e apresentar um trabalho científico. São Paulo, SP: Pearson, c2011. xii, 137 p. ISBN 9788576058793 (broch.).</p>			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
CH1522	DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL	04	60
EMENTA			
Território, territorialidade e concepções de desenvolvimento. Teorias dos territórios. Políticas de desenvolvimento e planejamento territorial – dinâmicas territoriais, políticas públicas e repercussões territoriais. A pesquisa de campo e o uso de dados oficiais para o planejamento e o desenvolvimento territorial. Território e educação ambiental.			
OBJETIVO			
Compreender a perspectiva territorial do desenvolvimento enquanto produto das relações e dos conflitos sociais em diferentes escalas espaciais. Analisar as características que a perspectiva territorial aporta ao desenvolvimento como ela produz novas dinâmicas territoriais considerando as disputas e os conflitos entre os diferentes atores – Estado, movimentos e organizações sociais – nas variadas escalas espaciais.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
HAESBAERT, Rogério. O mito da desterritorialização : do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. SAQUET, Marcos Aurélio. Abordagens e Concepções de Território . São Paulo: Expressão Popular, 2007. SANTOS, Roseli Alves dos. Geografia agrária, território e desenvolvimento . São Paulo: Expressão Popular, 2010. 254 p. (Debates e perspectivas). ISBN 9788577431472. VEIGA, J. E. A face territorial do desenvolvimento. Interações , v. 3, n.5, Campo Grande, MS, p. 5-19, 2002. DOI: http://dx.doi.org/10.20435/interacoes.v3i5.565 .			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
PERICO, Rafael Echeverri; RIBERO, María Pilar. Ruralidade, territorialidade e desenvolvimento sustentável : visão do território na América Latina e no Caribe. Brasília, DF: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, 2005. 195 p. ISBN 8598347078.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
CH1523	SOCIOLOGIA RURAL	04	60
EMENTA			
A constituição histórica do desenvolvimento das forças produtivas e as relações sociais de produção no campo. História, cultura e relações étnico-raciais das populações rurais, tradicionais e camponesas. Sociologia rural contemporânea. As relações campo-cidade-campo. A questão agrária, novos atores sociais e movimentos sociais no campo. Agricultura familiar: diversidade social, tipologia e funcionamento interno.			
OBJETIVO			
Familiarizar os estudantes na reflexão e debate crítico em torno das principais noções e temáticas da sociologia rural.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
ABRAMOVAY, Ricardo. Paradigmas do capitalismo agrário em questão . São Paulo: Editora Hucitec; Campinas: Editora da Unicamp, 1998. BUAINAIN, Antônio Márcio (Coord.). Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil . Campinas: Editora da Unicamp, 2008. ABRAMOVAY, Ricardo. Paradigmas do capitalismo agrário em questão . São Paulo: Editora Hucitec; Campinas: Editora da Unicamp, 1998.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			
ABRAMOVAY, Ricardo. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. Revista Economia Aplicada , n. 2, v. 4, p. 379-397, abril/junho 2000. FERREIRA, Angela Duarte Damasceno. Processos e sentidos sociais do rural na contemporaneidade: Indagações sobre algumas especificidades brasileiras. Revista Estudos Sociedade e Agricultura , n. 18, p. 28-46, out. 2002. SILVA, José Graziano da. Velhos e novos mitos do rural brasileiro. Revista Estudos Avançados , São Paulo, Instituto de Estudos Avançados, USP, v. 15, n. 43, p. 37-50, 2001.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
	OPTATIVA III	04	60
EMENTA			
OBJETIVO			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1641	LAUDOS ANTROPOLÓGICOS E CONSULTORIA SOCIOAMBIENTAL	04	60
EMENTA			
Marcos teóricos para o trabalho antropológico em perícias. Demandas de perícia antropológica. Direitos específicos de grupos diferenciados. Políticas públicas de regularização fundiária, gestão ambiental, desenvolvimento sustentável e segurança alimentar. Proteção de patrimônios culturais. A formulação de peças técnicas. Questões de ética. Exame de perícias antropológicas. Legislação Ambiental e educação ambiental.			
OBJETIVO			
Abordar problemas teóricos e metodológicos na elaboração de relatórios e laudos antropológicos, que se colocam na análise de situações concretas de pesquisa.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
<p>LEITE, Ilka B. (Org.). <i>Laudos antropológicos em debate</i>. Florianópolis: Nuer/UFSC e ABA, 2005. Disponível em https://www.academia.edu/24061764/Ilka_Boaventura_Leite_organizadora_Antropológicos_e_m_debate. Acesso em 04/10/2019.</p> <p>CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. 'Parecer sobre os Critérios de Identidade Étnica'. Comissão Pró-Índio - São Paulo. <i>O Índio e a Cidadania</i>. São Paulo: Brasiliense, 1983. pp. 96-100</p> <p>SILVA, Orlando S. et al. <i>A Perícia Antropológica em Processos Judiciais</i>. Florianópolis: Edufsc, 1994. Disponível em http://cpisp.org.br/publicacao/a-pericia-antropologica-em-processos-judiciais/. Acesso em 04/10/2019.</p> <p>OLIVEIRA, João Pacheco de; MURA, Fabio; SILVA, Alexandra Barbosa. Laudos antropológicos em perspectiva. Brasília - DF: ABA, 2015. Disponível em http://www.aba.abant.org.br/administrator/product/files/80_00110705.pdf. Acesso em 04/10/2019.</p> <p>ALMEIDA, Alfredo Wagner. Os quilombos e a base de lançamento de foguetes de Alcântara. Laudo Antropológico. Brasília: MMA, 2006. Disponível em https://www.mma.gov.br/estruturas/168/_publicacao/168_publicacao03022009105925.pdf. Acesso em 04/10/2019.</p> <p>BRASIL. Política Nacional de Educação Ambiental, Lei 9795. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 27 abr. 1999. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19795.htm Acesso em: 04 jun. 2020.</p>			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			
<p>BARTH, Fredrik. Etnicidade e o Conceito de Cultura. Revista Antropolítica 19. Niterói: EdUFF, 1995,pp. 15-30.</p> <p>BUTI, Rafael Palermo. A antropologia em contextos da política e ação quilombola</p>			



no Brasil meridional: dois casos para estudo. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós Graduação em Antropologia Social, 2015 (Tese de Doutorado). Disponível em <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/135487>. Acesso em 04/10/2010.

O'DWYER, Eliane Cantarino. **O papel social do antropólogo. A aplicação do fazer antropológico e do conhecimento disciplinar nos debates públicos do Brasil contemporâneo.** Rio de Janeiro: E-papers (Antropologias, 6). 130 pp, 2010. Disponível em <http://www.revistas.uff.br/index.php/antropolitica/article/view/118>. Acesso em 04/10/2009.



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1527	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II	08	120
EMENTA			
Desenvolvimento da pesquisa, redação e defesa da monografia.			
OBJETIVO			
Orientar a execução do projeto de pesquisa formulado em Trabalho de Conclusão I e a produção de um texto monográfico a ser defendido pelo estudante perante uma banca examinadora.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
<p>ECO, Umberto. Como se faz uma tese. 24. ed. São Paulo: Perspectiva, 2012. xv, 174 p. (Coleção Estudos ; 85).</p> <p>MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de metodologia científica. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2010. 300 p. ISBN 9788522457588 (broch.).</p> <p>FERRAREZI JUNIOR, Celso. Guia do trabalho científico: do projeto à redação final: monografia, dissertação e tese. São Paulo: Contexto, 2011. 160 p.</p> <p>SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 23. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007. 304 p.</p> <p>NASCIMENTO, Francisco Paulo do; SOUSA, Flávio Luis Leite. Metodologia da pesquisa científica: teoria e prática: como elaborar TCC. 2. ed. Fortaleza, CE: INESP, 2017. 195 p.</p> <p>Universidade Federal da Fronteira Sul Manual de trabalhos acadêmicos da Universidade Federal da Fronteira Sul / Universidade Federal da Fronteira Sul ; Simone Padilha coordenadora. – 2. ed. rev. e atual. – Chapecó, 2015. 142 f. : il. Disponível em: https://www.uffs.edu.br/pastas-ocultas/bd/pro-reitoria-de-graduacao/biblioteca/documentos/manual-de-trabalhos-academicos-2015.pdf. Acesso em: 12/2019.</p>			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			
<p>GONSALVES, Elisa Pereira. Conversas sobre iniciação à pesquisa científica. 5. ed. rev., ampl. Campinas, SP: Alínea, 2011.</p> <p>APPOLINÁRIO, Fábio. Metodologia da ciência: filosofia e prática da pesquisa. 2. ed. rev. e atual. São Paulo: Cengage Learning, 2012. xii, 226 p.</p> <p>HIRANO, Sedi (Org.). Pesquisa social: projeto e planejamento. São Paulo: T. A. Queiroz Editor, 1979. MEDEIROS, João B. Redação científica. São Paulo: Atlas, 2009.</p> <p>FRANÇA, Junia; VASCONCELOS, Ana. Manual para normalização de publicações técnico- científicas. 8. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2010.</p> <p>ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NRB 6023: Informação e documentação. Referências. Elaboração. Rio de Janeiro: ABNT, 2002.</p> <p>CASTRO, Claudio de Moura. Como redigir e apresentar um trabalho científico. São Paulo, SP: Pearson, c2011. xii, 137 p. ISBN 9788576058793 (broch.).</p>			



8.7.2 Componentes curriculares optativos

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
	ANTROPOLOGIA DA MÚSICA	04	60
EMENTA			
Etnografia da música. Música como código sociocultural: principais tendências teórico-metodológicas.			
OBJETIVO			
Conhecer o campo de estudos da Antropologia da Música e da Etnomusicologia e analisar diferentes etnografias sobre música no Brasil e em outros países.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
MENEZES BASTOS, Rafael José de. Esboço de uma teoria da música: para além de uma antropologia sem música e de uma musicologia sem homem. Aceno – Revista de Antropologia do Centro-oeste , vol 1, n.1, 2014. Disponível em: http://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/aceno/article/view/1800 , acesso em 04/10/2019.			
OLIVEIRA PINTO, Tiago. Som e música: questões de uma antropologia sonora. Revista de Antropologia , 44(1):221-286, 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-77012001000100007 , acesso em 04/10/2019.			
SEEGER, Anthony. Etnografia da música. Cadernos de Campo , 17:237-259, 2008. Disponível em: http://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/47695/51433 , acesso em 04/10/2019.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
OLIVEIRA, Allan de Paula. Quando se canta o conflito: contribuições para a análise de desafios cantados. Revista de Antropologia , 50(1): 313-345, 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S003477012007000100008&lng=en&nrm=iso&tlng=pt , acesso em 04/10/2019.			
MONTARDO, Deise Lucy de Oliveira. Caminhando, cantando e dançando com os pais criadores: o jerokey guarani visto como performance. Ilha , 11: 131-144, 2010. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/ilha/article/view/2175-8034.2009v11n1-2p131 , acesso em 04/10/2019.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCS396	ECONOMIA BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA	04	60
EMENTA			
A economia brasileira no período 1930-1945. A economia no pós II guerra: debate sobre industrialização e estabilização; substituição de importações; relações internacionais; mudanças e problemas estruturais. O período do regime militar. Evolução da economia brasileira. 1980: a década perdida. 1990: abertura comercial e financeira. Plano Real: origens, políticas econômicas e resultados. Redefinição do papel do Estado. Privatizações. Crises internacionais e suas consequências para a economia brasileira. Discussão sobre temas da conjuntura econômica brasileira.			
OBJETIVO			
Conhecer a evolução da economia brasileira, as principais deficiências e as conquistas dos últimos anos, compreendendo o processo de industrialização e crescimento econômico e quais são os desafios da economia nacional, além de analisar as políticas de desenvolvimento adotadas a partir de 1930.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
ABREU, Marcelo de Paiva. A Ordem do Progresso: 100 anos de política econômica republicana 1889-1989 . Rio de Janeiro: Campus, 1999. CANO, Wilson. Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil (1930- 1995) . Campinas-SP: UNICAMP, 1998. FURTADO, C.: Formação Econômica do Brasil . São Paulo: Companhia das Letras, 2007. GREMAUD, A. P.; VASCONCELLOS, M. A. S.; TONETO JR., R. Economia Brasileira Contemporânea . 7. ed. São Paulo: Atlas, 2007. REGO, J. M. et al. Economia Brasileira . 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2013. SOUZA, N. A. Economia Brasileira Contemporânea: de Getúlio a Lula . São Paulo, Atlas, 2008.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			
BAER, W. A. Economia Brasileira . São Paulo: Nobel, 2003. BRUM, A. J. Desenvolvimento Econômico Brasileiro . 20. ed. Ijuí: Unijuí, 1999. GIAMBIAGI, F., CASTRO, L, HERMANN, J. 2004. Economia Brasileira Contemporânea (1945/2004) . Rio de Janeiro: Campus. HOLANDA, S.B. De: Raízes do Brasil . São Paulo: Companhia das Letras, 1995. MAGALHÃES, J. P. de A. Paradigmas econômicos e desenvolvimento: a experiência brasileira . Rio de Janeiro: UFRJ/EDUERJ, 1996. MELLO, J. M. C. O capitalismo tardio . São Paulo: UNESP, 2009. TAVARES, M.C. Acumulação de Capital e Industrialização no Brasil . 2. ed. Campinas: UNICAMP, 1986.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1531	ECONOMIA SOCIAL E SOLIDÁRIA	04	60
EMENTA			
Auto-organização popular e economia. Sociedade civil, associativismo, apoio mútuo e redes de cooperação. Teorias da autogestão. Modos de integração econômicas. Elementos para pensar outra economia.			
OBJETIVO			
Conhecer os principais elementos referentes ao debate teórico sobre processos de auto-organização nos espaços de trabalho e produção.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
BRASIL. MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO Secretaria de Políticas Públicas de Emprego MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO; SECRETARIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE EMPREGO. Autogestão e economia solidária: uma nova metodologia. Brasília, DF: ANTEAG, c2004. 192 p. ISBN 8589700011. CATTANI, Antonio David et al.; LAVILLE, Jean-louis; GAIGER, Luiz Inácio; HESPANHA, Pedro, (Coord.). Dicionário internacional da outra economia. Coimbra: Almed, 2009. 343 p. (Série Políticas Sociais). ISBN 9789724037226. SANTOS, Boaventura de Sousa (Org). Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. SAPELLI, Marlene Lucia Siebert; GEHRKE, Marcos; MARIANO, Alessandro (Org.). Vozes da resistência II: sobre práticas educativas nos tempos e espaços ocupados pelo MST. Guarapuava, PR: Unicentro, 2016. 242 p. ISBN 9788578911904 (broch.). SINGER, Paul. Introdução à economia solidária. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2002. 127 p. ISBN 8586469513.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
INCUBADORA TECNOLÓGICA DE COOPERATIVAS POPULARES (ORG). Caminhos percorridos e construção coletiva: economia solidária na zona sul de São Paulo. São Paulo, SP: ITCP-USP, 2010. 223 p. ISBN 9788563348005. MAGRI, Cledir Assisio; CORREA, Ciro Eduardo (Org.). Cooperativismo de crédito familiar e solidário: instrumento de desenvolvimento e erradicação da pobreza. Passo Fundo, RS: IFIBE, 2012. 196 p. ISBN 9788599184899. KLEIMAN, Fernando. Lições de Catende: a construção de uma autogestão em Pernambuco. Brasília, DF: Fetape; São Paulo, SP: AnnaBlume; Recife, PE: CONTAG, 2008. 166 p. ISBN 9788574197838 (broch.). SANTOS, Luís Miguel Luzio dos; BORINELLI, Benilson; PITAGUARI, Sinival Osório (Org.). Economia solidária numa pluralidade de perspectivas. Londrina, PR: UEL, 2011. 254 p. ISBN 9788578460990. DICKMANN, Ivo (Org). Cooperativismo e economia solidária: mapeamento e experiências. Chapecó, SC: Ação cultural, 2014. 222 p. ISBN 9788568195017 (broch.).			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH692	EDUCAÇÃO POPULAR	04	60
EMENTA			
Recortes históricos da Educação Popular. Cultura popular e escola. Educação em espaços informais. América Latina e Educação Popular. Movimentos Sociais e Educação Popular. A Educação Popular na escola pública. Cultura, política e processos descoloniais. Educação emancipatória e práticas de ensino.			
OBJETIVO			
Apresentar e discutir a Educação Popular como paradigma de ação política com desdobramentos teórico-metodológicos no contexto latino-americano.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
BRANDÃO, C. R. O que é educação popular . São Paulo: Brasiliense, 2006. DICIONÁRIO da educação do campo. Rio de Janeiro, RJ: Expressão Popular: UPSJV, 2012. 787 p. ISBN 9788577431939 VALE, A. M. Educação popular na escola pública . 4. ed. São Paulo: Cortez, 2001. (Coleção Questões da Nossa Época; v. 8).			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
FALS BORDA, O. Aspectos teóricos da pesquisa participante: considerações sobre o significado e o papel da ciência na participação popular. In: BRANDÃO, C. R. (Org.). Pesquisa participante . 8. ed. 3. reimp. São Paulo: Brasiliense, 2006a. p. 42-62. FÁVERO, Osmar. Cultura Popular, Educação Popular: memória dos anos 60 . Rio de Janeiro: ed. Graal, 1983. FREIRE, P. Pedagogia da esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido . 15. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008. _____. Pedagogia do oprimido . 41. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
CGH1532	ETNOLOGIA INDÍGENA	04	60
EMENTA			
Introdução aos estudos de Etnologia Indígena, com enfoque para sociedades e culturas das terras baixas sul-americanas, destacando temas clássicos como: a organização social e cosmologias das sociedades indígenas, parentesco, guerra, mito, ritual e xamanismo, aspectos históricos e intercâmbios econômicos, relações étnicas e transformações indígenas.			
OBJETIVO			
Discutir temas e problemas abordados nos estudos sobre as sociedades indígenas, com ênfase na etnologia, na história indígena e na etnohistória.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
ALBERT, Bruce; RAMOS, Alcida. Pacificando o branco . Cosmologias do contato no norte-amazônico. São Paulo, Editora da Unesp/Imprensa Oficial do Estado, 2002. CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). História dos índios no Brasil . São Paulo, Companhia das Letras/Secretaria Municipal de Cultura/Fapesp, 1992. FAUSTO, Carlos. Inimigos fiéis . História, guerra e xamanismo na Amazônia. São Paulo, Edusp, 2001. CASTRO, Eduardo Viveiros de. A inconstância da alma selvagem e outros ensaios de antropologia . São Paulo: Cosac & Naify, 2002. WRIGHT, Robin M. (org.). Transformando os Deuses: os múltiplos sentidos da conversão entre os povos indígenas no Brasil . Vols. I e II. Campinas: Editora da UNICAMP, 2004.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			
BOAS, Franz. Antropologia cultural. 5. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2009. 109p. ISBN 9788571107601. CLASTRES, Pierre. A sociedade contra o estado: pesquisas de antropologia política . São Paulo: Cosac & Naify, 2003. KUPER, Adam. Cultura: a visão dos antropólogos . São Paulo: EDUSC, 2002. 322 p. ISBN 8574601462. RIBEIRO, Darcy. O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil . 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. 476 p. ISBN 9788571644519 (broch.) VEIGA, Juracilda. Aspectos fundamentais da cultura Kaingang . Campinas/SP: Editora Curt Nimuendajú, 2006.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1533	HISTÓRIA DO PENSAMENTO POLÍTICO CLÁSSICO	4	60
EMENTA			
Introdução à Filosofia Política. A tradição clássica: Platão e Aristóteles. Políbio e Cícero. O pensamento político nos primeiros séculos da era cristã: Paulo de Tarso, Agostinho de Ipona, Tomás de Aquino. A ruptura do pensamento político na Renascença: Maquiavel.			
OBJETIVO			
Discutir conceitos, problemas e teorias centrais do pensamento político tomando como fonte a tradição clássica, apresentando ao aluno conhecimentos básicos sobre a história da filosofia política. Procura-se também introduzir o universo do pensamento clássico a partir dos grandes acontecimentos sociais do seu tempo, assim como compreender o que há de atual nesta reflexão.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
ARISTÓTELES. Política . COLEÇÃO grandes obras do pensamento universal. São Paulo: Escala, 2007. 40 v. ARISTÓTELES. Política . OS PENSADORES. 1. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1972-1976. MACHIARELLI, Niccolò. O príncipe . 4. ed. São Paulo, SP: Edipro, 2015. 94 p. PLATÃO. A República . 14. ed. Lisboa, Portugal: Fundação Calouste Gulbenkian, 2014. lxi, 512 p. ISBN 9789723105098.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.			
PAVIANI, Jayme. Platão & a República . Rio de Janeiro: Zahar, c2003. 71p ((Filosofia Passo-a-Passo ; 28).). ISBN 8571107424. TUCÍDIDES. História da guerra do Peloponeso . São Paulo/Brasília: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo/UnB/Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 2001. (Coleção Clássicos IPRI – livro online). ROUSSEAU, Jean-Jacques. Rousseau e as Relações Internacionais . São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2003. (Coleção Clássicos IPRI – livro online).			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1534	PARTIDOS POLÍTICOS	04	60
EMENTA			
Democracia representativa, liberalismo político e os sistemas partidários modernos. Tipologias e taxonomias para classificação de partidos políticos. Classes sociais, grupos de interesses e suas projeções nos sistemas partidários contemporâneos. Partidos políticos, dinâmica parlamentar e coalizões governativas. Partidos anti-regime: a concepção marxista de partidos como organizações revolucionárias. Sistema partidário brasileiro.			
OBJETIVO			
Conhecer as teorias dos partidos e dos sistemas partidários.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
ALCANTARA SAEZ, Manuel; FREIDENBERG, Flavia. Partidos políticos na América Latina. Opinião Pública , Campinas , v. 8, n. 2, p. 137-157, Oct. 2002 . Available from < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762002000200001&lng=en&nrm=iso >. access on 03 Oct. 2019. http://dx.doi.org/10.1590/S0104-62762002000200001 .			
BOBBIO, Norberto. Estado, governo, sociedade : fragmentos de um dicionário político . 20. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017. 255 p. ISBN 978-85-7753-365-7 (broch.).			
SCHMITT, Rogério. Partidos políticos no Brasil: (1945-2000) . 3. ed.-. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.			
TRE. Partidos Políticos. Disponível em: http://www.tre-pi.jus.br/partidos/duvidas-frequentes/dos-partidos-politicos-e-das-coligacoes			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
DALLARI, Dalmo de Abreu. Elementos de teoria geral do Estado . 33. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2016. 304 p. ISBN 9788502638617 (broch.).			
GRAMSCI, Antonio; SADER, Emir (Org). Gramsci : poder, política e partido . 2. ed. São Paulo, SP: Expressão Popular, 2012. 140 p. ISBN 8587394762.			
MAIR, Perter. Os partidos políticos e a democracia. Análise Social , vol. XXXVIII (167), 2003, 277-293. Disponível em: http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/121873880809jEJ7wj1Ds10DV6.pdf			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1535	PROJETOS SOCIAIS E DE DESENVOLVIMENTO	04	60
EMENTA			
Políticas de programas sociais no Brasil, projetos sociais e técnicas, ferramentas, metodologias e práticas do planejamento e da gestão de Projetos sociais. Acompanhamento de programas e projetos sociais, sistemas de indicadores sociais e plano de ação de avaliação de programas e projetos sociais. Avaliação de mérito social na rentabilidade econômica e orçamentária coletiva e comunitária.			
OBJETIVO			
Habilitar-se na elaboração e gestão de projetos sociais e de desenvolvimento desde o planejamento ao monitoramento e avaliação.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
BOCCHI, Olsen Henrique. O Terceiro Setor: uma visão estratégica para projetos de interesse público . Curitiba: IBPEX, 2009. 218 p. ISBN 9788578380045 (broch.). BUARQUE, Cristovam. Avaliação econômica de projetos: uma apresentação didática . Rio de Janeiro: Campus, 1994. 266 p. ISBN 9788570011848. CONTADOR, Claudio Roberto. Projetos sociais: benefícios e custos sociais, valor dos recursos naturais, impacto ambiental, externalidades . 5. ed. São Paulo, SP: Atlas, c2014. xviii, 378 p. ISBN 9788522489985 (broch.). PFEIFFER, Peter. Gerenciamento de projetos de desenvolvimento: conceitos, instrumentos e aplicações . Rio de Janeiro, RJ: Brasport, 2005. 182 p. ISBN 8574522104.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
RURALIDADES e questões ambientais: estudo sobre estratégias, projetos e políticas. Brasília, DF: MDA, 2007. 398 p. (NEAD Estudos; 20). ISBN 9788560548279. FREIRE, Paulo. Extensão ou comunicação . 16. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013. 131 p. ISBN 9788577531813. FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa . São Paulo: Paz e Terra, 2011. 143 p. ISBN 8521901433 (Broch.). KUBITZA, Fernando; ONO, Eduardo Akifumi. Projetos aquícolas: planejamento e avaliação econômica . Jundiaí: F. Kubitza, 2004. 88p. (Aqüicultura avançada) ISBN 859854504X. WOILER, Samsão.; MATHIAS, Washington Franco. Projetos: planejamento, elaboração e análise . 2. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2008. 288 p. ISBN 9788522450336 (broch.). DINSMORE, Paul Campbell; CAVALIERI, Adriane (Org). Como se tornar um profissional em gerenciamento de projetos: livro - base de preparação para certificação PMP (R) - Project management professional . 4. ed., rev. e ampl. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2011. 383 p. ISBN 9788573039788. JANNUZZI, Paulo de Martino. Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil. Revista do Serviço Público , 56, ano 2. Abr./jun. Brasília, 2005. DOI: https://doi.org/10.21874/rsp.v56i2.222			



NOGUEIRA, Vera Maria Ribeiro. Avaliação e monitoramento de políticas e programas sociais: revendo conceitos. In: **Revista Katálysis**, v.5, n.2. Jul./ dez. 2002. Florianópolis /SC. DOI: <https://doi.org/10.1590/%25x>



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1536	SOCIOLOGIA ECONÔMICA	04	60
EMENTA			
A visão de mercado em Durkheim e Weber, diálogo com a economia neoclássica. Karl Polanyi e o enraizamento. A nova Sociologia Econômica – Mark Granovetter. Abordagem político-cultural: Pierre Bourdieu.			
OBJETIVO			
Analisar teórica e metodologicamente as diversas estratégias de abordagens dos mercados na sociologia e o diálogo com a economia.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
BOURDIEU, Pierre. O campo econômico. Revista de Sociologia Política , vol 6: 15 – 57, 2005. DOI: https://doi.org/10.5007/%25x GRANOVETTER, Mark. Ação econômica e estrutura social: o problema da imersão. RAE electron. , São Paulo , v. 6, n. 1, June 2007. Available from < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1676-56482007000100006&lng=en&nrm=iso >. access on 03 Oct. 2019. http://dx.doi.org/10.1590/S1676-56482007000100006 . MARTES, Ana Cristina Braga (Org.). Redes e sociologia econômica . São Carlos: EdUFSCar, 2009. 335 p. ISBN 978-85-7600-148-5. SWEDBERG, Richard. Sociologia econômica: hoje e amanhã. Tempo Soc. , São Paulo , v. 16, n. 2, p. 7-34, Nov. 2004. Available from < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702004000200001&lng=en&nrm=iso >. access on 29 Sept. 2019. http://dx.doi.org/10.1590/S0103-20702004000200001 .			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
DURKHEIM, Émile; RODRIGUES, José Albertino (Org). Émile Durkheim: sociologia . 9. ed. São Paulo: Ática, 2008. 208 p. (Coleção grandes cientistas sociais ; 1). ISBN 9788508027675 (broch.). GUIMARÃES, N. A. et al. (2012) Trajetórias, atributos e relações. Representações sobre redes e obtenção de trabalho. Redes, Revista Hispana para el Análisis de Redes Sociales , v. 22, p. 106- 146. KAUFMAN, D. A força dos “laços fracos” de Mark Granovetter no ambiente do ciberespaço. Galaxia (São Paulo, Online), n. 23, p. 207-218, jun. 2012. RAUD-MATTEDI, Cécile. Análise Crítica da Sociologia Econômica de Mark Granovetter: os limites de uma leitura do mercado em termos de redes e imbricação. Política e Sociedade , v. 6 pp 59-82, Florianópolis, 2005. RAUD-MATTEDI, Cécile, “A Construção Social do Mercado em Durkheim e Weber”, Revista Brasileira de Ciências Sociais , 2005.			





Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1537	TEORIA COOPERATIVISTA	4	60
EMENTA			
Formas primitivas e tradicionais de cooperação. Bases doutrinárias e filosóficas do cooperativismo. Surgimento do cooperativismo moderno. O cooperativismo no Brasil. A diversidade de modelos cooperativistas no campo brasileiro. Cooperativismo e recreação camponesa.			
OBJETIVO			
Conhecer e compreender as bases filosóficas e doutrinárias do cooperativismo. Identificar os diferentes tipos de cooperativismo no Brasil e suas potencialidades e desafios. Compreender o papel do cooperativismo para a resistência e recreação camponesa.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
CATTANI, Antonio David et al.; LAVILLE, Jean-louis; GAIGER, Luiz Inácio; HESPANHA, Pedro, (Coord.). Dicionário internacional da outra economia . Coimbra: Almed, 2009. 343 p. (Série Políticas Sociais). ISBN 9789724037226. FIGUEIREDO, Ronise de Magalhães. Dicionário prático de cooperativismo . Belo Horizonte, MG: Mandamentos : FCH/FUMEC, 2000-2001. 224 p. ISBN 8587054279. MLADENATZ, Gromoslav. História das doutrinas cooperativistas . Brasília: Confedbras, 2003. 272 p. ISBN 85-89115-02-X. SANTOS, Boaventura de Sousa (Org). Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista . Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
BRASIL Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Opção cooperativista . Rio de Janeiro, RJ: Guavira, 19--. CRÚZIO, Helnon de Oliveira. Cooperativas em rede e autogestão do conhecimento: o trabalho flexível em torno de processos, sob habilidades e equipes . Rio de Janeiro, RJ: Ed. FGV, 2006. 173 p. (FGV Negócios). ISBN 8522505578. GEDIEL, José Antônio Peres (Org). Os caminhos do cooperativismo . Curitiba, PR: Ed. UFPR, 2001. 174 p. (Polêmica) ISBN 8573350741. HARTUNG, Alcyr Peters (Org). O cooperativismo ao alcance de todos . 2. ed. rev. atual. Florianópolis: OCESC, 1996. 34 p. MEINEN, Ênio; DOMINGUES, Jefferson Nercolini; DOMINGUES, Jane Aparecida Stefanos (Org). Cooperativas de crédito no direito brasileiro . Porto Alegre, RS: Sagra Luzzatto, 2002. 110 p. (Série Cooperativas ; v. 2). ISBN 8524106700. HADDAD, Fernando. Sindicalismo, cooperativismo e socialismo. In: BORON, Atilio A. Filosofia Política Contemporânea: Controvérsias sobre Civilização, Império e Cidadania . 1a ed. - Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales - CLACSO; São Paulo: Departamento de Ciência Política. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. Abril 2006. ISBN-13: 978-987-1183-40-1 Disponível em: http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/secret/filopolconbr/Haddad.pdf			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1538	TEORIA DA DEMOCRACIA	04	60
EMENTA			
Paradigmas teóricos da democracia: o elitismo competitivo. O liberalismo. A teoria da democracia participativa. Marxismo, anarquismo e democracia. Reflexões contemporâneas sobre a questão da democracia.			
OBJETIVO			
Conhecer as teorias da democracia e saber relacioná-las ao contexto histórico a ser analisado.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
DAHL, Robert Alan; PACIORNICK, Celso Mauro (TRAD.). Poliarquia: participação e oposição. São Paulo: Edusp, 1997. 234 p. (Clássicos ; 9) ISBN 85-314-0409-9-6. PATEMAN, Carole. Participação e teoria democrática. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. PUTNAM, Robert D; LEONARDI, Robert; NANETTI, Raffaella. Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna. 5. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006. 257 p. ISBN 8522502102. TOURAINÉ, Alain. O que é a democracia? 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
LABICA, Georges. Democracia e revolução. São Paulo, SP: Expressão Popular, 2009. ISBN 9788577431175. LOSURDO, Domenico. Democracia ou bonapartismo: triunfo e decadência do sufrágio universal. Rio de Janeiro: São Paulo: Ed. da UFRJ; Ed. da UNESP, 2004. 372 p (Pensamento crítico; 2) ISBN 8571082774 (broch.).			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1539	TEORIA DAS ELITES	04	60
EMENTA			
As elites como objeto de estudo das Ciências Sociais. Capital simbólico e capital social: os espaços da alta burguesia e da aristocracia. Circulação internacional e formação de grupos dirigentes. Estilos de vida, gosto e modalidades de consagração social de grupos dominantes.			
OBJETIVO			
Fornecer uma aproximação às abordagens contemporâneas voltadas à problemática da formação de elites e de grupos dirigentes, bem como da estruturação do poder em sociedades centrais e em periféricas.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
SAINT MARTIN, M. de. Da reprodução às recomposições das elites: as elites administrativas, econômicas e políticas na França. TOMO (UFS) , n. 13, 2008. PINÇON, M. & PINÇON-CHARLOT, M. Sociologia da alta burguesia. Sociologias , ano 9, n. 18, 2007. SEIDL, E. Caminhos que levam a Roma: recursos culturais e redefinições da excelência religiosa. Horizontes Antropológicos , v. 15, 2009. LIMA, D. Ethos emergente: as pessoas, as palavras e as coisas. Horizontes Antropológicos , v. 28, p. 175-202, 2007. PULICI, C. O gosto dominante como gosto tradicional: preferências e aversões estéticas das classes altas de São Paulo. Novos Estudos CEBRAP , v. 91, p. 123-139, 2011.			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			
REVISTA de Sociologia e Política (UFPR). Dossiê Elites Políticas v. 16, n. 30, 2008. REVISTA Pós Ciências Sociais (UFMA). Dossiê Elites , v. 8, n. 15, 2011. REVISTA Tomo (UFS). Dossiê Sociologia do Poder e das Elites , n. 13, 2008. DÉZALAY, Y & GARTH, B. G. A dolarização do conhecimento técnico profissional e do Estado: processos transnacionais e questões de legitimação na transformação do Estado (1960-2000). Revista Brasileira de Ciências Sociais , vol. 15, n. 43, 2000.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1540	TRABALHO NO CAMPO	4	60
EMENTA			
O espaço geográfico: localização, observação e descrição do espaço; aplicação de conceitos geográficos; levantamento de dados primários para o reconhecimento do espaço geográfico em diferentes escalas espaço-temporais; um relatório de campo. Estudo específico na geografia: participação em uma pesquisa científica; aquisição de conhecimento e instrumental específico na geografia; o uso de equipamentos (cartas, bússolas, GPS etc); redação de texto científico. Diagnóstico da natureza de problemas ambientais; análise do problema em questão integrando fatos geográficos sociais e da natureza. Prática de observação de campo e práticas pedagógicas como componentes curriculares.			
OBJETIVOS			
Propiciar aos acadêmicos a interpretação do espaço geográfico, por meio da prática de observação e descrição em campo, como subsídio ao reconhecimento da inter-relação entre sociedade e natureza.			
REFERÊNCIA BÁSICA			
DREW, D. Processos Interativos homem - meio ambiente . Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994. GUERRA, Antônio Teixeira; CUNHA, Sandra Baptista da (Org). Geomorfologia e meio ambiente . 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011. 394 p. ISBN 9788528605730. SANTOS, R. F. Planejamento ambiental: Teoria e Prática . São Paulo: Oficina de Textos, 2004.			
REFERÊNCIA COMPLEMENTAR			
INSTITUTO DE TERRAS, CARTOGRAFIA E GEOCIÊNCIAS. Terra e cidadania . Curitiba: ITCG, 2008. 211 p.			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1541	Tópicos Especiais em Antropologia I	04	60
EMENTA			
Esta disciplina terá seu programa definido em função do andamento das pesquisas que estão sendo realizadas na área de Antropologia no curso de Ciências Sociais.			
OBJETIVO			
Abordar um tema antropológico.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1542	TÓPICOS ESPECIAIS DE ANTROPOLOGIA II	04	60
EMENTA			
Esta disciplina terá seu programa definido em função do andamento das pesquisas que estão sendo realizadas na área de Antropologia no curso de Ciências Sociais.			
OBJETIVO			
Abordar um tema antropológico.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1543	TÓPICOS ESPECIAIS DE ANTROPOLOGIA III	04	60
EMENTA			
Esta disciplina terá seu programa definido em função do andamento das pesquisas que estão sendo realizadas na área de Antropologia no curso de Ciências Sociais.			
OBJETIVO			
Abordar um tema antropológico.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1547	TÓPICOS ESPECIAIS DE POLÍTICA I	04	60
EMENTA			
Esta disciplina terá seu programa definido em função do andamento das pesquisas que estão sendo realizadas na área de Política no curso de Ciências Sociais.			
OBJETIVO			
Abordar um tema político.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1548	TÓPICOS ESPECIAIS DE POLÍTICA II	04	60
EMENTA			
Esta disciplina terá seu programa definido em função do andamento das pesquisas que estão sendo realizadas na área de Política no curso de Ciências Sociais.			
OBJETIVO			
Abordar um tema político.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1549	TÓPICOS ESPECIAIS DE POLÍTICA III	04	60
EMENTA			
Esta disciplina terá seu programa definido em função do andamento das pesquisas que estão sendo realizadas na área de Política no curso de Ciências Sociais.			
OBJETIVO			
Abordar um tema político.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1550	TÓPICOS ESPECIAIS DE SOCIOLOGIA I	04	60
EMENTA			
Esta disciplina terá seu programa definido em função do andamento das pesquisas que estão sendo realizadas na área de Sociologia no curso de Ciências Sociais.			
OBJETIVO			
Abordar um tema sociológico.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1551	TÓPICOS ESPECIAIS DE SOCIOLOGIA II	04	60
EMENTA			
Esta disciplina terá seu programa definido em função do andamento das pesquisas que estão sendo realizadas na área de Sociologia no curso de Ciências Sociais.			
OBJETIVO			
Abordar um tema sociológico.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Créditos	Horas
GCH1552	TÓPICOS ESPECIAIS DE SOCIOLOGIA III	04	60
EMENTA			
Esta disciplina terá seu programa definido em função do andamento das pesquisas que estão sendo realizadas na área de Sociologia no curso de Ciências Sociais.			
OBJETIVO			
Abordar um tema sociológico.			
REFERÊNCIAS BÁSICAS			
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES			



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH2002	TÓPICOS ESPECIAIS EM EXTENSÃO I	35
EMENTA		
Componente de ementa aberta.		
OBJETIVO		
A ser definido pelo colegiado no momento da oferta.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
A ser definido pelo colegiado no momento da oferta.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
A ser definido pelo colegiado no momento da oferta.		

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH2003	TÓPICOS ESPECIAIS EM EXTENSÃO II	35
EMENTA		
Componente de ementa aberta.		
OBJETIVO		
A ser definido pelo colegiado no momento da oferta.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
A ser definido pelo colegiado no momento da oferta.		

* Componentes inseridos conforme RESOLUÇÃO Nº 01/CCBCS-LS/UFFS/2024



9 PROCESSO PEDAGÓGICO E DE GESTÃO DO CURSO E PROCESSO DE AVALIAÇÃO DO ENSINO E APRENDIZAGEM

O processo pedagógico e de gestão do Curso de Graduação Bacharelado em Ciências Sociais da UFFS – Campus Laranjeiras do Sul, está de acordo com as orientações estabelecidas pela Universidade como1 por exemplo, de acordo com o Artigo 13 do Regulamento de Graduação (Resolução 04/2014 – CONSUNI/CGRAD), ‘O Projeto Pedagógico do Curso é o documento que expressa os referenciais orientadores de um Curso de Graduação, seus objetivos, o perfil do egresso, a organização curricular e as **definições que fundamentam a sua gestão acadêmica, pedagógica e administrativa**’.

Cabe a coordenação do curso, junto ao Colegiado e Núcleo Docente Estruturante (NDE), promover a coordenação didático-pedagógica e organizacional do curso. Além disso, como princípio filosófico do processo, entende-se a gestão da educação como um locus, uma instância inerente à prática educativa, que abrange uma multidimensionalidade de fatores, como o corpus normativo, as diretrizes e práticas, as atividades cotidianas que garantem, de um lado, o significado ou sentido histórico do que se faz e, de outro lado, a unidade do conjunto de elementos na diversidade da concretização dos processos. É neste sentido, que deve levar em consideração a totalidade concreta, bem como compreender o processo educativo no imbricamento entre as políticas educacionais, o planejamento, a gestão e a avaliação, tanto dos processos, mas da educação em suas linhas gerais.

É a partir desse princípios indutores que se embasa o Processo Pedagógico e de Gestão do Curso e Processo de Avaliação do Ensino e Aprendizagem, na tentativa de corresponder aos elementos substanciais que compõem a cada uma das grandes dimensões e dos grandes pilares da ‘conformação’ do Projeto Pedagógico de Curso em sua intencionalidade e em sua totalidade, mas fundamentalmente nestes elementos particulares aqui colocados. Assim, busca-se colocar em prática o devir da ideação inscrita no ‘terreno’ da intencionalidade, a partir dos seguintes tempos e espaços de discussões e de implementação dos fatores deliberados nesses momentos e espaços:



9.1 Reuniões pedagógicas e de colegiado

O Processo Pedagógico e os Processos de Gestão do Curso de Graduação em Ciências Sociais - Bacharelado são os elementos fundamentais para garantir a intencionalidade inscrita e prescrita nas diferentes e grandes dimensões do Projeto Político Pedagógico de Curso (PPC) tornando-o fator material no processo de Formação Humana que se busca na implementação, tanto da Matriz Curricular, quanto dos tempos e espaços formativos do Curso.

Neste sentido, a dinamicidade do Processo Pedagógico e Educativo-administrativo, deve, contemplar e garantir, em sua forma e conteúdo, as credenciais, as condições e a *práxis* para a materialização da intencionalidade projetada no PPC. Portanto, as atribuições e a dinâmica de funcionamento do Colegiado do Curso de Ciências Sociais - Bacharelado, deve contemplar as motivações tanto pedagógicas quanto às orientações legais⁶, que em linhas gerais expressam, a projeção intencional de Formação Humana e o entendimento síntese de processos anteriores que são incorporados nas peças e regulamentos legais, respectivamente.

Entende-se o Colegiado do Curso como o espaço de organização, e acompanhamento (ético, político e pedagógico) do curso, onde se definem desde as linhas prioritárias de ação e de formação, bem como as questões acadêmicas prescritas, bem como as que aparecem no cotidiano universitário, acerca dos estudantes, professores, componentes curriculares, avaliação, entre outros. Nesse sentido, o Colegiado é estratégico ao curso, pois é seu núcleo organizador e decisório.

Assim, o Colegiado é composto pelo(a) Coordenador(a) do Curso, Coordenador(a) Adjunto(a) do Curso, Coordenador(a) de Estágios do Curso (e seu(sua) Adjunto(a), quando houver), mínimo de 3 (três) docentes eleitos por seus pares, um representante docente indicado pelo Fórum do Domínio Comum do Campus e um representante docente indicado pelo Fórum do Domínio Conexo do Campus, um representante discente indicado pelo órgão representativo dos alunos do curso, representante da comunidade regional e um representante dos servidores técnicos administrativos em educação, eleito por seus pares, todos com respectivos suplentes,

⁶Em relação às orientações legais, observa-se o conjunto dos regulamentos, mas, fundamentalmente a RESOLUÇÃO Nº 4/2014 –CONSUNI/CGRAD que Aprova o Regulamento da Graduação da Universidade Federal da Fronteira Sul.



conforme Resolução 004/2014 – CONSUNI/CGRAD.

Coerente com as proposições Político-Pedagógicas das Ciências Sociais e Institucionais, o Colegiado do Curso poderá eventualmente e sempre que julgar pertinente, convidar a comunidade externa à UFFS (ou Comunidade Regional, conceituação mais utilizada em âmbito da UFFS) a participar de suas reuniões, buscando aproximar a política do curso da realidade regional e das demandas e temas centrais que impulsionam a ação social, e que podem ser transformados e Matriz Formadora-Formativa, temas de pesquisa e extensão para/no Curso de Ciências Sociais, sempre no sentido de contribuir no Desenvolvimento Regional Sustentável, com justiça e igualdade social.⁷

Deste modo, combinando processo histórico e legal, o colegiado do curso, no início do ano ou semestre letivo, através do coordenador de curso, além de agendar as reuniões ordinárias com objetivos específicos ou amplos, poderá convocar assembleias para discutir os grandes temas e as grandes demandas estratégicas que se inscrevem na intencionalidade e ideação descrita no Projeto Pedagógico de Curso, de acordo com os seguintes referenciais:

9.1.1 Reuniões de/para planejamento

As reuniões de planejamento têm por objetivo planejar as grandes ações do curso e do Ano e Semestre letivo. A partir dos fluxos e processos que foram sendo incorporados na forma, tradição institucional e na ritualística dos procedimentos, no âmbito do Colegiado, ocorrerá desde o planejamento até a distribuição dos Componentes Curriculares aos professores. A partir desse encaminhamento, os docentes deverão planejar cada um dos Componentes Curriculares, considerando, tanto as orientações institucionais, quanto as particularidades do Componente Curricular e do calendário acadêmico devidamente estabelecido para o período, contemplando a programação geral de conteúdo, de trabalhos ou projetos, e de realização das avaliações. Esta é uma oportunidade dos/das docentes terem uma visão geral de como os diferentes componentes curriculares serão trabalhados, bem como, por quais processos

⁷Destaca-se que o Curso de Ciências (através de seu Colegiado) estará sempre atento às grandes linhas e temáticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão e Cultura constituídas a partir das Conferências de Ensino Pesquisa e Extensão (COEPE).



pedagógicos deverão transcorrer, evitando-se a sobreposição de conteúdo, possibilitando o inter-relacionamento e integração entre diversos Componentes Curriculares.

As reuniões de planejamento também têm por objetivos a organização e participação em seminários e eventos relacionados ao curso e suas áreas de formação, sejam de âmbito científico-acadêmico, quanto, populares, governamentais e do território em que se situa o campus.

9.1.2 Reuniões de acompanhamento e assembleias ampliadas

Estas reuniões de acompanhamento têm como objetivo acompanhar o desenvolvimento das turmas e do curso em relação às ações planejadas e seu replanejamento. Também visam acompanhar o desempenho parcial dos estudantes após as primeiras avaliações. É uma segunda oportunidade para os docentes analisarem eventuais problemas associados aos seus componentes curriculares, bem como de melhor orientar os alunos de como proceder para tirar o melhor proveito possível do curso. Nesta ocasião pode-se ter uma ideia de eventuais estudantes que não estão tendo um aproveitamento satisfatório, que poderão ser chamados para identificar os motivos e/ou múltiplos fatores que estão causando seus baixos rendimentos acadêmicos e receberem orientações pedagógicas adicionais para poderem avançar tanto no aprendizado acadêmico, quanto na recuperação e avanço dos conteúdos científicos. Entende-se que todo esse processo possibilita e fundamenta a tomada de medidas proativas e de ressignificação de processos, tanto por parte dos docentes, como por parte dos estudantes, devendo ser gestado administrativamente pelo coordenador de curso e pedagogicamente pelo Núcleo Docente Estruturante do Curso.

As assembleias ampliadas com a participação de todo o corpo docente atuante no Curso e dos acadêmicos matriculados, dos técnicos administrativos envolvidos com a Coordenação Acadêmica do Campus (que atuam diretamente com as questões pedagógicas e assuntos estudantis) e representações da Comunidade Regional, podem contribuir para a formulação das grandes estratégias para o Curso considerando a temporalidade de curto, médio e longo prazo. Com isso, quer se garantir que as grandes motivações sejam dadas por coletivos ampliados que expressam as diferentes dimensões dos processos, tanto de Formação Humana (de conteúdo formativa), quanto na



construção de subsídios para potencializar os meios que possam garantir a sua efetivação colocando na prática a relação entre o político, o pedagógico e o administrativo.

9.1.3 Reuniões extraordinárias

Eventuais reuniões extraordinárias podem ser convocadas, quando algum fato significativo surgir e cuja urgência justifique uma reunião não programada no calendário de reuniões do ano.

9.1.4 Reunião de avaliação final

Esta reunião tem o objetivo de fornecer uma posição global de como o curso transcorreu no período letivo, realizada logo após as últimas avaliações, mas antes de eventuais atividades de recuperação. É uma oportunidade de trocas de experiências entre os professores e alunos a respeito de fatos tanto positivos quanto negativos, permitindo a correção de problemas para os próximos períodos (correção dos aspectos negativos) e o aperfeiçoamento da forma de se ministrar um dado componente curricular (incorporação de aspectos positivos relatados em outros CCRs). Deve-se destacar que os aspectos positivos e negativos são determinados a partir dos relatos efetuados pelos docentes e pelo representante discente, o qual deve expressar a opinião dos estudantes.

Outra meta desta reunião é a verificação do desempenho global das turmas, quais são os estudantes sujeitos à reprovação em um ou mais componentes curriculares, a existência de alunos com bom desempenho global e baixo desempenho em uma disciplina isolada, entre outros aspectos que possam motivar a realização da reunião. Embora previsto neste PPC, esta reunião fica condicionada à necessidade material e a viabilidade durante o processo pedagógico, não sendo obrigatória a realização da mesma durante o ano letivo.

9.2 Núcleo Docente Estruturante



No âmbito do Curso de Ciências Sociais será implementado na forma e no conteúdo (atribuições acadêmicas e pedagógicas) o que prescreve a Resolução nº 01 – CONSUNI/CGRAD/UFFS – 2011 que institui e regulamenta, conforme a Resolução CONAES nº 01, de 17 de junho de 2010, e respectivo Parecer nº 04, de 17 de junho de 2010, o Núcleo Docente Estruturante – NDE.

A atuação do NDE se dará e será motivada a partir de suas prerrogativas fundamentais, de ser o *locus* de caráter consultivo e propositivo nas/para as diferentes dimensões do processo pedagógico do Curso. Deste modo, o NDE do Curso será constituído por um grupo de Docentes (conforme prevê a Resolução anteriormente citada) e terá como atribuição acadêmica fundamental o acompanhamento do processo de concepção, consolidação e contínua atualização do Projeto Pedagógico do Curso. Destaca-se que, como previsto nas peças e regulamentos, as proposições do NDE serão sempre submetidas à apreciação e deliberação do Colegiado de Curso.

9.3 Comissões temporárias

O Colegiado do Curso poderá criar/designar Comissões Temporárias para resolver problemas concretos e demandas que aparecem ao longo do processo pedagógico-administrativo do Curso. Entende-se que este espaço é importante para agilizar resoluções de problemas, cumprir demandas, mas também, ser um espaço para realização de estudos e proposições de determinados temas relacionado ao Curso. Estas Comissões temporárias poderão ser instituídas com integrantes apenas do Colegiado ou reunindo integrantes do Colegiado com Docentes atuantes do Curso no ano letivo em que a materialidade traga as demandas a serem resolvidas, bem como ainda, ser composta apenas por Docentes que não integram o Colegiado, mas que atuem no Curso.

9.4 Formas de participação discente

No Curso de Graduação em Ciências Sociais - Bacharelado a ação proativa que visa fortalecer o protagonismo e a participação dos discentes é condição concernente à perspectiva formativa e da necessária materialização do currículo. Dentro do projeto institucional da UFFS diferentes formas e espaços de participação são garantidos aos



discentes. Nos órgãos deliberativos, a representação discente também possui seu espaço. Esses espaços são ocupados por alunos que participam das decisões que afetam a vida político-acadêmica da universidade. São esses estudantes que representam, defendem e fazem valer os interesses de todos os estudantes cuja representatividade lhes foi confiada e cujos canais de comunicação, debate e definição entre os representantes e os representados cabe ser organizado pelo conjunto dos estudantes do curso. Os discentes terão direito à participação no Colegiado de Curso, com suplente, eleito ou indicado entre seus pares em processo definido pela entidade que os representa na instituição (C.A., D.A. ou DCE)⁸. Assim, a representação dos estudantes participará das reuniões do colegiado, com direito a voz e voto, e posteriormente repassará aos demais discentes.

9.5 Instâncias recursais

9.5.1. No âmbito do componente curricular

Para dirimir suas dúvidas, sejam elas de conteúdo, acerca da avaliação, de trabalhos de pesquisa, priorizando a questão pedagógica e a relação dialógica no Curso, o estudante deverá primeiramente recorrer ao professor do componente curricular. Nesse aspecto, deve-se levar em consideração aquilo que foi previsto no Plano de Ensino apresentado pelo docente à turma (no início do Semestre), lapidado nesse momento e aprovado pelo Colegiado de Curso, de maneira a expressar os principais elementos para garantir o cumprimento dos objetivos dos componentes curriculares. Deste modo, no Curso de Ciências Sociais - Bacharelado, visar-se-á sempre otimizar as resolutivas que contribuam com o processo de Formação Humana em suas diferentes dimensões. Por isso, se trabalhará pedagogicamente para que essa relação dialógica entre os principais elos da atividade fim da Universidade, seja significativamente potencializada e passe a compor o cotidiano relacional no âmbito das estratégias e contradições que ocorrem na durante a oferta do componente curricular.

Obviamente, que estes indicativos dados anteriormente, não se sobrepõe, ao

⁸Destaca-se aqui que os detalhes da composição do Colegiado estarão em consonância com o prescrito no Regulamento da Graduação (Resolução 04/2014 – CONSUNI/CGRAD), principalmente dos valores e princípios indutores proclamados em seu Artigo 6º (que prevê em seu Inciso VII, no mínimo um (1) representante discente regularmente matriculado no curso com seu respectivo suplente;), porém escrito no Regulamento do Colegiado do Curso, peça normativa que deverá garantir a aplicabilidade da norma superior no âmbito do Curso.



previsto no Regulamento de Graduação, mas que, de maneira intencional e explícita busca-se considerar a relação dialógica como a primeira alternativa de resolução de algum ‘conflito’ de entendimento e de interesse.

9.5.2. No âmbito do curso

O órgão deliberativo e a instância recursal do Curso, é o Colegiado de Curso. Em casos em que ocorram desacordos entre os sujeitos que fazem parte do processo de implementação do Curso, principalmente entre docente *versus* discente⁹ – após interpelação na instância –, o discente poderá solicitar ao representante discente no colegiado para, junto ao coordenador de curso, solicitar que o assunto seja incluído em pauta do colegiado para apreciação e discussão. A inclusão ou não do ponto de pauta ficará a critério do coordenador, que deverá se integrar com o discente e o docente envolvidos nas divergências. Lembrando que, em caso de divergências quanto às avaliações, valem os prazos determinados na normativa vigente da UFFS. Em casos que o colegiado julgar necessário, o discente envolvido poderá ser chamado para estar presente.

Vale destacar que princípios indutores para a resolutiva formal desses elementos encontram-se presentes no Regulamento de Graduação, fundamentalmente na Seção III em seus Artigos 81 e 82 e alguns casos incorrendo na aplicabilidade do previsto no Título VIII do referido Regulamento de Graduação.

9.5.3. No âmbito do campus

A instância recursal no âmbito do campus é o Conselho de Campus, presidido pelo Diretor, com representantes dos segmentos da comunidade acadêmica do campus e comunidade externa. A este conselho poderão ser levados processos para apreciação e deliberação, caso as instâncias anteriores não tenham sido suficientes.

9.5.4. No âmbito da UFFS

As últimas instâncias recursais existentes são as Câmaras do CONSUNI,
⁹Nos casos em que não seja dirimido o conflito como apontado no item anterior.



presididas pelos respectivos Pró-Reitores. Quando estas não forem suficientes, a instância final para recursos é o CONSUNI.

9.6 Planejamento e ação docente

O planejamento é uma necessidade constante em todas as áreas da atividade humana. É, portanto, condição necessária para o processo educativo. Deste modo, planejar é analisar uma realidade, projetar o devir e prever as formas e mediações para realizar as diferentes alternativas da ação prático-pedagógica para alcançar os objetivos desejados.

Em suma, planejar consiste em prever e decidir sobre o que pretendemos realizar. E neste sentido, um Plano já é, em certa medida, um resultado, pois especifica a intencionalidade proposta com suas diferentes estratégias para atingir, entre outros elementos. É o esboço das conclusões resultantes do processo de planejar, que pode ou não assumir uma forma escrita.

O Ensino Superior tem características muito próprias porque objetiva a formação do cidadão, do profissional, do sujeito enquanto pessoa de modo geral, haja visto ser, o momento da academia, além de ser uma formação mais elevada, é também o processo que potencializa, quando não garante, as condições teóricas e metodológicas para a ação prático do sujeito social. O planejamento é essencial para que não apenas os objetivos da prática docente propostos em um componente curricular sejam atingidos, mas também para garantir a organização e o desenvolvimento das atividades didáticas-pedagógicas. É sem dúvida um elemento essencial para garantir o que prescreve o Regimento da Graduação em seu Título II (Dos princípios e objetivos da Graduação), em seus elementos fundamentais nos Artigos 2º e 3º. Assegurando, assim, as condições necessárias para que tanto o docente quanto o discente tenham atuação eficiente e eficaz quanto ao processo de ensino-aprendizagem. Os planos devem ser desenvolvidos de maneira que sejam definidas as competências e habilidades que o discente deverá apresentar ao final do componente curricular. Estes planos deverão conter, ao menos:

9.6.1 Identificação do componente curricular

O docente deverá iniciar o planejamento com a identificação do componente



curricular, onde constará o nome e código do CCR, a carga horária e os créditos, o período, semestre, número da turma, e horários semanais em que ocorrerá o atendimento, bem como, o nome do docente responsável e outras informações que julgar necessárias.

9.6.2 Ementa do componente curricular.

A ementa é o conjunto dos grandes temas e um resumo dos conteúdos que serão trabalhados no componente curricular. A ementa de cada CCR do curso de graduação está determinada neste PPC. A mudança de uma ementa, somente ocorrerá dentro dos processos e ritualística previstos nos documentos institucionais orientadores principais, quando do ajuste e/ou mudança, reformulação do PPC, entre outros aspectos.

Todo componente curricular de uma Matriz Curricular representa, em última análise, um instrumento importante para a formação profissional de uma dada área, definida a partir do PPC, ou seja, há uma razão de ser do componente curricular para o processo formativo. Por essa razão, cabe ao docente indagar-se acerca do papel de seu componente curricular no curso em que irá lecionar, no processo de formação do profissional em diálogo com o ementário, com o perfil profissional desejado pelo curso e com o contexto social de atuação profissional.

9.6.3 Objetivos de Ensino

A prática educativa é uma prática intencional. Desse modo, os objetivos expressam os propósitos que orientam a formação e o desenvolvimento de qualidades humanas para atuação na sociedade. Sob esse prisma, os objetivos antecipam os resultados desejados expressos na relação professor – aluno – conhecimento, expressando os conteúdos e os conceitos a serem construídos, as habilidades e hábitos, as competências a serem alcançadas pelo processo pedagógico de um componente curricular ou área de conhecimento. Devem ser elaborados na perspectiva da formação de habilidades a serem desenvolvidas pelos discentes: habilidades cognitivas, sociais, atitudinais, etc.

Há níveis diferenciados de objetivos: o Objetivo Geral, expressa o papel mais amplo do componente curricular no curso e no projeto institucional. É o que define a



contribuição do conteúdo do componente curricular para a formação profissional tanto em termos cognitivos e técnicos como em termos do perfil sociocultural; e os Objetivos Específicos são os quais determinam os resultados esperados da atividade discente e deve ser expresso, principalmente, na forma do comportamento cognitivo e sociocultural almejado para cada unidade de ensino ou tema de estudo. Este deve explicitar de forma clara a intenção proposta.

9.6.4 Cronograma e Conteúdos Programáticos

A organização da forma-conteúdo da intencionalidade é imprescindível. Neste sentido, é importante indagar acerca da organização espaço-temporal e quais são os conteúdos de ensino, bases teórico-metodológicas que darão conta de objetivar a intencionalidade educativa.¹⁰ O professor deverá, na seleção dos conteúdos, considerar critérios como: validade, relevância, gradualidade, acessibilidade, interdisciplinaridade, articulação com outras áreas, cientificidade, adequação. No plano do componente curricular trata-se do detalhamento do conteúdo a ser trabalhado ao longo do semestre e deve expressar coerência com a ementa do componente curricular, com os objetivos específicos, previstos para cada unidade ou tema conforme se definir a organização do mesmo.

Este poderá ser apresentado como um “cronograma” com base nas orientações regulamentares, onde serão detalhados os conteúdos específicos trabalhados em cada encontro (aula), o método de ensino e os recursos didáticos que serão utilizados para a prática docente. Aqui, trata-se de explicitar o caminho mediador entre o conteúdo (conceitos, habilidades, competências, valores, hábitos) e os objetivos (resultados esperados). Além disso, do modo como se concebe o processo de construção do conhecimento ou o caminho através do qual o aluno mobiliza suas habilidades intelectuais para conhecer. Ou, ainda, de maneira mais geral, com a apresentação dos conteúdos que serão trabalhados em um esquema de sumário ou tópicos de aprendizagem, após os quais deverão constar os procedimentos metodológicos, recursos didáticos que serão utilizados durante todo o período do componente curricular.

¹⁰Destaca-se que do ponto de vista da forma, em linhas gerais os regramentos institucionais já indicam em grande medida, como deve ser organizado e disposto os conteúdos e metodologias nos encontros e semanas previstas a cada semestre, a partir da definição do calendário acadêmico.



9.6.5 Procedimentos Metodológicos

A objetivação de um devir, de um objetivo pressupõe os processos de mediação e travessia, constituindo, portanto, a necessidade de se criar o caminho adequado para o processo. Neste sentido, os Procedimentos Metodológicos são a caracterização do caminho escolhido pelo Docente para organizar os tempos, as situações e os espaços do ensino-aprendizagem. A técnica e os Procedimentos Metodológicos são a operacionalização do Método. No planejamento, ao elaborar o plano do componente curricular, o docente antevê quais os métodos e as técnicas que poderá desenvolver com os discentes em sala de aula na perspectiva de promover a aprendizagem. E, juntamente com estes, avaliarão quais são os mais adequados aos diferentes saberes, ao perfil do grupo, aos objetivos e aos discentes como sujeitos individuais. Nesse processo participativo o professor deixa claro suas possibilidades didáticas e o que ele projeta e o que espera do discente como sujeito, suas possibilidades, e sua capacidade para o aprendizado.

Neste sentido, é importante deixar claro, quais serão os recursos disponíveis utilizados pelo docente para mediar o processo de ensino-aprendizagem. Ao planejar, o professor deverá levar em conta as reais condições dos discentes, os recursos disponíveis pelo/para o discente na instituição de ensino, a fim de organizar situações didáticas em que possam utilizar as novas tecnologias.

9.6.6 Avaliação do Processo de Ensino e Aprendizagem

A avaliação é uma tarefa didática necessária e permanente do trabalho docente, que deve acompanhar passo a passo o processo de ensino-aprendizagem. Reflete a unidade e o imbricamento da relação objetivos-conteúdos-métodos. Ou seja, a avaliação é parte integrante do processo ensino-aprendizagem, e não um momento ou etapa isolada. Por meio dela, os resultados que são obtidos no decorrer do trabalho conjunto entre docentes e discentes são comparados com os objetivos propostos, a fim de constatar progressos, avanços, dificuldades, e reorientar o trabalho para as correções necessárias. A avaliação é uma reflexão sobre as condições, níveis e formas do trabalho



escolar tanto do docente como do discente. As percepções expressas, as informações e dados coletados no decurso do processo pedagógico (processo de ensino), quantitativos e/ou qualitativos, são interpretados em relação a um parâmetro e padrão de desempenho expressos em juízos de valor acerca do aproveitamento acadêmico.¹¹

Considera-se, portanto, que a avaliação é uma etapa presente cotidianamente em sala de aula (e para além desse espaço estrito) e exerce uma função fundamental, que é a função diagnóstica. Deve ser feita de modo a evitar a função classificatória, comparando sujeitos entre sujeitos. A avaliação deverá considerar o avanço que o discente obteve durante o curso. O processo avaliativo compreende a atuação integral do estudante, na sua oralidade, na escrita e na linguagem adequada. Consiste em tarefa complexa que não se resume a aplicação de provas e atribuição de notas. Avaliar e estabelecer um juízo de valor e de qualidade sobre dados relevantes do processo de ensino e de aprendizagem que auxilia na tomada de decisão por parte da docência. A avaliação tem, portanto, uma função pedagógica-didática, uma função de diagnóstico e uma função de controle. No plano, o docente deverá discriminar que avaliações serão realizadas durante o período do componente curricular, como será atribuída, ou não, pontuação às diversas avaliações e como será calculada a média final do desempenho do estudante no componente curricular (para a aprovação ou reprovação).

Além dos critérios fundamentais para sua aprovação, o estudante deverá cumprir obrigatoriamente 75% de frequência dos componentes curriculares presenciais e o cumprimento de atividades não presenciais, em regime especial de trabalho ou à distância. Entende-se, aqui, regime especial de trabalho aqueles casos em que o estudante realiza trabalhos domiciliares previamente indicados por seus professores ora para avaliação de aprendizagem ora para compensação de frequência, enquanto estiver impedido de comparecer às atividades acadêmicas presenciais, o que deve ser devidamente comprovado em acordo com as normas legais. Os procedimentos para a avaliação de desempenho discente nos componentes curriculares, deverá seguir o determinado na Orientação Normativa da UFFS (Resolução 04/2014 – CONSUNI/CGRAD (Regulamento da Graduação da UFFS)), por entendermos que como princípios indutores, o presente Regulamento incorpora na forma e no conteúdo os elementos fundamentais tanto pedagógicos como elementos de procedimentos da avaliação acadêmica em seu sentido integral.

11 LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortêz, 2013.



Destaca-se ainda que a estrutura curricular, constante no PPC considera a flexibilidade e a acessibilidade como elementos fundamentais. A Universidade consta com um Núcleo de Acessibilidade que é composto pelo Setor de Acessibilidade do Campus Laranjeiras do Sul e a Divisão de Acessibilidade da Diretoria de Políticas de Graduação – DPGRAD/PROGRAD.¹² Portanto, conforme a Resolução nº 4-2015 - CONSUNI-CGRAD – o Núcleo de Acessibilidade tem como objetivo principal “garantir o acesso e a permanência de servidores e estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)”. Assim, com relação aos estudantes, o setor de acessibilidade pode exercer as seguintes atividades: apoio a questões relacionadas à acessibilidade física; acompanhamento pedagógico; acompanhamento psicológico, intérprete de libras; adaptação e disponibilização de materiais e equipamentos e apoio de acadêmicos monitores e apoio de pessoas com aspectos do transtorno autista.

Portanto, conforme o Memorando Circular Nº 14/PROGRAD/UFFS/2018 e considerando os(as) alunos(as) com deficiência, cabe ao colegiado do curso:¹³ I -

12Na década de noventa, com o intuito de garantir o processo de inclusão no Ensino Superior, aprovou-se algumas leis no Brasil, tais como: o Aviso Circular nº 277/1996 (Brasil, 1996), o Decreto nº 3.298/1999 (Brasil, 1999), a Portaria nº3.284/2003 (Brasil, 2003) e a Lei nº 13.146/2015 (Brasil, 2015), Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Já em 2016 foi aprovada a Lei nº 13.409/2016 (Brasil, 2016) que alterou a Lei de cotas nº 12.711/2012 (Brasil, 2012), incluindo reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos de graduação técnico de nível médio e superior das IFES. Buscando adequar-se à legislação e garantir o acesso e permanência desse público, a UFFS publicou a resolução nº 4/2015 – CONSUNI/CGRAD, que instituiu a Política de Acesso e Permanência da Pessoa com Deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento e Altas Habilidades/Superdotação. Os Setores de Acessibilidade em cada Campi e a Divisão de Acessibilidade da Diretoria de Políticas de Graduação – DPGRAD/PROGRAD compõem o Núcleo de Acessibilidade da UFFS. Esses setores têm como objetivo dar o suporte necessário à instituição para garantir que esse público tenha condições equiparadas de acordo com suas necessidades. O Memorando Circular Nº 14/PROGRAD/UFFS/2018, com o objetivo dar o suporte necessário à instituição para garantir que esse público tenha condições equiparadas de acordo com suas necessidades, definiu algumas atribuições aos setores da Universidade envolvidos no processo.

13De acordo com o mesmo memorando circular (Nº 14/PROGRAD/UFFS/2018) cabe aos setores de acessibilidade dos campi: I - acompanhar o processo de matrícula dos acadêmicos; II - no primeiro contato com o estudante, realizar a entrevista inicial, a qual tem os seguintes objetivos: 1) recepcionar o estudante; 2) identificar as necessidades do estudante em sala de aula, os suportes pedagógicos e necessidade de atendimento diferenciado/específico requeridos; 3) preencher a ficha cadastral; 4) planejar



repassar as informações disponibilizadas pelo Setor de Acessibilidade, semestralmente, ao Colegiado do Curso e ao docente responsável pelo CCR em que o estudante estiver matriculado; II - no início de cada semestre, convocar reunião específica com os docentes do(s) acadêmico(s) e o setor de acessibilidade para tratar do assunto; III - acompanhar o desempenho acadêmico do(s) estudante(s); IV - a partir do segundo semestre, acompanhar a matrícula dos estudantes; V - mediar o diálogo entre estudante(s), Colegiado de Curso e Setor de Acessibilidade.

Deste modo, em correspondência aos imperativos previstos pelo sistema de avaliação acadêmica da UFFS, o processo de avaliação do ensino e aprendizagem do Curso de Graduação em Ciências Sociais - Bacharelado tem como centralidade e objetivo principal assegurar a qualidade da aprendizagem do acadêmico e fundamenta-se nos princípios da avaliação diagnóstica, processual, contínua, cumulativa e formativa, priorizando sempre uma diversidade de instrumentos¹⁴ e momentos práticos para atingir esses objetivos¹⁵.

Incorpora-se este entendimento porque todas as atividades avaliativas concorrem para o desenvolvimento intelectual, social e ético-moral dos acadêmicos, e visam diagnosticar como a Universidade através do Curso e o(s) docente(s) estão contribuindo para isso.

as atividades do semestre letivo pelos setores e instâncias colegiadas envolvidas; III - elaborar o perfil do acadêmico com informações, orientações pedagógicas e levantamento dos CCR's a serem cursados no referido semestre; IV - elaborar o plano de acompanhamento do acadêmico com atividades sugeridas/ofertadas pelo setor no semestre; V - encaminhar memorando às Coordenações de Curso, informando o ingresso do/a(s) estudante(s), a deficiência e especificidades/necessidades de adaptação de material e/ou curricular necessária(s) para cada estudante; VI - proporcionar apoio didático-pedagógico aos docentes e discentes nos processos de ensino e aprendizagem; VII - oferecer orientações didático-pedagógicas aos professores; VIII - oferecer orientações aos discentes tais como sugestões de métodos e técnicas de estudos para alcançar uma aprendizagem efetiva; IX - propor e executar cursos, capacitação e eventos que tratem da temática inclusão e acessibilidade para a comunidade interna e/ou externa da instituição, em parceria com outros setores, especialmente, com o NAP e o SAE; X - disponibilizar apoio especializado como Tradutor e Intérprete de LIBRAS; XI - disponibilizar material didático-pedagógico adaptado; XII - emitir orientações que julgarem necessárias.

14Os instrumentos de verificação do rendimento acadêmico, poderão ser utilizados de diversas maneiras e com variações nas formatações didáticas dos processos avaliativos. Contudo, cada um deles carrega em si uma potencialidade específica que inscreve como um processo de obtenção de impressões para a formulação dos juízos de valor que são necessários para o emprego conceitual do processo de ensino aprendizagem.

15Ver Artigos 72 a 82 do Regimento de Graduação da UFFS (Resolução 04/2014 – CONSUNI/CGRAD).



10 AUTOAVALIAÇÃO DO CURSO

A avaliação é uma das etapas essenciais para sua consolidação e fortalecimento do curso, por isso contempla a participação de todos os alunos e professores.

Neste caso, o processo de avaliação está composto por três etapas, que articuladas permitem aos docentes, ao NDE e a Coordenação do Curso compreender a dinâmica geral das aulas, as necessidades dos alunos e dos docentes e as fragilidades e potencialidades do curso.

a) Avaliação institucional: Também denominada de autoavaliação, será coordenada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), criada e constituída institucionalmente a partir do que estabelece a Lei n. 10.861, de 14 de abril de 2004. Orientada pelas diretrizes e pelo roteiro de autoavaliação institucional propostos pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (Conaes), bem como por instrumentos próprios que contemplem as especificidades da Universidade, essa comissão acompanhará a qualidade das atividades desenvolvidas no curso de graduação em Ciências Sociais – Bacharelado e o desempenho dos estudantes.

b) Avaliação externa: Realizada por comissões de especialistas designadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), tem como referência os padrões de qualidade para a Educação Superior expressos nos instrumentos de avaliação oficiais do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes). Para essa etapa, o curso disponibilizará os relatórios com os resultados das autoavaliações, sistematicamente aplicadas a todos os segmentos (discentes, docentes e técnico-administrativos) envolvidos nas atividades semestrais.

c) Autoavaliação do curso: O NDE em posse dos resultados da Avaliação da CPA realizará uma reunião no semestre para apreciação e encaminhamentos, o objetivo é estudar os dados e propor estratégias de consolidação de potencialidades ou superação de fragilidades, tanto acadêmicas (teóricas e práticas) quanto de organização institucional. A partir desse diagnóstico o NDE poderá propor ao Colegiado do Curso e a Coordenação a realização de Assembleias Discentes e Docentes, reuniões de planejamento, análise e discussão referente aos componentes curriculares e/ou atividades ofertados pelo curso.



Este conjunto de ações organizadas periodicamente busca contemplar a participação de todos os estudantes e professores. Seu principal foco está nos aspectos de cunho pedagógico e organizacional, os resultados decorrentes desse processo subsidiarão planejamentos e até mesmo a reorganização do curso.



11 ARTICULAÇÃO ENTRE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

A indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão é a principal característica do conceito de Universidade. Nesse sentido, o Curso de Graduação em Ciências Sociais – Bacharelado preza por essa característica. Outro aspecto a considerar são as Diretrizes Curriculares Nacionais para Cursos de Graduação em Ciências Sociais que estabelecem, entre seus objetivos, a promoção da relação entre teoria e prática e entre ensino, pesquisa e extensão. Nos componentes curriculares especificamente da área serão desenvolvidas atividades que visem a formação de pesquisadores e docentes para atuação no ensino superior nas três áreas que constituem as ciências sociais: Antropologia, Ciência Política e Sociologia. A formação em bacharelado compreende desenvolver habilidades de pesquisa e de “interventor social” próprias do cientista social.

A pesquisa no curso de Bacharelado em Ciências Sociais exerce papel fundamental na articulação entre ensino e extensão pois é a partir dela que é possível relacionar permanentemente teoria e prática. Para além dos CCrs especificamente do bacharelado, o curso prevê carga horária de pesquisa nas disciplinas Trabalho de Conclusão de Curso I (6 créditos) e Trabalho de Conclusão de Curso II (8 créditos), o que proporcionará o aprofundamento teórico e analítico dos conceitos e temáticas estudados no decorrer do curso. Estimular os acadêmicos à participar em projetos de pesquisas é outra estratégia pedagógica que possui um efeito importante para o fortalecimento do desempenho acadêmico.

É relevante destacar que os professores do Núcleo Docente Estruturante - NDE integram diversos grupos de pesquisa da UFFS, os quais contemplam as áreas de formação em Ciências Sociais (Sociologia, Ciência Política e Antropologia) e temáticas afins vinculadas à educação, agroecologia e desenvolvimento regional, o que contribuirá para que os graduandos estejam inseridos em atividades de pesquisa. Assim sendo, o quadro docente compõe os seguintes grupos de pesquisa: Estado, Sociedade e Políticas Públicas; Interdisciplinar em Políticas Públicas e Práticas de Educação; Educação do Campo, Cooperação e Agroecologia; Direitos Humanos, Movimentos Sociais e Instituições; Trabalho, Educação e Cultura Camponesa; Desenvolvimento Regional e Antropologia, Jovens e Juventudes.



A concepção de Extensão Universitária que orienta o curso está em consonância com a Política de Extensão da UFFS (Resolução nº 04/2017 – CONSUNI/CPPGEC) que concebe a extensão como um processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável. A extensão é compreendida como um processo acadêmico-pedagógico que contribui para o aprendizado e formação dos estudantes. Nesse sentido, a extensão visa promover ações voltadas para a cidadania e inclusão social, por meio de programas e projetos que possibilitem a produção e disseminação do conhecimento científico e a formação do profissional cidadão.

Seguindo esses princípios, o curso estimulará a participação dos acadêmicos em projetos e programas de extensão vinculados às ciências sociais, contribuindo assim para a reflexão do estudante sobre os conceitos e teorias aprendidos em sala em relação com os fenômenos sociais observados nestas atividades.

Por meio da articulação entre ensino pesquisa extensão, o acadêmico deve perceber que sua participação em qualquer uma das atividades desse tripé deve ser acompanhada de rigor metodológico e epistemológico para que se caracterize como produção intelectual, integrando a teoria acumulada às atividades praticadas, diferenciando-as de meras técnicas supostamente neutras. É a partir do comprometimento do curso com uma prática pedagógica articuladora das atividades fins da Universidade que se torna possível formar um profissional e trabalhador crítico na análise e na intervenção social.

O tripé ensino pesquisa extensão, dessa forma, está sempre presente no curso, cada um ao desenvolver sua prática pedagógica específica, se diferenciam e se reintegram em cada atividade. O bom desenvolvimento de uma prática não é obstáculo para a outra, mas uma potencialização.



12 PERFIL DOCENTE (competências, habilidades, comprometimento, entre outros) E PROCESSO DE QUALIFICAÇÃO

O curso de bacharelado em Ciências Sociais tem como objetivo promover a sólida formação nas áreas do conhecimento das Ciências Sociais (Antropologia, Ciência Política e Sociologia), formando indivíduos com capacidade de análise crítica e encorajando-os a desenvolverem novas aptidões, além do estímulo ao desenvolvimento das competências próprias de cada um.

O projeto de construção do curso envolveu a definição de um perfil docente para atuação no mesmo, levando em conta os estudos acerca da demanda da comunidade regional sobre este bacharelado e o próprio projeto da Universidade Federal da Fronteira Sul. Espera-se que as/os docentes do curso de bacharelado em Ciências Sociais promovam uma formação aprofundada, crítica e de qualidade, pautada nos princípios científicos e de excelência acadêmica que configuraram historicamente os cursos de Ciências Sociais nas IES públicas do Brasil. Além disso, espera-se das/dos docentes do curso o comprometimento com o desenvolvimento regional e fortalecimento da pesquisa na área de Ciências Sociais.

Nesse sentido, as/os docentes do curso devem promover em suas ações de ensino, pesquisa e extensão discussões sobre a realidade local e sua conexão com os contextos nacional e internacional, amparados nos pressupostos teórico-metodológicos das Ciências Sociais e tendo como horizonte o papel fundamental das instituições de ensino e pesquisa para o fortalecimento da cidadania plena e o desenvolvimento político, econômico e cultural do país.

A formação continuada e qualificação do corpo docente será realizada a partir das seguintes ações e instâncias: Reuniões, seminários e encontros de formação pedagógica promovidos pelo Colegiado do Curso. Cabe ainda ao Colegiado, a inserção e promoção de atividades específicas de formação com novos docentes; Incentivo à participação de docentes em eventos científicos na área das Ciências Sociais; Incentivo à formação de grupos de estudo e pesquisa relacionados às Ciências Sociais, desenvolvendo temas de interesse de discentes e docentes; Incentivo à participação em ações do Núcleo de Apoio Pedagógico (NAP); e Incentivo à qualificação, apoiando a participação de docentes em estágios pós-doutorais e à conclusão dos cursos de doutorado em andamento.



13 QUADRO DE PESSOAL DOCENTE

13.1 Docentes do *Campus* Laranjeiras do Sul que atuam no curso

Domínio/CCR	Professor	Tit.	Reg. Trab	Súmula do Currículo Vitae
1ª FASE				
Comum/ Informática Básica	Diego dos Santos	Mestre	40h DE	Graduação: Agronomia (UNIOESTE) Mestrado: Engenharia Agrícola (UNIOESTE) Doutorado: Agroecossistemas – <i>em andamento</i> (UFSC)
Comum/ Produção Textual Acadêmica	Christiane Maria Nunes de Souza	Doutora	40h DE	Graduação: Letras – Língua e Literatura de Língua Inglesa (UFSC) Mestrado: Linguística (UFSC) Doutorado: Linguística (UFSC)
Comum/ Introdução à Filosofia	Joaquim Gonçalves da Costa	Doutor	40h DE	Graduação: Filosofia (PUC-PR); Tecnologia em Gestão Pública (IFPR) Mestrado: Educação (UFPR) Doutorado: Políticas Públicas e Formação Humana (UERJ)
Conexo/ Educação Inclusiva	Professor/a à contratar			
Específico/ Introdução à Antropologia	Cristiano Augusto Durat	Doutor	40h DE	Graduação: História (UNICENTRO) Mestrado: História (UPF) Doutorado: História – (UFSC)
Específico/ Introdução à Ciência Política	Felipe Mattos Monteiro	Doutor	40H DE	Graduação: Ciências Sociais – Bacharelado (UFSC) Mestrado: Sociologia Política (UFSC) Doutorado: Sociologia (USP)
Específico/ Introdução à Sociologia	Felipe Mattos Monteiro	Doutor	40H DE	Graduação: Ciências Sociais – Bacharelado (UFSC) Mestrado: Sociologia Política (UFSC) Doutorado: Sociologia (USP)
2ª FASE				
Comum/ História da Fronteira Sul	Fábio Pontarolo	Doutor	40H DE	Graduação: História (UNICENTRO) Mestrado: História (UFPR) Doutorado: História (UNIOESTE)
Conexo/ Economia Política	Elemar do Nascimento Cezimbra	Mestre	40H DE	Graduação: Filosofia (FAFIMC) Mestrado: Desenvolvimento Regional (UFPR)



Domínio/CCR	Professor	Tit.	Reg. Trab.	Súmula do Currículo Vitae
				Doutorado: Desenvolvimento Rural Sustentável – <i>em andamento</i> (UNIOESTE)
Específico/ Sociologia I	Siomara Aparecida Marques	Doutora	40H DE	Graduação: Ciências Sociais – Bacharelado/Licenciatura (UFSC) Mestrado: Sociologia Política (UFSC) Doutorado: Sociologia Política (UFSC)
Específico/ Teoria Política I	Mariano Luis Sánchez	Mestre	40H DE	Graduação: Relações Internacionais (UNR) Mestrado: Ciência Política (UNICAMP) Doutorado: História, Poder e Práticas Sociais – <i>em andamento</i> (UNIOESTE)
Específico/ Antropologia I	Fernanda Marcon	Doutora	40H DE	Graduação: Licenciatura e Bacharelado em Ciências Sociais (UFPR) Mestrado: Antropologia Social (UFSC) Doutorado: Antropologia Social (UFSC)
3ª FASE				
Comum/ Iniciação à Prática Científica	Liria Ângela Andrioli	Doutora	40H DE	Graduação: Filosofia (UNIJUÍ) Mestrado: Educação nas Ciências (UNIJUÍ) Doutorado: Educação nas Ciências (UNIJUÍ)
Específico/ Pensamento Social no Brasil	Siomara Aparecida Marques	Doutora	40H DE	Graduação: Ciências Sociais – Bacharelado/Licenciatura (UFSC) Mestrado: Sociologia Política (UFSC) Doutorado: Sociologia Política (UFSC)
Específico/ Sociologia II	Felipe Mattos Monteiro	Doutor	40H DE	Graduação: Ciências Sociais – Bacharelado (UFSC) Mestrado: Sociologia Política (UFSC) Doutorado: Sociologia (USP)
Específico/ Antropologia II	Fernanda Marcon	Doutora	40H DE	Graduação: Licenciatura e Bacharelado em Ciências Sociais (UFPR) Mestrado: Antropologia Social (UFSC) Doutorado: Antropologia Social (UFSC)
Específico/ Teoria Política II	Mariano Luis	Mestre	40H DE	Graduação: Relações Internacionais (UNR)



Domínio/CCR	Professor	Tit.	Reg. Trab.	Súmula do Currículo Vitae
	Sánchez			Mestrado: Ciência Política (UNICAMP) Doutorado: História, Poder e Práticas Sociais – <i>em andamento</i> (UNIOESTE)
4ª FASE				
Comum/ Estatística Básica	Diego dos Santos	Mestre	40H DE	Graduação: Agronomia (UNIOESTE) Mestrado: Engenharia Agrícola (UNIOESTE) Doutorado: Agroecossistemas – <i>em andamento</i> (UFSC)
Comum/ Direitos e Cidadania	Nádia Teresinha da Mota Franco	Mestre	40H DE	Graduação: Direito: Ciências Jurídicas e Sociais (UNISINOS) Mestrado: Integração Latino-Americana: Direito da Integração (UFSC) Doutorado: Direito – <i>em andamento</i> (PUC-PR)
Específico/ Sociologia III	Felipe Mattos Monteiro	Doutor	40H DE	Graduação: Ciências Sociais – Bacharelado (UFSC) Mestrado: Sociologia Política (UFSC) Doutorado: Sociologia (USP)
Específico/ Antropologia III	Fernanda Marcon	Doutora	40H DE	Graduação: Licenciatura e Bacharelado em Ciências Sociais (UFPR) Mestrado: Antropologia Social (UFSC) Doutorado: Antropologia Social (UFSC)
Específico/ Teoria Política III	Siomara Aparecida Marques	Doutora	40H DE	Graduação: Ciências Sociais – Bacharelado/Licenciatura (UFSC) Mestrado: Sociologia Política (UFSC) Doutorado: Sociologia Política (UFSC)
5ª FASE				
Específico/ Epistemologia das Ciências Sociais	Siomara Aparecida Marques	Doutora	40H DE	Graduação: Ciências Sociais – Bacharelado/Licenciatura (UFSC) Mestrado: Sociologia Política (UFSC) Doutorado: Sociologia Política (UFSC)
Específico/ Antropologia da Política	Fernanda Marcon	Doutora	40H DE	Graduação: Licenciatura e Bacharelado em Ciências Sociais (UFPR) Mestrado: Antropologia Social (UFSC)



Domínio/CCR	Professor	Tit.	Reg. Trab.	Súmula do Currículo Vitae
				Doutorado: Antropologia Social (UFSC)
Específico/ Pensamento Social Latino Americano	Mariano Luis Sanchez	Mestre	40H DE	Graduação: Relações Internacionais (UNR) Mestrado: Ciência Política (UNICAMP) Doutorado: História, Poder e Práticas Sociais – <i>em andamento</i> (UNIOESTE)
Específico/ Teoria dos Movimentos Sociais	Elemar do Nascimento Cezimbra	Mestre	40H DE	Graduação: Filosofia (FAFIMC) Mestrado: Desenvolvimento Regional (UFPR) Doutorado: Desenvolvimento Rural Sustentável – <i>em andamento</i> (UNIOESTE)
Específico/Optativa I	A definir			
6ª FASE				
Específico/ Política Brasileira	Mariano Luis Sanchez	Mestre	40H DE	Graduação: Relações Internacionais (UNR) Mestrado: Ciência Política (UNICAMP) Doutorado: História, Poder e Práticas Sociais – <i>em andamento</i> (UNIOESTE)
Específico/ Estado e políticas públicas	Joaquim Gonçalves da Costa	Doutor	40H DE	Graduação: Filosofia (PUC-PR); Tecnologia em Gestão Pública (IFPR) Mestrado: Educação (UFPR) Doutorado: Políticas Públicas e Formação Humana (UERJ)
Específico/ Metodologia de Pesquisa das Ciências Sociais	Felipe Mattos Monteiro	Doutor	40H DE	Graduação: Ciências Sociais – Bacharelado (UFSC) Mestrado: Sociologia Política (UFSC) Doutorado: Sociologia (USP)
Específico/ Estatística Aplicada às Ciências Sociais	Felipe Mattos Monteiro	Doutor	40H DE	Graduação: Ciências Sociais – Bacharelado (UFSC) Mestrado: Sociologia Política (UFSC) Doutorado: Sociologia (USP)
Específico/ Optativa II	A definir			
7ª FASE				
Específico/ Economia Brasileira Contemporânea	Marisela Garcia Hernandez	Mestre	40H DE	Graduação: Economia (UNAM); Licenciatura em Terapia Física (Sistema Nacional para La Integración de



Domínio/CCR	Professor	Tit.	Reg. Trab	Súmula do Currículo Vitae
				La Familia - DIF) Mestrado: Desenvolvimento Econômico (UFPR) Doutorado: Economia (UNICAMP) em andamento
Específico/Relações Internacionais	Mariano Luis Sanchez	Mestre	40H DE	Graduação: Relações Internacionais (UNR) Mestrado: Ciência Política (UNICAMP) Doutorado: História, Poder e Práticas Sociais – <i>em andamento</i> (UNIOESTE)
Específico/Estudos de Gênero	Siomara Aparecida Marques	Doutora	40H DE	Graduação: Ciências Sociais – Bacharelado/Licenciatura (UFSC) Mestrado: Sociologia Política (UFSC) Doutorado: Sociologia Política (UFSC)
Específico/Cultura Comunicação e Sociedade	Christiane Maria Nunes de Souza	Doutora	40H DE	Graduação: Letras – Língua e Literatura de Língua Inglesa (UFSC) Mestrado: Linguística (UFSC) Doutorado: Linguística (UFSC)
Específico/Optativa III	A definir			
Específico/TCC I	Siomara Aparecida Marques	Doutora	40H DE	Graduação: Ciências Sociais – Bacharelado/Licenciatura (UFSC) Mestrado: Sociologia Política (UFSC) Doutorado: Sociologia Política (UFSC)
8ª FASE				
Específico/Desenvolvimento Territorial	Fábio Luiz Zeneratti	Doutor	40H DE	Graduação: Geografia (UEM) Mestrado: Geografia (UEL) Doutorado: Geografia (UEL)
Específico/Sociologia Rural	Elemar do Nascimento Cezimbra	Mestre	40H DE	Graduação: Filosofia (FAFIMC) Mestrado: Desenvolvimento Regional (UFPR) Doutorado: Desenvolvimento Rural Sustentável – <i>em andamento</i> (UNIOESTE)
Específico/Estudos pós-coloniais e decoloniais	Fernanda Marcon	Doutora	40H DE	Graduação: Licenciatura e Bacharelado em Ciências Sociais (UFPR) Mestrado: Antropologia Social



Domínio/CCR	Professor	Tit.	Reg. Trab	Súmula do Currículo Vitae
				(UFSC) Doutorado: Antropologia Social (UFSC)
Específico/ Sociologia do Desenvolvimento	Siomara Aparecida Marques	Doutora	40H DE	Graduação: Ciências Sociais – Bacharelado/Licenciatura (UFSC) Mestrado: Sociologia Política (UFSC) Doutorado: Sociologia Política (UFSC)
Específico/ Laudos Antropológicos e Consultoria Socioambiental	Fernanda Marcon	Doutora	40H DE	Graduação: Licenciatura e Bacharelado em Ciências Sociais (UFPR) Mestrado: Antropologia Social (UFSC) Doutorado: Antropologia Social (UFSC)
Específico/ TCC II	Felipe Mattos Monteiro	Doutor	40H DE	Graduação: Ciências Sociais – Bacharelado (UFSC) Mestrado: Sociologia Política (UFSC) Doutorado: Sociologia (USP)



14 INFRAESTRUTURA NECESSÁRIA AO CURSO

As bibliotecas da UFFS têm o compromisso de oferecer o acesso à informação a toda a comunidade universitária para subsidiar as atividades de ensino, pesquisa e extensão. Vinculadas à Coordenação Acadêmica do seu respectivo *campus*, as bibliotecas estão integradas e atuam de forma sistêmica.

A Divisão de Bibliotecas (DBIB), vinculada à Pró-Reitoria de Graduação, fornece suporte às bibliotecas no tratamento técnico do material bibliográfico e é responsável pela gestão do Portal de Periódicos, Portal de Eventos e do Repositório Digital, assim como fornece assistência editorial às publicações da UFFS (registro, ISBN e ISSN) e suporte técnico ao Sistema de Gestão de Acervos (Pergamum). Cada uma das unidades tem em seu quadro um ou mais bibliotecários, com a responsabilidade de garantir que todos os serviços de atendimento à comunidade, em cada um dos *campi*, sejam oferecidos de forma consonante à “Carta de Serviços aos Usuários”, assumindo o compromisso da qualidade na prestação de todos os seus serviços.

A DBIB tem por objetivo a prestação de serviços para as bibliotecas da Instituição, visando: articular de forma sistêmica a promoção e o uso de padrões de qualidade na prestação de serviços, com o intuito de otimizar recursos de atendimento para que os usuários utilizem o acervo e os serviços com autonomia e eficácia; propor novos projetos, programas, produtos e recursos informacionais que tenham a finalidade de otimizar os serviços ofertados em consonância com as demandas dos cursos de graduação e pós-graduação, atividades de pesquisa e extensão.

Atualmente a UFFS dispõe de seis bibliotecas, uma em cada *campus*. Os serviços oferecidos são: consulta ao acervo; empréstimo, reserva, renovação e devolução; empréstimo entre bibliotecas; empréstimo interinstitucional; empréstimos de notebooks; acesso à internet wireless; acesso à internet laboratório; comutação bibliográfica; orientação e normalização de trabalhos; catalogação na fonte; serviço de alerta; visita guiada; serviço de disseminação seletiva da informação; divulgação de novas aquisições; capacitação no uso dos recursos de informação; assessoria editorial.

As bibliotecas da UFFS também têm papel importante na disseminação e preservação da produção científica institucional a partir do trabalho colaborativo com a DBIB no uso de plataformas instaladas para o Portal de Eventos, Portal de Periódicos e Repositório Institucional, plataformas que reúnem os anais de eventos, periódicos



eletrônicos, trabalhos de conclusão de cursos (monografias, dissertações, etc.) e os documentos digitais gerados no âmbito da UFFS.

Com relação à ampliação do acervo, são adquiridas anualmente as bibliografias básica e complementar dos cursos de graduação e dos programas de pós-graduação em implantação, no formato impresso e outras mídias, em número de exemplares conforme critérios estabelecidos pelo MEC.

A UFFS integra o rol das instituições que acessam o Portal de Periódicos da CAPES que oferece mais de 33 mil publicações periódicas internacionais e nacionais, e-books, patentes, normas técnicas e as mais renomadas publicações de resumos, cobrindo todas as áreas do conhecimento. Integra, ainda, a Comunidade Acadêmica Federada (CAFe), mantida pela Rede Nacional de Ensino (RNP), cujos serviços oferecidos contemplam o acesso a publicações científicas, redes de dados de instituições de ensino e pesquisa brasileiras, atividades de colaboração e de ensino a distância.

14.1 Laboratórios

O curso de Ciências Sociais – Bacharelado conta com um laboratório para o desenvolvimento de suas atividades de ensino, pesquisa e extensão: o Laboratório de Ciências Humanas. Esse Laboratório é compartilhado com os outros cursos de graduação ofertado no campus de Laranjeiras do Sul.

LABORATÓRIO DE CIÊNCIAS HUMANAS	
Professores Responsáveis: Fernanda Marcon - Siape 1150949	
Técnico Responsável: Evertom Licoviski - Siape 2390689	
Alunos por turma: 25	
Área: 58,07 m ²	Localização: Bloco 3 Laboratórios
Quantidade	Descrição
1	O Laboratório de Ciências Humanas congrega diretamente todos os envolvidos no Curso de Graduação em Ciências Sociais – Bacharelado. Esse laboratório funciona com a colaboração de diversos professores que, partilhando saberes, constroem, a partir de experiências e pesquisas, novos conhecimentos com vistas à reflexão e às mudanças na prática cotidiana educacional.



	<p>A expectativa, então, quanto ao Laboratório de Ciências Humanas é que os indivíduos, por meio de grupos de estudos e de pesquisa, aprofundem metodologias e técnicas educacionais que contribuam para sua formação enquanto pesquisadores preocupados com os problemas políticos, culturais, econômicos e sociais, objetos de interesse da sociologia.</p>
--	---

14.2 Sala de Aulas

O campus conta com o Bloco A que abriga todas as salas de aulas teóricas disponíveis aos 11 cursos de graduação. Não existem salas exclusivas de cada curso, assim, as aulas de um determinado curso podem ser alocadas em qualquer uma delas.

No total, são 16 salas de aula que se encontram nos Pisos 2 (2 salas), 3 (8 salas) e 4º (6 salas) do Bloco Didático A. Todas as salas possuem características construtivas semelhantes, bem como disposição de mobiliário, havendo apenas mudança na orientação de suas janelas, sendo esta sul ou norte com persianas e telas mosquiteiros. As salas de aula possuem 64,03 m² (salas nos cantos) e 62,92 m² (salas centrais). Todas são feitas em alvenaria com revestimento em pintura branca, possuem revestimento do piso com cerâmica, não possuem forro, possuem janelas com persianas e nas paredes opostas existem janelas altas para circulação de ar, além de iluminação direta por meio de luminárias com lâmpadas fluorescentes suficientes a prática das aulas.

Quanto ao mobiliário, as salas são equipadas com quadro branco, projetor multimídia, mesa com cadeira para professor e 53 carteiras (6 para canhoto, 1 para portador de obesidade e 46 para destros) além de 1 posição destinada a PNE's cadeirante. Ainda neste bloco há duas salas destinadas para o estudo individual ou coletivo dos estudantes. Existe, ainda, uma sala de aula com características construtivas semelhantes as citadas, porém com dimensões diferentes. Esta sala (306) possui 126,95 m² e destina-se as disciplinas que usam pranchetas de desenho em suas aulas. Ela possui um quadro verde (para giz), mesa e cadeira para professor e 41 pranchetas de desenho nas dimensões 80 cm x 60 cm com régua paralelas com cadeira.



14.3 Salas de professores

O espaço destinado aos gabinetes de trabalho dos professores, possui dois andares, nos quais estão disponíveis 51 gabinetes com 13,87 m² cada, sendo que cada um deles abriga 2 professores, totalizando 102 posições de trabalho. Este edifício conta, ainda, com sala de recepção com escaninhos, sala de apoio, auditório, sala de reuniões, sala de convivência, copa e sanitários masculino e feminino nos 2 andares. Todos os docentes têm disponível mobília individual em suas salas, sendo: 1 mesa “L” 1,40 m x 1,40 m, um armário alto, um gaveteiro baixo, cadeira giratória com braço e 2 cadeiras para realizar atendimentos. Cada sala possui um ramal telefônico, 1 (um) aparelho de ar condicionado, acesso a rede *wireless* e possuem pontos de acesso a rede por cabo. As impressoras são compartilhadas, sendo disponibilizadas 2 (duas) em cada andar. Além desta, tem (uma) impressora disponível para os docentes na sala de materiais, alocada no segundo andar do bloco. A conservação e limpeza são realizadas por duas funcionárias terceirizadas, que ficam alocadas para este serviço neste bloco. A iluminação, acústica e ventilação são adequadas, sendo que todas as salas possuem janelas nas orientações sul ou norte com brises, iluminação feita por luminárias com lâmpadas fluorescentes cortinas e ar-condicionado. No quesito acessibilidade, o bloco possui rampas de acesso e 1 (um) elevador interno.

14.4 Condições de Acessibilidade para Pessoas com Deficiências e/ou Mobilidade Reduzida

A UFFS, em sua estrutura administrativa, tem um Núcleo de Acessibilidade, composto por uma Divisão de Acessibilidade vinculada à Diretoria de Políticas de Graduação (DPGRAD) e os Setores de Acessibilidade dos *campi*. O Núcleo tem por finalidade atender servidores e estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação quanto ao seu acesso e permanência na universidade, podendo desenvolver projetos que atendam a comunidade regional. O Núcleo de Acessibilidade da UFFS segue o que está disposto em seu Regulamento, Resolução Nº 6/2015 – CONSUNI/CGRAD (disponível em http://www.uffs.edu.br/images/soc/Resoluo_n_6-2015_-_CONSUNI-CGRAD_-



_Regulamento_do_Ncleo_de_Acessibilidade.pdf). Com o objetivo de ampliar as oportunidades para o ingresso e a permanência nos cursos de graduação e pós-graduação, assim como o ingresso e a permanência dos servidores, foi instituída a Política de Acesso e Permanência da Pessoa com Deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento e Altas Habilidades/Superdotação da UFFS. Tal política foi aprovada pela Resolução Nº 4/2015 – CONSUNI/CGRAD.¹⁶

Buscando fortalecer e potencializar o processo de inclusão a acessibilidade, a UFFS, tem desenvolvido ações que visam assegurar as condições necessárias para o ingresso, a permanência, a participação e a aprendizagem dos estudantes, público-alvo da educação especial, na instituição. Assim, apresenta-se a seguir, as ações desenvolvidas na instituição e que promovem a acessibilidade física, pedagógica, de comunicação e informação:

1) Acessibilidade Arquitetônica

- Construção de novos prédios de acordo com a NBR9050 e adaptação/reforma nos prédios existentes, incluindo áreas de circulação, salas de aula, laboratórios, salas de apoio administrativo, biblioteca, auditórios, banheiros, etc.;
- Instalação de bebedouros com altura acessível para usuários de cadeira de rodas;
- Estacionamento com reserva de vaga para pessoa com deficiência;
- Disponibilização de sinalização e equipamentos para pessoas com deficiência visual;
- Organização de mobiliários nas salas de aula e demais espaços da instituição de forma que permita a utilização com segurança e autonomia;
- Projeto de comunicação visual para sinalização das unidades e setores.

2) Acessibilidade Comunicacional

- Tornar acessível as páginas da UFFS na internet (em andamento);
- Presença em sala de aula de Tradutor e Intérprete de LIBRAS nos cursos de graduação, que há estudante(s) matriculado(s) com surdez e nos eventos institucionais;
- Empréstimo de equipamentos com tecnologia assistiva.

16 Disponível em http://www.uffs.edu.br/images/soc/Resoluo_n_4-2015_-_CONSUNI-CGRAD_-_Institui_a_Politica_de_Acessibilidade_da_UFFS.pdf



3) Acessibilidade Programática

- Criação e implantação do Núcleo e Setores de Acessibilidade;
- Elaboração da Política de Acesso e Permanência da pessoa com deficiência, transtorno globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação;
- Oferta da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, como componente curricular obrigatório no curso de bacharelado;
- Oferta de bolsas para estudantes atuar no Núcleo ou Setores de Acessibilidade;
- Oferta de capacitação para os servidores;

4) Acessibilidade Metodológica

- Orientação aos coordenadores de curso e professores sobre como organizar a prática pedagógica diante da presença de estudantes com deficiência;
- Disponibilização antecipada, por parte dos professores para o intérprete de LIBRAS, do material/conteúdo a ser utilizado/ministrado em aula;
- Envio de material/conteúdo em slides para o estudante surdo com, pelo menos, um dia de antecedência;
- Presença em sala de aula de Tradutor e Intérprete de LIBRAS nos cursos de graduação, no qual há estudante(s) matriculado(s) com surdez. Além de fazer a tradução e interpretação dos conteúdos em sala de aula, o tradutor acompanha o estudante em atividades como visitas a empresas e pesquisas de campo; realiza a mediação nos trabalhos em grupo; acompanha as orientações com os professores; acompanha o(s) acadêmico(s) surdo(s) em todos os setores da instituição; traduz a escrita da estrutura gramatical de LIBRAS para a língua portuguesa; acompanha o(s) acadêmico(s) em orientações de estágio com o professor-orientador e na instituição concedente do estágio; em parceria com os professores, faz orientação educacional sobre as áreas de atuação do curso; promove interação do aluno ouvinte com o aluno surdo; orienta os alunos ouvintes sobre a comunicação com o estudante surdo; grava vídeos em LIBRAS, do conteúdo ministrado em aula, para que o estudante possa assistir em outros momentos e esclarece as dúvidas do conteúdo da aula;



- Adaptação de material impresso para áudio ou braille para os estudantes com deficiência visual;
- Empréstimo de notebooks com programas leitores de tela e gravadores para estudantes com deficiência visual;
- Disponibilização de apoio acadêmico.

5) Acessibilidade Atitudinal

- Realização de contato com os familiares para saber sobre as necessidades;
- Promoção de curso de Capacitação em LIBRAS para servidores, com carga horária de 60h, objetivando promover a comunicação com as pessoas Surdas que estudam ou buscam informações na UFFS;
- Orientação aos professores sobre como trabalhar com os estudantes com deficiência;
- Realização de convênios e parcerias com órgãos governamentais e não-governamentais.
- Participação nos debates locais, regionais e nacional sobre a temática.

6) Acessibilidade da arquitetura no campus

Quanto a acessibilidade da arquitetura no campus, citamos que há piso tátil no Bloco A, onde ocorrem as aulas, no Bloco docentes/administrativo, no Restaurante Universitário e nos blocos de laboratórios. No Bloco A e Bloco docente/administrativo, há elevador específico, bem como rampas de acesso destinadas a cadeirantes e pessoas com mobilidade reduzida. No espaço da biblioteca há mesa rebaixada e no Restaurante Universitário há local específico para acesso de cadeirantes. Ainda, nas salas de aula, há mesa específica para cadeirantes.

14.5 Demais itens

Atualmente o *Campus* Laranjeiras do Sul está lotado em espaço próprio denominado *campus* definitivo. No *campus*, nas áreas externas há caminhos podotáteis, a circulação pelo *campus* pode ser realizada toda em nível, em alguns pontos, devido ao



uso de rampas para vencer diferenças de cotas. Possui paradas de ônibus e cruzamentos de vias com faixas elevadas todos em nível e caminho tátil sobre as calçadas. Ainda, existem vagas de estacionamento exclusivas para PCD, idosos e gestantes. Em relação às edificações, no *campus* o Bloco A tem 4 pavimentos e possui acesso em nível a todos os pavimentos através de elevadores, possui caminhos podotáteis, 1 BWC masc. PCD e 1 BWC fem. PCD em cada um dos 4 pavimentos; o Bloco dos Professores tem 2 pavimentos mas permite acesso em nível a todos os pavimentos através de elevador, possui caminhos podotáteis, 1 BWC masc. PCD e 1 BWC fem. PCD em cada um dos 2 pavimentos além de 1 vestiário unissex adaptado PCD no térreo, possui placas em braile identificando as salas; os Pavilhões de Laboratórios são formados por 3 pavilhões, todos térreos, portanto com acesso em nível a todas instalações, possui caminhos podotáteis, 1 BWC masc. PCD e 1 BWC fem. PCD em cada um dos 3 pavilhões, bebedouro adaptado; o Restaurante Universitário por ser térreo possui acesso em nível a todas as suas instalações, possui caminhos podotáteis, 1 BWC masc. PCD e 1 BWC fem. PCD na entrada do refeitório e um 1 BWC masc. PCD e 1 BWC fem. PCD na saída do refeitório, bebedouro adaptado, mobiliário do refeitório condizente com o uso por parte de PCD.



15 ANEXOS

ANEXO I - REGULAMENTO DAS ATIVIDADES CURRICULARES COMPLEMENTARES

CAPÍTULO I

SEÇÃO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º As Atividades Curriculares Complementares constituem ações que visam à complementação do processo ensino e aprendizagem, sendo desenvolvidas ao longo do Curso de Ciências Sociais – Bacharelado, *Campus* Laranjeiras, com carga horária de 210 horas.

Parágrafo único. As ACCs constituem mecanismo de aproveitamento dos conhecimentos adquiridos pelo estudante, por meio de estudos e práticas independentes, presenciais ou à distância, realizadas na Universidade ou em outros espaços formativos, sendo consideradas obrigatórias para a integralização do currículo.

Art. 2º Enquanto requisito obrigatório as ACCs respondem ao princípio da flexibilidade, pelo qual o estudante tem a oportunidade de decidir sobre uma parte do currículo, sendo ordenadas por duas legislações específicas: pela determinação constante na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/1996, a qual estabelece em seu artigo 3º a “valorização da experiência extra-classe” e, também, pelo que estabelecem as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Ciências Sociais - bacharelado.

SEÇÃO II

DA ORGANIZAÇÃO DAS ATIVIDADES CURRICULARES COMPLEMENTARES

Art 3º Serão consideradas Atividades Curriculares Complementares as atividades



constantes nas tabelas abaixo, divididas por eixos. Essa tabela servirá de apoio à Comissão de Análise e Validação de ACC – que é indicada no Colegiado do Curso.

ENSINO			
Tipos de Atividade	Atividades que se enquadram neste item	Formas de comprovação das atividades	Carga horária atribuída
Disciplina presencial ou a distância (em adição a grade curricular)	Disciplina facultativa, cursada com aproveitamento, na UFFS ou em outra instituição de ensino superior, em curso devidamente reconhecido pelo MEC	Histórico escolar ou declaração da instituição	15 horas por disciplina respeitando o teto de 30 horas para o total de atividades deste tipo.
Elaboração de material didático	Elaboração de material didático em projeto de pesquisa, ensino, extensão, monitoria ou outra atividade sob supervisão de professor do curso	Declaração do professor orientador/supervisor com carga horária da atividade	21 horas por material didático
Leitura e estudos orientados fora do CCR	Estudo orientado por um professor do curso	Declaração do professor orientador/supervisor com carga horária da atividade	Carga horária atribuída na declaração
Monitoria	Atividades de monitoria em disciplinas de graduação ou programa institucional	Certificado ou Declaração do professor orientador/supervisor com carga horária da atividade	Carga horária atribuída no certificado ou declaração
Participação em eventos	Voluntário na organização de evento	Certificado emitido pelo evento	Carga horária atribuída no certificado ou carga horária total do evento
	Ministrar oficina, minicurso, sala temática	Certificado emitido pelo evento	Carga horária atribuída no certificado



ENSINO			
Tipos de Atividade	Atividades que se enquadram neste item	Formas de comprovação das atividades	Carga horária atribuída
	Ouvinte em eventos de ensino/capacitação	Certificado ou declaração do órgão responsável pela capacitação	Carga horária atribuída no certificado ou declaração
Participação e/ou desenvolvimento de projeto de ensino	Programas Institucionais de iniciação à docência	Declaração do professor orientador/supervisor com carga horária da atividade	Carga horária atribuída na declaração
	Projeto de Ensino	Certificado ou Declaração do professor orientador/supervisor com carga horária da atividade	Carga horária atribuída no certificado ou declaração

EXTENSÃO			
Tipos de atividades do eixo	Atividades que se enquadram neste item	Formas de comprovação	Quantidade de horas atribuídas
Ações de caráter científico, técnico, cultural e comunitário	Representação estudantil (colegiado da Graduação, Conselho de Campus, Conselhos Superiores, Centro Acadêmico, DCE, UNE, outros)	Atas ou documentos similares que atestem a nomeação e a exoneração do mandato, emitidas pelo órgão colegiado competente.	30 horas por ano de mandato, respeitando o teto de 60 h para o total de atividades deste tipo.
	Participação de Mostra de Talentos	Certificado emitido pelo evento	10 horas ou carga horária atribuída no certificado
	Produção ou participação na produção de objetos artísticos (oficinas, vídeos, artes plásticas, curadoria, literatura, artes performáticas, música,...)	Certificado emitido pelo evento	20 horas por produção ou carga horária atribuída no certificado
	Participação em	Certificado emitido	Carga horária



EXTENSÃO			
Tipos de atividades do eixo	Atividades que se enquadram neste item	Formas de comprovação	Quantidade de horas atribuídas
	oficinas, cursos ou mini-cursos relacionados a manifestações artísticas e culturais.	pelo evento	atribuída no certificado
Apresentação em congressos, seminário, exposição em outros eventos. Estágio não obrigatório	Comunicação Oral	Certificado emitido pelo evento	15h por Comunicação Oral
	Pôster	Certificado emitido pelo evento	15h por Pôster
	Atividades de estágios extracurricular correlatos ao curso	Documento emitido pela Unidade Concedente de Estágio que ateste a realização do estágio	100 horas por semestre de estágio
Organização de curso de extensão	Participação na organização de curso de extensão	Certificado emitido pelo Curso/setor de extensão com carga horária	Carga horária atribuída no certificado
Organização de eventos	Voluntário em evento	Certificado emitido pelo evento	Carga horária atribuída no certificado ou carga horária total do evento
	Ministrar oficina	Certificado emitido pelo evento	Carga horária atribuída no certificado
Participação em exposição, seminário, cursos de extensão/ outros eventos de extensão	Participação, como ouvinte, em mini-cursos, cursos de extensão, oficinas, colóquios, palestras e outros que sejam ligados A extensão	Certificado emitido pelo evento	Carga horária atribuída no certificado
Participação em projeto de extensão	Atividades de extensão com bolsa	Certificado ou Declaração do professor orientador/supervisor com carga horária da atividade	Carga horária atribuída no certificado ou declaração
	Atividades de	Certificado ou	Carga horária



EXTENSÃO			
Tipos de atividades do eixo	Atividades que se enquadram neste item	Formas de comprovação	Quantidade de horas atribuídas
	extensão sem bolsa.	declaração do professor orientador/supervisor com carga horária da atividade	atribuída no certificado ou declaração
Aprovação em teste de língua estrangeira	Aprovação em teste de proficiência em língua estrangeira	Comprovante de aprovação	3h por teste
Publicação de artigo completo em periódicos/revistas de extensão	Artigo completo em periódico com ISSN ou revista indexada	Cópia da Primeira página do artigo publicado	45h para cada artigo completo publicado
	Publicação de trabalhos completos em anais de eventos científicos	Cópia da Primeira página do trabalho publicado	20h para cada trabalho
Publicação de resumos de artigos	Publicação de resumos em anais de eventos científicos.	Cópia da Primeira página do trabalho publicado	15h para cada resumo

PESQUISA			
Tipos de atividades do eixo	Atividades que se enquadram neste item	Formas de comprovação	Quantidade de horas atribuídas
Ações de caráter científico, técnico, cultural e comunitário	Participação em defesa de Trabalho de Conclusão de Curso (graduação ou pós-graduação)	Cópia da lista de presença	1h por defesa
	Desenvolvimento de material informacional (divulgação científica)	Declaração do professor orientador/supervisor com carga horária da atividade e cópia do material	Carga horária atribuída na declaração
Apresentação em congressos, seminário, exposição em outros eventos	Comunicação oral	Certificado emitido pelo evento	15h por Comunicação Oral em Evento
	Pôster	Certificado emitido pelo evento	15h por Pôster em Evento



PESQUISA			
Tipos de atividades do eixo	Atividades que se enquadram neste item	Formas de comprovação	Quantidade de horas atribuídas
	Exposição de trabalho em feiras de ciências	Certificado emitido pelo evento	15h por exposição
Grupo de pesquisa	Participação em grupo de pesquisa	Certificado ou Declaração do professor orientador/supervisor com carga horária da atividade	Carga horária atribuída no certificado ou declaração
Iniciação Científica	PIBIC ou outro programa de iniciação científica, com ou sem bolsa	Certificado ou Declaração do professor orientador/supervisor com carga horária da atividade.	Carga horária atribuída no certificado ou declaração
Organização de eventos	Voluntário em evento	Certificado emitido pelo evento	Carga horária atribuída no certificado ou carga horária total do evento
	Ministrar oficina, sala temática, minicurso	Certificado emitido pelo evento	Carga horária atribuída no certificado
Participação e/ou desenvolvimento de projeto de pesquisa	Atividades de pesquisa com bolsa (UFFS, CNPq, Programa de Educação Tutorial)	Certificado ou Declaração do professor orientador/supervisor com carga horária da atividade	Carga horária atribuída no certificado ou declaração
	Atividades de pesquisa sem bolsa.	Certificado ou Declaração do professor orientador/supervisor com carga horária da atividade	Carga horária atribuída no certificado ou declaração
Publicação de artigo completo	Livro	Cópia da capa e ficha catalográfica	210h por livro
	Capítulo de livro	Cópia da capa e ficha catalográfica e primeira página do capítulo	45h por capítulo



PESQUISA			
Tipos de atividades do eixo	Atividades que se enquadram neste item	Formas de comprovação	Quantidade de horas atribuídas
	Artigo completo em periódico com ISSN ou revista indexada	Cópia da Primeira página do artigo publicado	45h para cada artigo completo publicado
	Publicação de trabalhos completos em anais de eventos científicos.	Cópia da Primeira página do trabalho publicado	21h para cada trabalho
Publicação de resumos de artigos	Publicação de resumos em anais de eventos científicos.	Cópia do resumo publicado	21h para cada resumo publicado

Parágrafo Único - O estudante deverá realizar Atividade Curricular Complementar nos três grandes “eixos” (Ensino, Pesquisa e Extensão), considerando no mínimo 21 horas de Ensino, 21 horas de Pesquisa e 21 horas de Extensão.

Art. 4º. Para validação das horas de ACC os estudantes deverão apresentar os documentos conforme discriminados na tabela acima.

Art. 5º Só serão validadas as ACC que foram realizadas no período em que o acadêmico estiver matriculado no curso de Ciências Sociais.

SEÇÃO III

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 5º. Os casos não previstos neste regulamento serão dirimidos inicialmente pelo Colegiado do Curso de Ciências Sociais – Bacharelado, *Campus* Laranjeiras do Sul.



ANEXO II - REGULAMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

CAPÍTULO I DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)

SEÇÃO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º – O Trabalho de Conclusão do Curso de Ciências Sociais – Bacharelado será regido por este Regulamento da Graduação da UFFS.

Art. 2º – O Trabalho de Conclusão de Curso do Curso de Ciências Sociais – Bacharelado será realizado a partir do 7º semestre letivo, compreendendo 6 créditos, cumprindo carga horária de 45 horas de aulas teóricas e 45 horas de pesquisa(90 horas), e no 8º semestre, com 8 créditos, cumprindo 20 horas teóricas e 100 horas de pesquisa (120 horas), totalizando 14 créditos e 210 horas.

SEÇÃO II DOS OBJETIVOS DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Art. 3º – O trabalho de Conclusão de Curso tem por objetivos:

- a) Desenvolver habilidades e competências na construção do conhecimento científico.
- b) Fomentar a iniciação científica dos acadêmicos com vistas a uma formação que articule teoria e prática.
- c) Sintetizar e aprofundar os conhecimentos adquiridos durante o curso e na profissionalização docente.
- d) Produzir e sistematizar conhecimento na área de Ciências Sociais.

SEÇÃO III DA ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Art. 4º – A realização do Trabalho de Conclusão de Curso é obrigatória a todos os estudantes do Curso de Ciências Sociais– Bacharelado.



Art. 5º – O TCC será desenvolvido pelo acadêmico e contará com o acompanhamento do professor orientador, do coordenador de TCC do curso Ciências Sociais e do professor responsável pelos componentes curriculares de TCC I e II.

Art. 6º – Em casos excepcionais o acadêmico poderá contar com um co-orientador. A inclusão do co-orientador ocorrerá por meio de comunicado enviado pelo orientador e pelo orientando à coordenação do curso e à coordenação de TCC. O co-orientador poderá ser externo à UFFS e deverá possuir formação em nível superior concluída.

Art. 7º – O trabalho de Conclusão de Curso será desenvolvido, individualmente, em dois semestres e compreenderá as seguintes etapas:

§1º – No 7º semestre o acadêmico definirá um tema e elaborará um projeto de pesquisa que será orientado por um professor da UFFS, preferencialmente do Curso de Ciências Sociais – Bacharelado.

§2º – O projeto de pesquisa deverá apresentar o seguinte roteiro:

- I – Introdução e justificativa;
- II – Objetivos (geral e específicos);
- III – Metodologia;
- IV – Revisão teórica;
- V – Cronograma de atividades;
- VI – Referências Bibliográficas;

§3º – No 7º semestre do curso o estudante contará com a orientação do professor orientador e o acompanhamento do professor responsável pelo componente de TCC II.

§4º No 8º semestre do curso o estudante submeterá o projeto de pesquisa a uma qualificação.

DO PROFESSOR RESPONSÁVEL PELO TCC



Art. 8º – São atribuições do professor responsável pelo componente curricular de TCC I e II:

I – Orientar os acadêmicos na construção teórica e metodológica da pesquisa conforme o Manual de Trabalhos Acadêmicos da UFFS;

II – Auxiliar os acadêmicos na elaboração dos trabalhos e encaminhamento aos professores orientadores.

III - Controlar a frequência dos acadêmicos matriculados nos componentes curriculares de TCC I e TCC II.

DO COORDENADOR DE TCC

Art. 9º – São atribuições do Coordenador de Trabalho de Conclusão do Curso:

I – Elaborar calendários de atividades relativas ao TCC, incluindo a apresentação dos trabalhos;

II – Convocar reuniões com orientandos e orientadores, quando for o caso;

III – Receber e encaminhar para a secretaria do curso a versão final do TCC;

IV – Registrar as notas finais dos TCCs no diário acadêmico;

V – Tomar as medidas necessárias para o cumprimento deste regulamento.

DO ORIENTADOR DE TCC

Art. 10º – São atribuições do professor orientador de TCC:

I – Orientar os acadêmicos até a apresentação final do TCC;

II – Providenciar, com a ciência dos orientandos, a relação dos membros que integrarão a banca avaliadora;

III – Presidir as bancas de apresentação de TCCs dos acadêmicos que orientou;

IV – Incentivar os acadêmicos a publicar os resultados da pesquisa em diferentes meios de divulgação do conhecimento científico e, quando for do interesse, na própria comunidade sobre a qual o TCC foi desenvolvido.

DO ACADÊMICO DE TCC

Art. 11 – São atribuições do acadêmico:



- I – Seguir as orientações e cumprir o cronograma de atividades do professor responsável e do orientador;
- II – Participar de todas as reuniões convocadas pelo professor do componente curricular, pelo orientador ou pelo coordenador do curso;
- III – Executar o projeto e elaborar a versão final do TCC de acordo com o Manual de Trabalhos Acadêmicos da UFFS;
- IV – Cumprir os prazos de entrega de relatórios e do TCC;
- V – Entregar três cópias do TCC, encadernado em espiral, para a banca avaliadora;
- VI – Comparecer no dia e hora determinado para apresentação do TCC.

Art. 12. O Trabalho de Conclusão de Curso da UFFS deve, obrigatoriamente, integrar o Repositório Digital da UFFS, cabendo ao próprio estudante apresentar a documentação exigida junto ao setor responsável da Biblioteca do *Campus*.

Parágrafo único. Cabe à Biblioteca do *Campus* emitir documento comprobatório da entrega, para que o mesmo seja utilizado no processo de requerimento de diplomação (Conforme a Resolução nº 13/2016 – CONSUNI/CPPGEC).

SEÇÃO IV DO TCC E SUA APRESENTAÇÃO

Art. 13. A apresentação do Trabalho de Conclusão de Curso para a banca examinadora será organizada pelo professor orientador que entregará um cronograma com, no mínimo, 30 dias de antecedência aos estudantes e à banca.

Art. 14. Para apresentação do TCC cada acadêmico terá um tempo de 20 minutos para exposição e até 30 minutos para arguição.

Art. 15. A apresentação por parte do(a) acadêmico(a) perante a banca examinadora será aberta à participação do público;

Art. 16. A sessão de defesa do TCC poderá ocorrer em espaço externo à UFFS, desde que: (a) seja do interesse da instituição; (b) seja aprovado pelo colegiado do curso; (c) o



espaço escolhido tenha relação com o tema desenvolvido no TCC; (d) possibilite a participação da comunidade universitária;

SEÇÃO V DA AVALIAÇÃO DO TCC

Art. 17º – O Trabalho de Conclusão de Curso será avaliado por uma banca examinadora composta por três integrantes: orientador do trabalho e outros dois professores:

§ Único - A composição da banca examinadora, além da presença obrigatória do orientador, terá como segundo membro um professor da Universidade Federal da Fronteira Sul, cuja formação tenha afinidade com o tema, e, no caso do terceiro membro, a escolha se dará através de entendimento entre o/a orientador/a do Trabalho de Conclusão de Curso e a orientanda.

Art. 18º – A avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso pelos membros da banca será efetuada com base no trabalho escrito e na apresentação oral. No trabalho escrito serão considerados os seguintes itens: 1) Estrutura do texto (resumo, introdução, objetivos, método, referencial teórico, considerações finais, referências bibliográficas); 2) Coerência entre os objetivos, referencial teórico e método; 3) Uso da linguagem acadêmica; 4) Uso das normas do "Manual de Trabalhos Acadêmicos da UFFS". Na exposição oral serão analisados: 1) Estrutura; 2) Clareza da exposição; 3) Domínio do tema e segurança na apresentação; 4) Adequação ao tempo.

Art. 19. O estudante ficará reprovado nas seguintes situações:

- a) entregar o trabalho final e não se apresentar para a defesa oral;
- b) obtiver nota final inferior a 6,0 (seis).
- c) for constatado plágio parcial e/ou total do trabalho.

§ 1º os trabalhos nos quais forem comprovados plágios (no todo ou em partes) serão submetidos ao colegiado de curso, o qual decidirá sobre os encaminhamentos e deliberações subsequentes.



§ 2º Em caso de reprovação, o estudante deverá matricular-se novamente em TCC I ou II, conforme o caso.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Art. 20º – Os casos omissos neste Regulamento do Trabalho de Conclusão do Curso de Ciências Sociais – Bacharelado serão decididos pelo respectivo Colegiado de Curso.

Art. 21º— Das decisões do Colegiado do Curso cabe recurso à instância superior.